



Revista

DaCultura

Ano XXI – Nº 40 – Junho de 2023 – ISSN 1984-3690

Forte Príncipe da Beira



*Contemplando teu vulto sagrado,
Compreendemos o nosso dever,
E o Brasil por seus filhos amado,
Poderoso e feliz há de ser!*

Olavo Bilac

Diretor

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Editor

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Redator-Chefe

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Colaboradores

Expedito Alves de Lima
Walter Nilton Pina Stoffel

Revisão

Álvaro Luís Sarkis da Silva
Susana de França

Assistentes de redação

Edison Amancio
Francisco Ferreira Machado
Marcos Trajano de Souza

Editoração eletrônica
Murillo Machado
M. Esther M. Machado

Impressão
Veloprint Gráfica

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e de endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, sem alterar o sentido e o conteúdo, à Redação se reserva o direito de efetuar pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias

Nº 25 - Centro

Ala Marcílio Dias - 5º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20221-260

Tel: 21 2519-5352

Fax: 21 2519-5106

E-mail: funceb@funceb.org.br

www.funceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita

Tiragem: 9.000 exemplares

Sumário

- 02** Editorial - *Paulo Roberto R. Teixeira*



Patrimônio Material e Imaterial do Exército

- 04** - *Carlos Monteiro*



Fortificações Brasileiras - Patrimônio Cultural

- 06** - *Synésio Scofano Fernandes*



General Synésio

- 18** - *Roberto Duailibi*



FEB Octagenária

- 20** - *Flavio Correa*



Vidas Esquecidas: Capitão Luiz Antony,
o Amazonas na Guerra do Paraguai

- 23** - *Jeannot Jansen Silva Filho*



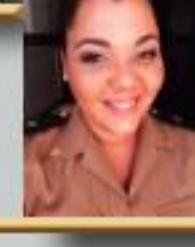
O Combate da Rua da Passagem

- 36** - *Juvêncio Lemos*



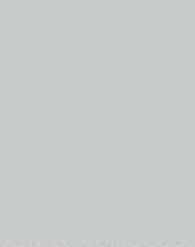
Geopolítica do Brasil, Cultura
Estratégica e Herança Portuguesa

- 41** - *Oscar Medeiros Filho*



Pantheon de Caxias

- 50** - *Amanda Amorim*



Cartas dos Leitores

- 58** Forte Príncipe da Beira
- *Paulo Roberto Rodrigues Teixeira e Amanda Amorim*

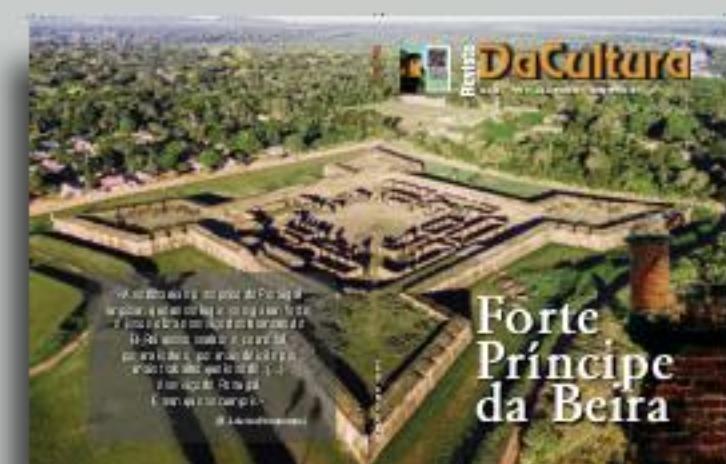
Agradecimentos

Ao Capitão Veterano Antonio Mauro de Oliveira Pereira e ao Subtenente Álvaro Luís dos Santos Alves, da Equipe de Divisão e Difusão e Acesso ao Arquivo Histórico do Exército (AHEX).

À Fundação Habitacional do Exército (FHE), que nos apoiou com os recursos financeiros necessários para a elaboração desta revista.

À Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Leste (ComSoc/CML).

*Salmo 107,1: Agradece ao SENHOR,
porque Ele é bom; porque sua bondade dura
para sempre.*



*Nossa Capa:
Forte Príncipe da Beira,
Rondônia*

Editorial



*Paulo Roberto
Rodrigues Teixeira*

ARevista DaCultura inicia uma nova etapa nessa longa trajetória que começou no ano de 2001, com o lançamento do primeiro número, quando publicamos a reportagem sobre a Fortaleza de Santa Cruz.

Coragem e determinação eram virtudes que nos impulsionavam para conquistarmos nossos leitores. O conteúdo principal eram os fortes e as fortalezas, complementado por temas especiais na área cultural.

Obtivemos excelentes resultados.

Em 9 de setembro de 2022, faleceu nosso estimado Diretor General Synésio. Uma perda que sentimos profundamente. Sabemos que Deus o levou. Isso nos consola.

A Revista DaCultura, entretanto, prossegue com a mesma vontade que tínhamos no início. Temos certeza de que continuaremos perseverando para torná-la cada vez

melhor. Esse é o compromisso que assumimos com os nossos prezados leitores.

Iniciamos este número com o artigo de autoria do Presidente da FUNCEB, Dr. Carlos Monteiro, “Patrimônio Material e Imaterial”, no qual o autor faz uma análise do Brasil Colônia e o momento atual. Tal artigo nos mostra que, para defender o Brasil, foram construídas centenas de fortes no litoral, e, com a evolução política, ocorreu a interiorização do povoamento, aumentando nossa área territorial.

Ressalta, ainda, que a operacionalidade e o aumento do nível técnico sempre estiveram juntos, capacitando o Brasil a enfrentar qualquer ameaça externa, desde aquela época até os dias atuais.

Nas “Fortificações Brasileiras”, apresentamos o relato proferido pelo General Synésio (in memoriam) ao Conselho Técnico-Consultivo do IPHAN.

O autor demonstra que as centenas de fortificações edificadas tinham o propósito de desestimular a ação ofensiva do inimigo. Qualifica diversos tipos de fortificações e o benefício político que trouxeram às terras portuguesas, ampliando a área territorial do Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, não justificava mais os fortes e fortalezas serem usados para a defesa do território, mas sim, transformados como Centros de Estudos, Quartéis, Museus e outras atividades culturais.

A mensagem do Dr. Duailibi, ex-presidente da FUNCEB (2008/2010), atinge nossos corações. Trata-se da imagem do General Synésio transmitida por alguém que conviveu com ele desde a criação da FUNCEB. Eram amigos, sempre estavam juntos. Decisões importantes foram tomadas graças aos laços de amizade que os uniam.

As suas qualidades, registradas nesse artigo, são um bálsamo para os que conviveram com ele, na carreira militar, ou mesmo nas atividades culturais, quando se aposentou.

O Dr. Flávio Corrêa, neste ano em que a Força Expedicionária Brasileira-FEB, em 9 de agosto, completará 80 anos, brinda-nos com seu artigo e nos apresenta fatos que rememoram a presença brasileira na II Guerra Mundial.

Em seu artigo, dá um alerta para que não nos esqueçamos desse marcante fato em nossa história, e sugere a edificação de um Memorial, em São Paulo, lembrando que de lá saiu o segundo maior contingente da FEB.

O General Jeannot relata a história do Capitão Luiz Antony, herói nacional que se incorporou ao grupamento dos “Voluntários da Pátria”, vindo a participar de vários combates na Guerra da Tríplice Aliança. Vitorioso, foi condecorado com diversas medalhas e homenageado pelo povo e autoridades da cidade de Manaus. Lamentavelmente, sua homenagem ficou restrita ao nome de uma simples rua. Ele e outros, o autor, bisneto do Capitão Luiz Antony, os qualifica como “Vidas Esquecidas”.

O Coronel Juvêncio Saldanha Lemos nos relata o episódio ocorrido na presidência de Rodrigues Alves, no momento em que uma conspiração pairava para derrubar o governo. Por ocasião de uma reação popular contra a vacinação obrigatória, alunos da Escola Militar da Praia Vermelha sublevaram-se, na tarde de 14 de novembro. A operação foi frustrada. O Combate da Rua da Passagem marca o fim do movimento com a rendição incondicional dos revoltosos.

A escola foi definitivamente extinta, todos os alunos presos e posteriormente expulsos do Exército.

O Coronel Oscar Medeiros Filho, com o tema “Geopolítica do Brasil”, nos mostra a herança que o Brasil recebeu dos portugueses e a sua contribuição na construção nacional. Também a preocupação constante com o vazio demográfico, desde o período colonial, buscando as melhores soluções estratégicas. Destaca os pensamentos de expoentes da Geopolítica, como Travassos, Golbery e Meira Mattos. E conclui com as principais estratégias de emprego a serem adotadas pelo Exército Brasileiro.

A arquiteta Amanda Amorim, Primeiro - Tenente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEEx), nos conta a história do Pantheon de Caxias, em uma linguagem simples, mostrando a sua criação e também as riquezas do acervo que herdamos do insigne Patrono do Exército.

A história do Forte Príncipe da Beira é algo extraordinário. A sua localização, às margens do rio Guaporé, e a dificuldade para edificá-lo surpreendem a todos.

Por mais de um século ficou abandonado, e foi redescoberto em 1914, por Rondon.

Atualmente um projeto de revitalização encontra-se em tramitação no IPHAN. Temos a expectativa de que, mui breve, o Real Forte Príncipe da Beira terá essa obra concluída para que todos vejam a riqueza do legado deixado pelos nossos antepassados.

Enfim, chegamos ao final da Revista DaCultura nº 40. Aí estão os trabalhos realizados pelos nossos articulistas, que não mediram esforços para nos oferecer o melhor. Somos gratos a cada um e desejamos aos prezados leitores que aproveitem o valioso presente que estamos recebendo.

Boa Leitura!

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira
Diretor da Revista DaCultura

Com a palavra... O Presidente da FUNCEB



*Carlos
Monteiro*



<https://commons.wikimedia.org>

Patrimônio Material e Imaterial do Exército

Os livros de história do Brasil, no geral, não traduzem o que foi a difícil trajetória de defesa e manutenção do imenso território brasileiro desde sua descoberta. Suas imensas riquezas naturais atraíam a cobiça de pessoas e países, que viam numa colônia distante de sua pátria mãe oportunidade para obter grandes lucros com a exploração dos recursos do país. Além disso, as mudanças políticas na Europa e a ocorrência de guerras colocavam o Brasil como parte dos conflitos, embora não estivesse diretamente envolvido.

A defesa do território nacional exigiu ao longo do tempo a construção de fortalezas, ou fortés, para proteger especialmente o litoral, vítima de ataques de piratas, corsários ou de grupos organizados, interessados nas riquezas do país, como a Companhia das Índias Ocidentais e, também, de expedições militares de outros países.

Durante o período colonial, foram construídos no país centenas de fortés, desde o primeiro em Bertioga, no século XVI, até o Amapá, inclusive avançando para o Oeste e expandindo o território nacional. Eram fortés construídos de diversos materiais, dependendo das disponibilidades locais e, a maioria, sem recursos técnicos para sua construção. Embora a grande maioria dos fortés não tivesse sido atacada, sua presença servia



<https://commons.wikimedia.org>



Ministério da Defesa, CC BY 2.0





Site EPEx - Página inicial (eb.mil.br)

<https://commons.wikimedia.org>

de instrumento de dissuasão para possíveis inimigos e de fator de segurança, mesmo que simbólica, para a população de seu entorno, que deu origem a muitas cidades. Cada um das centenas de fortões construídos tem sua história de lutas, mesmo não militares, pois a maioria se localizava em lugares de difícil acesso e carências de recursos para sua construção. Conhecer a história daqueles que se situaram em áreas que foram palco de confrontos bélicos ajuda a conhecer melhor o que foi a construção do imenso território que o país logrou manter, apesar de muitas dificuldades. A preservação daqueles que resistiram ao tempo, e aos contratempos, é um dever não apenas por ser um patrimônio histórico, mas, sobretudo, em memória daqueles que os construíram, e dos muitos que tombaram em sua defesa. Mais que os aspectos materiais temos que valorizar os homens que, na verdade, foram os defensores da Pátria.

No presente, o Brasil continua a enfrentar os mesmos desafios do passado, de cobiça internacional, pelos abundantes recursos naturais e estratégicos, especialmente na Amazônia, mas com outras formas de ataque, contra as quais os fortões não são eficientes. Mas o fator fundamental que protegeu o país no passado, o brasileiro, continua com a mesma disposição.

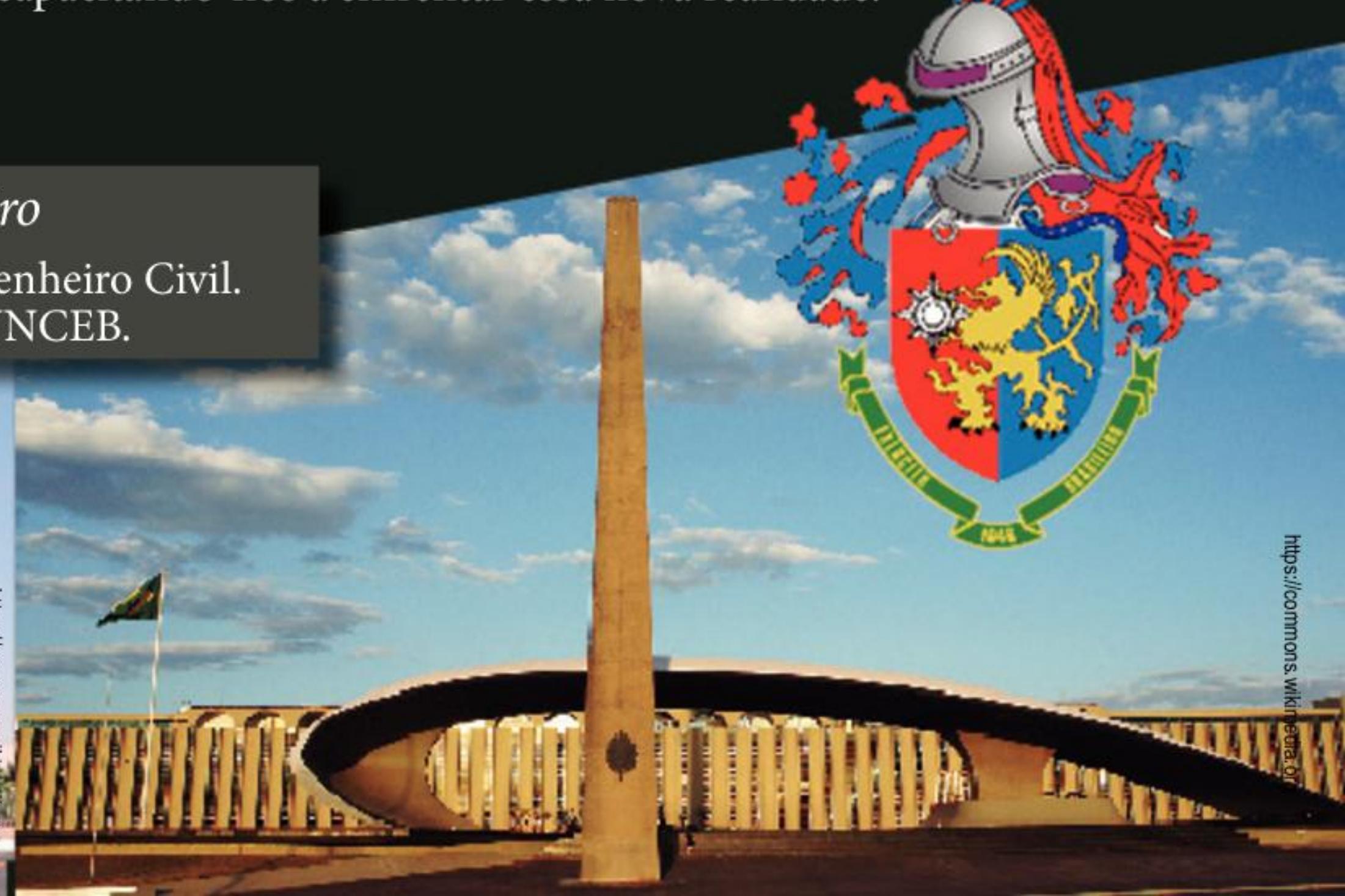
O papel do Exército é extremamente relevante nessa luta e está preparado para esse novo desafio, graças à constante atualização de seus quadros, acompanhando o avanço tecnológico, capacitando-nos a enfrentar essa nova realidade.

Carlos Monteiro

Empresário. Engenheiro Civil.
Presidente da FUNCEB.



<https://commons.wikimedia.org>



<https://commons.wikimedia.org>



Synésio Scofano Fernandes

AS

FORTIFICAÇÕES

BRASILEIRAS

PATRIMÔNIO CULTURAL

Este artigo fundamenta-se no meu relato, apresentado na 76ª Reunião do Conselho Técnico-Consultivo do IPHAN e aprovado por unanimidade.

Reporto-me, inicialmente, aos entendimentos ocorridos, em 2000, entre o IPHAN e a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC), hoje Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), órgão que, no Exército, trata dos assuntos históricos e culturais.

Pretendia-se estabelecer uma visão geral de um assunto da maior importância para a sociedade brasileira, que envolvia a posse e a manutenção do território nacional, a construção de nosso país e, ao mesmo tempo, estabelecer condições iniciais para que esse valiosíssimo patrimônio fosse preservado.

A Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), logo após a sua instituição, no início de 2001, dedicou-se a esse trabalho de investigação e, também, de gestão. Inúmeras

Associações voltadas para as Fortificações Brasileiras receberam apoio e estímulo da FUNCEB.

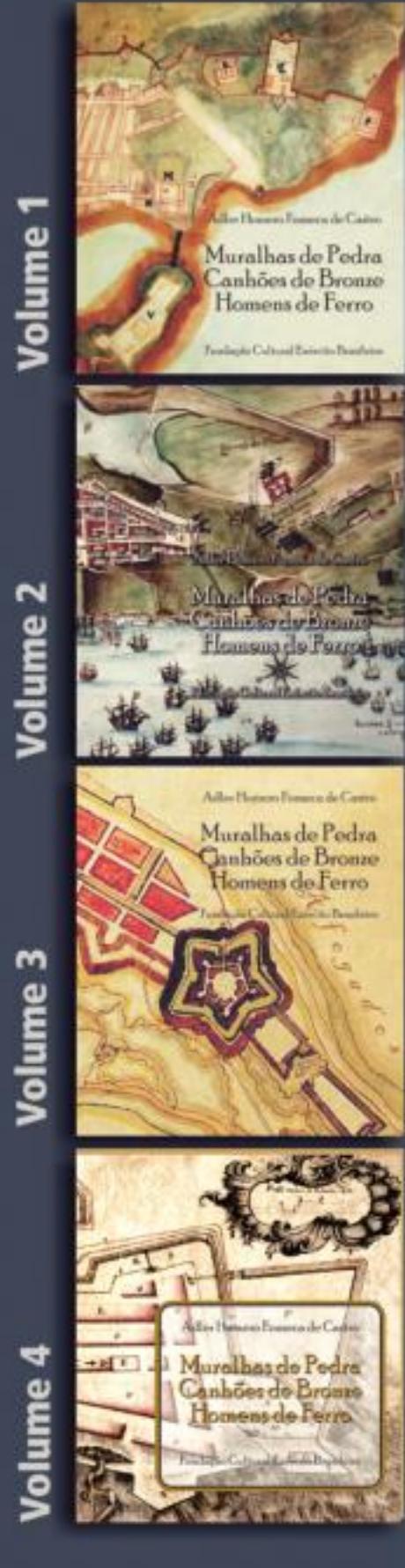
Foi instituído o “Projeto Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro” com o objetivo de realizar uma ampla investigação sobre as Fortificações Brasileiras e difundir o conhecimento produzido. Foi concebida, então, a edição da obra,

“MURALHAS DE PEDRA, CANHÕES DE BRONZE, HOMENS DE FERRO” em quatro volumes. Já foram editados três volumes dessa coleção e o quarto está em fase de elaboração.¹ Esse trabalho é coordenado e desenvolvido pelo Prof. Adler Homero Fonseca de Castro, com colaborações do Prof. Mário Mendonça e do Prof. Marcos de Albuquerque.

As pesquisas já desenvolvidas, no âmbito do referido Projeto, apontam para mais de mil fortificações construídas no território nacional.

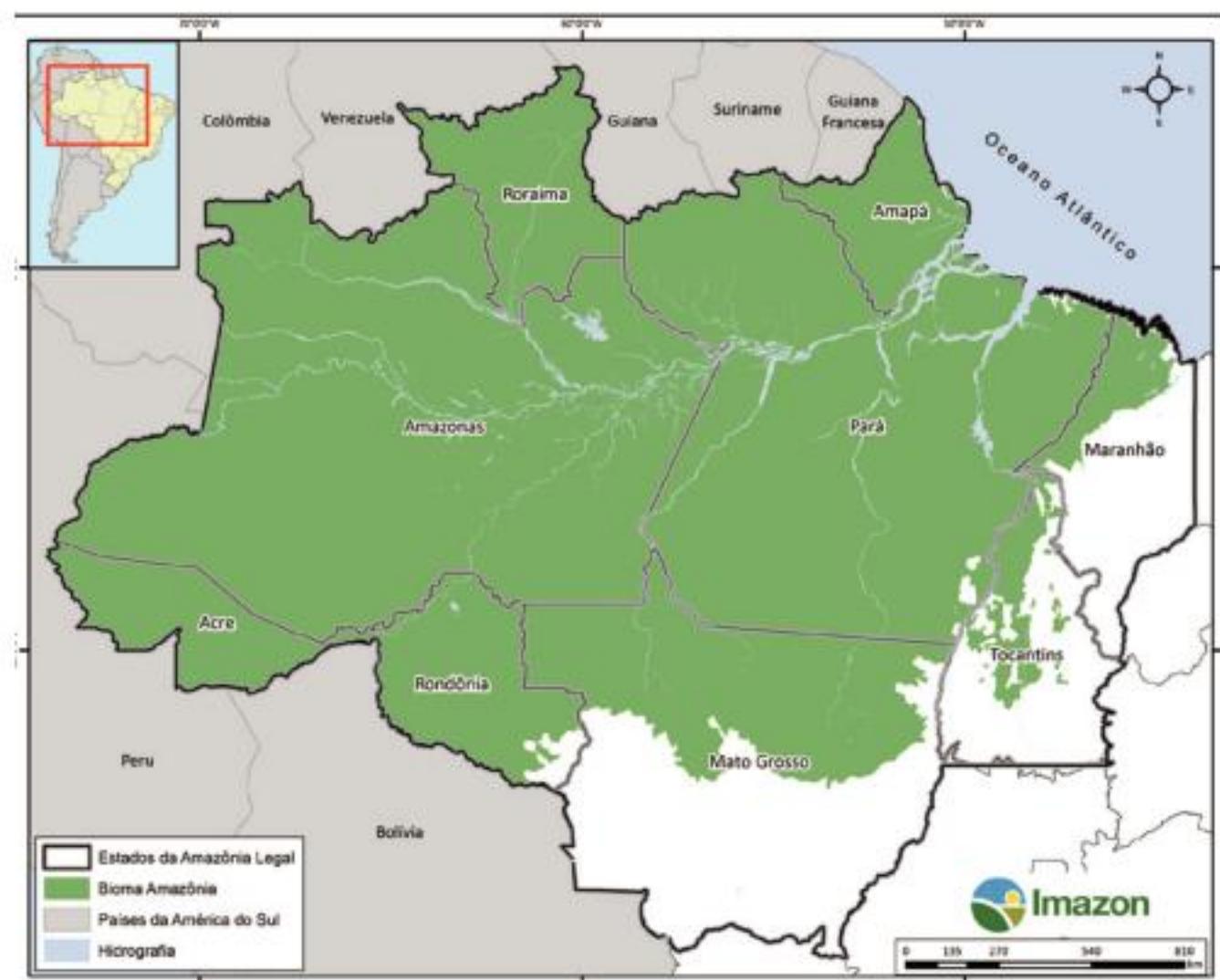


**Muralhas de Pedra
Canhões de Bronze
e Homens de Ferro**



O pano de fundo a motivar os interesses que possibilitaram as tratativas já realizadas e em desenvolvimento é o papel histórico desempenhado pelas Fortificações Brasileiras na posse e na manutenção do território brasileiro e a preservação desse patrimônio, que registra esse processo fundamental para a nossa sociedade.

Esse esforço grandioso para garantir, aos brasileiros, o seu espaço geográfico é atualíssimo, especialmente, na imensa fronteira Norte, detentora de riquezas guardadas, de variedades de vegetação desconhecidas, de águas que são o único meio a ligar paragens nunca antes visitadas pelo homem.



Amazônia Legal

A Amazônia Legal brasileira se estende por uma área de cerca de 5 milhões de Km², equivalente a 58% do território brasileiro, a 40% da superfície da América do Sul, 1/20 de toda a superfície da Terra. Nessa área cabe toda a Europa, com exceção da Rússia. A região possui 1/5 de toda a água doce do planeta, 11.248km de fronteiras, 23.000km de rios navegáveis. A grandiosidade do trabalho realizado por nossos antepassados está inscrita na história das Fortificações

¹ Nota do Editor: o 4º volume da coleção “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”, que à época da publicação original deste artigo estava ainda em fase de elaboração, foi lançado no ano de 2019.

Brasileiras, que, na verdade, resultou do esforço conjunto de diplomatas, de trabalhadores, de empresários, de militares e de outros segmentos da nossa sociedade em construção.

As motivações que moveram esses personagens em viver e construir o Brasil permanecem em nossa atualidade, agora se contrapondo a ameaças revestidas de novas roupagens.

Fortificação é uma expressão genérica que nomeia fortés, fortalezas, fortins, baluartes, pontos fortes e redutos.

Mas, quando nos referimos a “Fortificações Brasileiras”, não estamos falando apenas das edificações e das suas condições arquitetônicas, e sim, suscitamos outros aspectos construtivos desse conceito: a sua historicidade, as questões políticas, econômicas e as puramente militares relacionadas à estratégia e à tática.

“Fortificações Brasileiras”, também, não designam somente a reunião dos elementos constitutivos de um conjunto de objetos, considerados os fatores que delimitam as suas circunstâncias particulares, mas sim todas as fortificações do Brasil, no quadro da evolução histórica do nosso país. Essa temporalidade é que possibilita o entendimento da expressão “Fortificações Brasileiras”.

Portanto, há que se construir uma compreensão geral que dê sentido e permita acolher as particularidades das Fortificações existentes no Brasil. Esse quadro conceitual afastaria a visão “rizomática”, a percepção fragmentária da realidade, que impossibilita a percepção do todo e dificulta a ação, inclusive a política e a administrativa.

Em um universo de mais de mil exemplares, qual a prioridade para iniciar o processo de tombamento, sempre minucioso e custoso, ou para distribuir os recursos necessários à preservação do bem?

A fortificação é sempre defensiva; pretende se contrapor a uma possível ação ofensiva do inimigo. Mesmo quando se insere em uma perspectiva estratégica de

lançar os pontos iniciais para a posse do terreno, as ações táticas decorrentes tornam evidentes seu caráter defensivo.

A fortificação é dissuasória, isto é, lá está com sua estrutura arquitetônica, grandiosa ou não, e com seu armamento para desestimular a ação ofensiva do inimigo.

A sua condição estática e o seu caráter dissuasório exigem que ocupe pontos dominantes no terreno, facilitadores da visão ampla, em profundidade e largura, e nas confluências e embocaduras dos rios. Mas as fortificações sucumbiram aos fatos da mobilidade e ao desenvolvimento das tecnologias de propulsão. Os meios de ataque se tornaram móveis, podendo ocupar, rapidamente, qualquer lugar no espaço, inclusive o aéreo.

Os modernos sistemas de propulsão permitem localizar bases de ataques em locais cada vez mais afastados dos alvos.

Após a Segunda Guerra Mundial, progressivamente, se tornaram alvos fáceis dos fogos de navios, das aeronaves e de bases situadas em locais longínquos, de modo que as fortificações, ainda em operação no Brasil naquelas épocas, começaram a ser desmobilizadas.

Grande parte delas passou a integrar o patrimônio administrado pelo município ou pelo estado em que se encontravam. Em alguns casos, foram organizadas associações de apoio à preservação do patrimônio cultural, constituído por essas edificações.

As fortificações que permaneceram sob jurisdição militar sofreram transformações, não na sua estrutura arquitetônica, mas nos seus usos.

Os aquartelamentos em que se situavam passaram a ter outros empregos: centros de estudos e de pesquisas, quartéis gerais, quartéis para tropas com outros empregos táticos, diferentes daqueles originais, centros culturais e museus, voltados para a sociedade em geral.

Outro aspecto cultural a considerar, inerente ao conceito de Fortificações, diz respeito à especialização dos recursos

humanos voltados, especificamente, para a Artilharia de Costa, que operavam os equipamentos e o armamento constitutivos desse elemento do combate defensivo. A técnica de tiro para esse tipo de artilharia, um tiro tenso, próprio do canhão e não do obus, era grandemente afetada pela mobilidade do alvo e pelas condições meteorológicas – visibilidade, direção, velocidade do vento e outros fatores. Essa técnica de tiro exigia saberes particulares e o desenvolvimento de instrumentos específicos que foram acumulados ao longo dos anos e constituíram um riquíssimo acervo cultural.

É uma ficção tentar compreender o conceito de “Fortificações”, considerando, apenas, aspectos políticos, econômicos e arquitetônicos, sem levar em conta a sua funcionalidade, as questões operativas puramente militares. Essa redução conduz ao entendimento fragmentário do tema, em que se avalia, como ocorre algumas vezes, a importância histórica, política e militar da fortificação, considerando, fundamentalmente, a participação de sua guarnição em episódios que não se referem à sua funcionalidade, deixando-se em segundo plano aspectos essenciais, determinantes da existência de tal ou qual fortificação e que lhe dão sentido.

Ocorre, também, que grande número de fortes e fortalezas que, originalmente, ocupavam locais de pouca densidade demográfica, com o desenvolvimento das cidades em que se localizavam, passaram a ser envolvidos na rede urbana, processo que provocou o deslocamento dessas Fortificações da periferia para o centro, sem que, efetivamente, ocorresse a mudança do local em que inicialmente haviam sido construídas. Esse “deslocamento” deu origem a inúmeras questões nas quais as Fortificações passaram a ser envolvidas, ressaltando:

– as tensões entre, de um lado, as associações comunitárias, que se preocupam com a preservação ambiental das áreas circundantes ao espaço em que vivem e, de outro lado, o interesse de gru-



Forte Duque de Caxias – Leme – Rio de Janeiro, RJ

pos imobiliários. No caso das Fortificações ainda sob jurisdição militar, a maioria delas detém amplos espaços, muitas vezes com vegetação exuberante, que faz parte do sítio de proteção da Organização Militar, a ser preservado, porém esses espaços são cobiçados, de maneira que as Organizações Militares, com o decidido apoio dessas associações, têm impedido o avanço desses interesses. Apenas para exemplificar, cito a área do Forte Duque de Caxias, no bairro do Leme, na cidade do Rio de Janeiro, que ocupa um amplo sítio de Mata Atlântica, que sobe por uma elevação que dá acesso ao Forte do Vigia, dominante, em uma cota de 124m, do cenário de insuperável beleza da Praia de Copacabana, local preservado e aberto à visitação pública.

No caso das Fortificações, cujos patrimônios passaram para a jurisdição civil, essas tensões também ocorrem, envolvendo as instâncias detentoras desses patrimônios e os grupos com interesses imobiliários; – outra questão a ser considerada diz respeito ao uso a ser dado ao patrimônio, o que exige investimentos iniciais relevantes e nem sempre disponíveis.

No caso dos patrimônios sob jurisdição militar, apesar da carência de recursos financeiros, tem sido feito um grande esforço para preservar o bem e, ao mesmo tempo, dar-lhe um uso ade-

quado, tornando-o público. São inúmeros, no Brasil, os casos exitosos, em relação a esse aspecto.

As “Fortificações Brasileiras” se disseminaram pelo espaço geográfico brasileiro levando em conta, fundamentalmente, a percepção da possível ameaça do inimigo; foram erigidas em locais indicados pela estratégia político-militar de conquista, expansão e domínio do território; também, ocuparam posições que podiam servir de apoio a ações de proteção ao comércio, a atividades extrativistas e ações contra os ataques indígenas.

Em uma perspectiva geral, inicialmente e até, mais ou menos, 1700, disseminaram-se pela linha litorânea, protegendo cidades e, sobretudo, os centros do poder político, econômico e administrativo contra os inimigos externos, concorrentes na colonização do Novo Mundo: espanhóis, franceses e holandeses. Depois, a partir do começo do século XVIII infletiram para Oeste, estabelecendo bastiões para a expansão portuguesa além de Tordesilhas e para defender a região norte, particularmente a Amazônia, contra pretensões de holandeses, ingleses e espanhóis. Posteriormente, a partir de 1750, começaram a surgir as fortificações ao sul do Paraná, no atual Mato Grosso do Sul e em Rondônia, como consequência da política de posse dos territórios a Oeste e das ameaças de um novo inimigo externo, não mais extracontinental.

Mas as fortificações têm características construtivas próprias, que a singularizam dentro das famílias arquitetônicas e lhes emprestam uma linguagem plástica, o que permite considerá-las obras de arte.

Os planos em que se desenvolvem as suas construções, as suas assimetrias e simetrias, a variedade das suas formas geométricas (em estrela, quadrilátero e pentagonal), as contraposições das salinências dos baluartes com as cortinas alongadas e recuadas configuram a riqueza perceptual própria de uma obra de arte. Mais ainda, as Fortificações são lugares de

outros produtos culturais, que possibilitam a ocorrência de um riquíssimo acervo documental, iconográfico, cartográfico e de variados instrumentos e objetos decorrentes das suas funcionalidades.

Nesse relato vamos tratar de seis fortões localizados na região amazônica e no Oeste brasileiro.

As fortificações estão localizadas em pontos diferentes e foram construídas em épocas distintas, apresentando estados de conservação diferenciados.

A região de Óbidos, no Pará, foi sempre foco de atenção nos planos de organização de um sistema de controle do tráfego marítimo no rio Amazonas. A peculiaridade de Óbidos é que o rio se estreita acentuadamente, de modo que a distância entre as margens diminui para até 1.700m, o que a situava dentro dos limites de alcance do material de artilharia existente na época. Portanto, o fechamento da via fluvial poderia acontecer se Óbidos sediasse uma posição fortificada e artilhada com material adequado.

Em diferentes épocas e em diferentes locais foram construídos fortões na região da cidade de Óbidos (Pauxis, Óbidos, Serra da Escama).

Inicialmente, trataremos do “Forte de Óbidos”, construído de 1853 a 1854.



Projeto para defesa de Óbidos



Forte de Óbidos - Bateria alta, chamada “O Forte da Vila”

Ocupava uma posição, às margens do Amazonas, que batia o ponto mais estreito do rio. O projeto previa duas posições: uma bateria alta (a fortificação ainda hoje existente, denominada “o forte da vila”), 15m acima do nível do rio; e uma bateria no nível do rio, construção terminada, apenas, em 1865, com uma dimensão muito menor do que a projetada, em razão dos seus custos. Em 1924, essa bateria baixa foi demolida. Também se cogitou estabelecer, na outra margem do rio, outra bateria complementar, que não se concretizou. Talvez tenha sido uma das únicas posições permanentes erigidas entre a Regência (1831) e a Questão Christie (1863), quando se passou a adotar a estratégia móvel de defesa.

Pode ser considerado um exemplar da política de marcar a presença militar brasileira em uma região vulnerável à ação de um inimigo externo, que atuava (ou ainda atua) em proveito de uma estratégia de internacionalização da Amazônia.

Esses dois valores lhe emprestam um papel de forte conteúdo histórico, o que recomenda a sua inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com os canhões Paixhans calibre 80, que garneciam a posição.

O “Forte da Escama”, situado na Serra da Escama, em Óbidos, no Pará, foi construído em 1909, de acordo com um plano de defesa concebido no final do século XIX, de modo a oferecer condições de proteção a alguns portos e locais considerados estratégicos.

O “Forte da Escama” ou “Forte da Serra da Escama” não se confunde com o “Forte de Óbidos” (I, II), construídos e reconstruídos no final do século XVII e nos meados do século XIX, e que, praticamente, deram origem à cidade de Óbidos; no entanto, as motivações estratégicas dessas fortificações permaneceram as mesmas: aproveitar o estreitamento do rio Amazonas.

Contudo, a evolução do material de artilharia, ocorrida a partir de 1850, permitiu o aparecimento de peças com alcance superior a 5.000m. Esse desenvolvimento tecnológico conduziu a uma modificação tática na área de Óbidos: localizar a posição defensiva nas elevações próximas à cidade. O Forte da Serra da Escama, um novo Forte, situado nessas elevações e provido de canhões com alcance de mais de 5km, poderia bater mais profundamente um vetor fluvial que se deslocasse pelo leito do rio. Contudo, quanto ao seu poder de fogo, era uma posição modesta, garnecida por uma bateria (1^a Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa, depois denominada 8^a Bateria Independente), mais ou menos, o valor equivalente a um terço, em canhões e pessoal, ao de um Grupo de Artilharia.

Na verdade, quanto ao “Forte da Escama”, não há registro de nenhuma operação militar da qual essa fortificação tenha efetivamente participado, mas desempenhou a função de fator dissuasório como posição defensiva e, como as

demais fortificações, foi elemento importante na posse e manutenção do território brasileiro.

Ainda, sob o ponto de vista histórico, não relacionado à posição defensiva em si, registra-se a participação dos militares que guarneciam o Forte em dois episódios políticos: a Revolução de 5 de Julho de 1924 (Revolução dos Tenentes) e a Revolução Constitucionalista de 1932.

Esse Relator recomenda o tombamento dos remanescentes do “Forte da Serra da Escama”, com a inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com o material de artilharia que guarnecia a posição.

O “Quartel General Gurjão”, na verdade, constituía-se no aquartelamento da tropa que guarnecia o “Forte da Serra da Escama”, de dimensões exíguas, que não lhe permitiriam alojar cerca de 150 homens, o possível efetivo que operava as peças constitutivas dessa posição defensiva.

Projetado por uma Comissão da Vila Militar da capital federal, localizava-se um pouco abaixo do “Forte da Serra da Escama”, em um terreno plano, denominado Praça do Bom Jesus. Foi inaugurado em 1909. A edificação era ampla, arejada, com boa iluminação natural e contrastava, na época, com o padrão das demais edificações da cidade.

Na verdade, reproduzia o modelo arquitetônico das instalações militares do Brasil, ainda inspiradas na influência do modelo alemão, propagadas pelos “jovens turcos”, oficiais brasileiros que, em sucessivas viagens de estudo à Alemanha (1906, 1908 e 1910), traziam para o nosso país novas ideias para modernizar o Exército, não só quanto à doutrina de emprego, mas também quanto ao treinamento, aos equipamentos e às instalações militares.

De modo que deve ser acolhida com cautela a interpretação de que o “Quartel do Gurjão” tivesse as suas linhas construtivas inspiradas pela expressão soldado-cidadão, pelos ideais de dispensar, na época, ao soldado (ou ao recruta), um tratamento

que favorecesse ou elevasse à condição de cidadão um homem recrutado nos extratos mais modestos da sociedade.

Certamente, as motivações dos traçados da arquitetura militar daqueles momentos não se inspiravam nesses resultados. Basicamente, o que se pretendia, em relação às instalações militares, era dar melhores condições de conforto a todos os usuários desses espaços, uma evolução natural das condições de habitabilidade dessas construções.

Em razão de algumas afirmações apresentadas nesse processo, torna-se necessário um exame mais demorado sobre as finalidades da educação e do treinamento militar, das funcionalidades das escolas militares e dos quartéis.

Sem procurar refutar a profunda interpretação de Foucault sobre a genealogia do saber (e do poder), é sensato tentar “capturar a verdade” também em outras fontes, com “outros olhos”.

É certo que as palavras, no decorrer do tempo, mudam de sentido, os desejos de direção, as ideias alteram as suas lógicas originais, dificultando a recuperação do traçado lento da história; no entanto, os saberes do homem em relação à natureza e ao próprio homem, decorrentes da perseguição continuada, persistente, resultaram em crenças, explicações e compreensões, codificadas e estruturadas nas disciplinas do conhecimento humano. Não é possível deixar de considerar essa evidência. A própria identificação das descontinuidades, da interrupção, resulta de um conhecimento prévio.

Nesse debate, a Educação pode ser entendida como um instrumento de opressão, de submissão do homem, de castração. Nessa perspectiva, os currículos, os objetivos educacionais, a didática, a configuração da sala de aula, a arquitetura escolar são apenas elementos de dominação para reproduzir padrões sociais, de docilização do corpo e das mentes.

Mas existe outro olhar sobre o significado da Educação. Como diz Brameld, as principais funções da Educação decor-

rem das suas finalidades: o mais poderoso instrumento para a preservação e a renovação da sociedade e da cultura.

De modo que a natureza das instalações militares, em especial, aquelas destinadas às Escolas de Formação, incluídas, nessa classe, as direcionadas ao abrigo e ao treinamento do recruta, podem ser percebidas não como locais “de segregação” e de “encarceramento”, mas de acordo com uma visão educacional, fundada em teorias das ciências do comportamento humano. Nessa perspectiva, esses espaços seriam elementos reforçadores das atitudes e dos valores centrais do ofício do militar.

Espaços constituídos de amplos pátios e alojamentos, facilitadores da integração social, do exercício da cooperação, dos deslocamentos realizados em grupo, sob um comando; portadores dos sinais que constituem o aparato dessa vida coletiva. Locais para a formação de um tipo de recurso humano direcionado ao combate, em que, em situação limite, a sua vida estará em jogo.

A formação desse especialista exige fundamentalmente, além de uma base cognitiva, o desenvolvimento de atitudes e valores, tais como: a liderança, a disciplina, o sentido da hierarquia, a cooperação, a compreensão do outro, entre outros atributos.

O aprendizado de atitudes e valores pressupõe uma didática especial, diferente daquela em que se realiza a aprendizagem em nível cognitivo. O desenvolvimento da cooperação, da responsabilidade, da disciplina, da hierarquia, da compreensão do outro, da dedicação, da iniciativa, do tato, enfim, dos atributos que têm uma variável emocional bem nítida, se faz, especialmente, com procedimentos fundamentados na modelação, na aprendizagem social, na dissonância cognitiva, na percepção das circunstâncias ambientais.

As evocações verbais, as palestras, as exortações não são os procedimentos mais produtivos para desenvolver atitudes e valores. Daí porque a promoção desses construtos, em situação educacional, exige



Ruínas do Forte Vera Cruz - Maranhão

ambientes (clima social, espaços, normas de conduta) facilitadores e reforçadores desses atributos.

A arquitetura dos quartéis, das escolas e de outras dependências militares está submetida a esses princípios. Portanto, entendemos que o fator determinante para o tombamento do “Quartel do Gurjão” reside no seu enlace com o “Forte da Serra da Escama”, do qual é um elemento integrante. Em consequência, recomendamos que o “Quartel General Gurjão, localizado na cidade de Óbidos, Pará, bem como o estádio “Rego Barros”, adjacente, seja tombado e inscrito no Livro de Tombo Histórico.

O “Forte Vera Cruz do Monte do Calvário” (inicialmente conhecido com o nome de “Forte de Nossa Senhora da Conceição”) foi construído após a conquista do Maranhão, em 1620, no município de Rosário, restando apenas as ruínas desse patrimônio histórico.

É um dos raros exemplares, talvez o mais antigo existente no Brasil, da arquitetura militar de transição de um forte do período medieval para o de artilharia.

Inicialmente, o seu objetivo estratégico era garantir a defesa dos moradores dos engenhos contra a ação dos indígenas. Mas está associado, também, a alguns acontecimentos importantes da história brasileira:

– foi ocupado pelos holandeses em 1641;

– foi cenário da primeira rebelião contra o invasor, acontecimento que antecedeu à Restauração Pernambucana, em 1645;

– participou, também, dos episódios de repressão à Revolta da Cabanagem.

Portanto, recomenda-se o tombamento das ruínas do “Forte Vera Cruz do Monte do Calvário”, com inscrição no Livro de Tombo Histórico, por representar um patrimônio:

– indicador de um tipo de arquitetura defensiva associado à permanência de modelos arcaicos no Brasil, constituindo num dos raros exemplares com essa característica;

– representativo da estratégia de defesa de territórios e comunidades no interior do Brasil;

– associado a importantes acontecimentos da história de nosso país – as Guerras Holandesas e a Revolta da Cabanagem.

Registre-se que o “Forte de Vera Cruz do Calvário” foi tombado pelo Estado do Maranhão, em 1990.

“Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco”, do município de Boa Vista, em Roraima.

O “Forte São Joaquim” foi construído durante os anos de 1765-1775, na confluência dos rios Uraicuera e Itacutu, na margem esquerda do rio Branco. Os seus objetivos estratégicos eram de assegurar a posse das grandes extensões de terra decorrentes da fixação das novas fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750) e do rompimento dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal.

É, portanto, um exemplar dos efeitos da política de posse e manutenção do território nacional, que, na época, estava sendo construído. As intenções de espanhóis, de holandeses e ingleses, na região, exigiam não só tratativas diplomáticas, mas também a ação militar para proteger os interesses de Portugal, na época. Interesses que, mais tarde, iriam constituir a imensa base físico-geográfica do Brasil.

Registre-se o seu papel no processo de destruição dos “Estabelecimentos” espanhóis da região: o Forte de San Juan Batista de CadaCada e a povoação de



Perspectiva do Forte de São Joaquim

Santa Rosa. O “Forte São Joaquim” talvez expresse, com maior nitidez, essa destinação de vigilância e de proteção do nosso território nacional, destinação que, de resto, está sempre presente, talvez, com menor intensidade, em todas as Fortificações erigidas na região amazônica.

“Forte São Joaquim” é o nome do Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista.

Esse sentido de proteção e vigilância inspirou a constituição de oito Brigadas de Infantaria de Selva, Grandes Unidades com estruturas variadas, de 22 Pelotões de Fronteiras, de 4 Destacamentos de Selva, disseminados pelos limites longínquos do nosso território. Claro que essas organizações, embora apoiadas por meios de transporte aéreos (helicópteros), não são suficientes para a vigilância e a proteção da imensa região amazônica, mas constituem um grande esforço do estado brasileiro para, inspirado no papel das fortificações, manter a posse do território e a soberania nacionais, ainda sujeitas a fortes ameaças em nossa atualidade.

Quer dizer, a defesa estacionária, inerente à condição de imobilidade da Fortificação, foi substituída pela defesa móvel, que se viabiliza na capacidade de locomoção nos ambientes aquático, aéreo ou terrestre, nas possibilidades de comunicações, oferecidas por novas tecnologias, na letalidade das armas de longo alcance.

A dissuasão, que, no caso das Fortificações, decorria da concretude da monumentalidade arquitetônica, da sua imponência, da leitura dos sinais que, prontamente, se apresentavam ao atacante, agora, com a defesa móvel, ampara-se na intangibilidade, na surpresa, na fragmentação do contra-ataque, que pode surgir de qualquer lugar, de modo concentrado ou não, na imprevisibilidade do golpe, na dissimulação.

Por tais motivos é muito mais inibidora, isto é, paralisa o atacante, pois lhe apresenta a possibilidade, provável, de que um eventual ataque desencadeará uma resposta muito mais devastadora do que os danos previsíveis de serem infringidos ao defensor.

É claro que esse novo sistema é muito mais dispendioso, exigindo constante atualização tecnológica e a permanente capacitação de recursos humanos. Propõe-se, portanto, o tombamento das ruínas do “Forte São Joaquim”, bem como dos seis canhões coloniais que o guarneciam, com inscrição no Livro Histórico, em razão:

- de sua participação no processo de expansão portuguesa na Amazônia, especialmente, nas ações que se referem às instalações espanholas na região;
- Forte de San Juan Batista de Cada-Cada, no rio Uraricoera, e a povoação de Santa Rosa, no rio Uraricapara;
- por ser um exemplar significativo da política de posse e manutenção do espaço territorial brasileiro na área;
- por oferecer elementos para o entendimento da colonização da Amazônia, particularmente no que se refere ao tratamento dispensado aos indígenas.

Por fim, ressalte-se que o Forte São Joaquim foi objeto de tombamento estadual, em 2001.

“Forte Junqueira”: essa fortificação foi construída, em 1872, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, com a finalidade de integrar um sistema de defesa a ser estabelecido na região, após a expulsão dos Paraguaios. Participaria de

uma linha de resistência constituída pelas posições de São Francisco, Conde D’Eu, Duque de Caxias, Major Gama, Santa Cruz e o Forte Junqueira, com o objetivo principal de impedir um desembarque fluvial na cidade de Corumbá. Dessa linha de resistência restou o “Forte Junqueira”.

Na verdade, é um reduto, isto é, uma posição defensiva fechada, com apenas uma frente artilhada, a face Leste, que dá para o rio Paraguai. Tem um perímetro de 160m. A sua forma geral é a de um retângulo, com dois torreões quadrados, um a Oeste e outro a Sul.

A sua relevância histórica reside no fato de ser uma das poucas fortificações construídas no Brasil durante a Regência, após a implantação, em 1831, da política de redução dos efetivos militares, e em se constituir no derradeiro exemplar do sistema de defesa estabelecido, após a Guerra do Paraguai, para proteger a região de Corumbá, valores que recomendam sua inscrição no Livro de Tombo Histórico.

Portanto, os registros dessas Fortificações e dos contextos políticos e estratégicos que motivaram os seus surgimentos são peças importantes da descrição dos esforços realizados por brasileiros na conquista e manutenção de nosso território, na construção de nossa História e da nossa Cultura.



Forte Junqueira



Synésio Scofano Fernandes

★ 1938 † 2022

Natural do Rio de Janeiro. Foi comandante do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), Diretor de Assuntos Culturais do Exército, Chefe da Assessoria Especial de Ensino e Instrução do Estado-Maior do Exército (EME) e também Vice-Presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB). Coordenou os trabalhos de concepção, planejamento e implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx). Desenvolveu as pesquisas básicas, coordenou os trabalhos para a reformulação, modernização do Ensino e da Instrução Militar no Exército. Foi Assessor Especial do Secretário de Economia e Finanças do Exército, Curador da FUNCEB, membro do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Diretor da Revista DaCultura.

Seguro Residência

Proteção completa para o seu lar.

Cobertura para roubo, incêndio, danos elétricos e muito mais.
Assistência 24h para diversos serviços.

A partir de
R\$ 10,70*/mês



*Os valores variam conforme o tipo do imóvel, ou o CEP, ou as coberturas escolhidas.

**Promoção por tempo limitado.



FHE

POUPEX

poupex.com.br
0800 061 3040

General Synésio



*Roberto
Duailibi*

Durante esses anos que colaborei voluntariamente com o Exército Brasileiro, fiz algumas das melhores amizades de minha vida. De todas me orgulho muito, daqueles que já se foram e dos que ainda estão entre nós. A lista é longa, e todo reencontro é uma festa.

Uma amizade que sempre me encheu de alegria era a do General Synésio Scofano Fernandes. Há longo tempo na reserva, seguia ativo por meio de outras armas: sua pena sempre certeira e sua correção e lucidez. O General Synésio era uma das vozes mais respeitadas do universo verde-oliva. Por meio deste artigo, quero prestar-lhe uma homenagem e dar um testemunho sobre uma pessoa que sempre foi a verdadeira alma da Fundação Cultural Exército Brasileiro.

Mesmo sem recursos e contra todo tipo de obstáculos – mas com o apoio do General Euler e do General Roberto Figueiredo –, o General Synésio lutou desde o primeiro momento para que a entidade se firmasse e fosse relevante. Até os últimos dias de sua vida trabalhou por seus projetos e liderava campanhas, por conta própria, pela valorização da profissão militar. Ele foi amplamente apoiado nos círculos militares após a veiculação de uma “carta aberta” aos políticos.

Democrata convicto, na carta Synésio questionava: “Quem, na verdade, impede a construção da democracia? Aqueles que apontam para os desvios e exigem a correção dos desmandos? Ou aqueles que protagonizam a corrupção e solapam os fundamentos da democracia?”. A coragem do

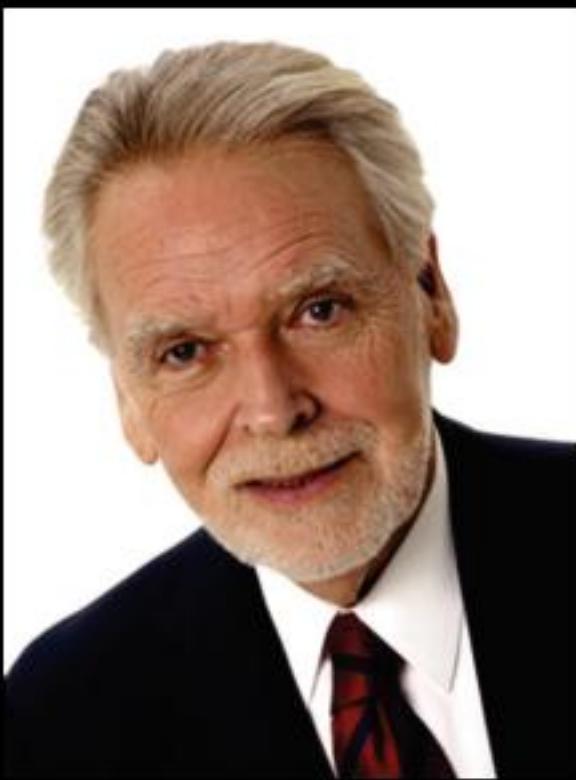
General Synésio revelava-se nesse texto. Com a mesma disposição ele seguia numa incansável luta em prol da “família militar” (para ele uma instituição sagrada) e por uma previdência que correspondesse à forma de vida na caserna, sujeita a transferências todo o tempo, a cargas horárias sem comparação no mundo civil, vida que exige dedicação exclusiva a que poucas pessoas se sujeitariam, seja pela remuneração, seja pelas condições de trabalho. O General Synésio e a própria vida concentraram toda a simplicidade e denodo que só os militares por vocação possuem. Tendo em vista sempre a dignidade dos cidadãos brasileiros, usava sua pena e sua capacidade de raciocínio para alertar as autoridades sobre situações que prejudicam os desígnios do Brasil. Era um nacionalista iluminado, que tinha consciência da necessidade de acordos e colaboração com as outras nações democráticas. Um homem elegante e educado que todo o tempo dialogou com Ministros e com diretores de empresas, tanto privadas quanto estatais, à mesma altura. Em sua trajetória, dedicou-se ao ensino, tendo tido uma influência enorme na formação de toda uma geração de generais e outros oficiais de Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Sempre batalhou para transferir seus conhecimentos às tropas e em todos os lugares nos quais serviu, por todo o Brasil. Em suas andanças, cumprindo as missões que lhe foram confiadas, o acompanhou sua esposa, dona Helena. Ela era uma aliada e conselheira em suas lutas. Viveu os mesmos dias difíceis do jovem oficial, nos rincões mais remotos do Brasil, com o amor e espírito de sacrifício, que caracterizam as esposas dos militares brasileiros.

Num país mais consciente, o General Synésio seria exaltado como um herói nacional, pela persistência e dedicação às causas

da arma terrestre e ao enorme patrimônio cultural do Exército, que ele tanto lutou para preservar. Dedicou-se à Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) como a uma missão e participava das reuniões em qualquer lugar do Brasil, promovendo a entidade com todas as pessoas que conseguia aglutinar em torno dessa causa tão nobre. Para plantar a semente da FUNCEB, viajou, apesar da idade, ao Forte Coimbra, a Corumbá, a Campo Grande, ia ao Rio, vinha a São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre. Era incansável quando o assunto estava ligado à preservação da cultura do Exército e à FUNCEB, à restauração de fortões e fortalezas. Profundo conhecedor da história do Brasil e da história do Exército Brasileiro, trabalhou pela FUNCEB como se estivesse na ativa. A despeito de todas essas qualidades, o mais importante era poder desfrutar de sua amizade, sua gentileza, seu cavalheirismo e, ao mesmo tempo, seu bom humor. Era uma grande honra estar à sua volta. Diariamente mandava para uma extensa lista de militares e amigos mensagens de WhatsApps escritas em caixa alta, como um grito contra as injustiças. Era um defensor do sistema democrático e dos princípios que forjaram os melhores militares brasileiros. Os que não o conheciam identificavam-no apenas como um senhor frágil e de idade. Não sabiam do seu vigor, dos sentimentos que o norteavam, do seu entusiasmo e sua coragem. A FUNCEB e sua Revista seguem com a segura orientação e cuidado extremo do General Synésio. A imagem da competência e dedicação, que deixava por onde passou, está impressa no extenso trabalho que realizou na divulgação de nossa história, na edição de livros, na educação profissional de jovens, na restauração de edificações e do enorme patrimônio da cultura militar brasileira.

Roberto Duailibi

Um dos fundadores da FUNCEB, é membro da Academia Paulista de Letras.



*Flávio
Corrêa*

FEB Octagenária

No próximo dia 9 de agosto, a Força Expedicionária Brasileira completará 80 anos. Criada pela Portaria Ministerial 4744, após o Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo, a FEB foi formada pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária-1ª DIE, com o objetivo de conter o avanço alemão sobre o território da Itália, e teve seu comando entregue ao General João Batista Mascarenhas de Moraes. A Força enviou 25.334 homens para o campo de batalha, dos quais 469 morreram em ação. O distintivo “a cobra está fumando” era uma referência ao que se dizia na época: “Será mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil participar do conflito na Europa.” Mas a cobra fumou. Foi uma resposta ao Presidente Getúlio Vargas, que descartava a participação brasileira na guerra. Os pracinhas abatidos no conflito são hoje considerados heróis nacionais, e seus restos foram sepultados no Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia. Em 1960, 467 deles – já que um permaneceu em solo italiano a pedido daquele país e outro não foi encontrado – foram trasladados para o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial¹, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, em emocionante

desfile pela Avenida Rio Branco, assistido por milhares de pessoas que, em contrito silêncio, prestavam sua homenagem aos compatriotas que deram suas vidas lutando pela democracia e pela liberdade. Ao fim do desfile, as urnas foram simbolicamente entregues ao Presidente Juscelino Kubitschek, que as aguardava no sopé da belíssima obra de arte, de autoria de Marcos Konder Netto e Hélio Ribas Marinho.

Como, infelizmente, reverenciamos muito pouco a nossa história, quase ninguém se lembra, por exemplo, de que o Brasil participou, ainda que modestamente, ao lado dos aliados, na Primeira Guerra Mundial. Enviou, por exemplo, oito navios de guerra para o conflito no Mediterrâneo e na Costa da África. Ou do envio de uma comissão de médicos da Divisão Naval de Operações de Guerra-DNOG. Os 156 brasileiros mortos foram enterrados no Cemitério de Dakar. Em 1928, iniciou-se o traslado desses restos mortais para um Mausoléu construído no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

1. O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial foi idealizado e construído por iniciativa do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes. (Nota do Editor).



Voltando à Segunda Guerra, eu sempre me emociono quando vejo e ouço as crianças italianas cantando a Canção do Expedicionário em português, em empolgantes cerimônias que envolvem as comunidades de Montese, Fornovo di Taro, Castelnovo e Monte Castello, entre outras, além de Pistoia, onde existe um monumento aos nossos pracinhas. Os italianos não se cansam de anualmente agradecer a bravura e o heroísmo dos soldados brasileiros que os italianos reverenciam como “I libetatori”. Ainda agora, em 14 de abril, eles comemoraram festivamente nossa vitória na Batalha de Montese, a mais sangrenta que a FEB enfrentou e cuja conquista desmoronou o sistema defensivo alemão. Enquanto isso, as homenagens feitas no Brasil foram modestas, quando existiram.

A última celebração com pompa e circunstância que merece foi realizada quando a Fundação Armando Álvares Penteado-FAAP, em parceria com o Jornal do Brasil, procedeu a uma inesquecível exposição iconográfica sobre o tema, além de um ciclo de memoráveis palestras que lembraram o acontecimento então sexagenário.

O presidente da FAAP e Conselheiro Curador da FUNCEB, Dr. Antônio Bias, recentemente me presenteou com um livro espetacular, cujo título é *O Brasil e Monte Castelo. Por quê? Como? Para quê?...*

Carvalho, presidente do Conselho Curador da FAAP, apresentação feita pelo General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, então Comandante do Exército, que com toda a razão nos lembra de que “o preito a nossos heróis, o culto das tradições da Pátria e o estudo da História do Brasil são deveres cívicos”. No notável prefácio da lavra do sempre brilhante General Sergio Roberto Dentino Morgado, ele nos brinda com esta reflexão: “Uma sociedade que não se emociona e não reflete com o seu passado, com seus erros e acertos, tende a não ter futuro promissor.” Por tudo isso, oxalá pudéssemos reproduzir este ano o que foi feito há duas décadas.

A verdade é que esse livro reacendeu em mim o velho desejo de construir em São Paulo um Memorial da FEB. Como sabemos, a FUNCEB tem desde seu início uma estreita ligação com nossos Ex-combatentes. Logo depois de receber a outorga da Rádio Verde-Oliva de Brasília há 23 anos, hoje uma das líderes de audiência na Capital Federal, dedicamos toda a

nossa atenção ao nosso primeiro grande projeto: a restauração do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, que estava muito avariado pelo tempo. Lembro-me, como se fosse hoje, da primeira visita que fiz, na qualidade de primeiro presidente da FUNCEB, ao Monumento. Fiquei estarrado: as urnas estavam boiando vítimas de uma infiltração das águas do mar da Baía de Guanabara. Graças ao esforço de muitos que se dedicaram à empreitada e com o inestimável apoio da iniciativa privada, que financiou a maiúscula obra, o Monumento foi reinaugurado pouco depois em comovente solenidade aplaudida pela sociedade, que se fez presente em grande número e que

*“O presidente da FAAP e Conselheiro Curador da FUNCEB, Dr. Antônio Bias, recentemente me presenteou com um livro espetacular, cujo título é *O Brasil e Monte Castelo. Por quê? Como? Para quê?...*”*

Flávio Corrêa

Com a participação de várias personalidades, o livro começa com um primoroso editorial escrito por dona Celita Procopio de

contou com a participação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Coube a mim proferir o discurso oficial, o que me causou forte emoção, um momento cívico de que jamais me esquecerei.

Tem origem aí o desejo de fazer algo em São Paulo para cultuar a história dos nossos heróis febianos. Afinal, São Paulo enviou o segundo maior contingente de soldados, superado apenas pelo Rio de Janeiro, que acabava de receber o seu espetacular monumento. Não posso deixar passar a oportunidade, por evidente bairrismo, de mencionar os 1.880 conterrâneos gaúchos que também embarcaram no porto de Santos para fazer parte de um exército verdadeiramente brasileiro, integrado por pracinhas de todas as regiões do país, como bem enfatiza a bela Canção do Expedicionário.

Lembro-me de quando fizemos uma apresentação de iniciativas da FUNCEB para o Presidente Lula, em seu segundo mandato, no quartel de Barueri. Quando ele se encantou com nosso projeto Soldado Cidadão, eu mencionei a ideia do Memorial, e ele aplaudiu. As circunstâncias do momento, entretanto, não permitiram que a ideia avançasse, mas a intenção persistiu e persiste até hoje. Eis que acaba de surgir uma nova oportunidade. Em parceria com a Associação dos Ex-combatentes de São Paulo, poderá acontecer um projeto na Praça Heróis da FEB, na região de Santana. Magnífica praça em excelente local, próximo ao Campo de Marte e onde já existem algumas importantes relíquias, como um hélice do contratorpedeiro Mariz e Barros, que escoltou o transporte da FEB para a Itália, um hélice de um avião P-47 Thunderbolt do Esquadrão Senta a Pua e um canhão antiaéreo Bofors de 40mm, totalmente recondicionado por iniciativa do General de Exército Adhemar da Costa Machado Filho, então Comandante do Comando Militar do Sudeste, donde foi promovido para a Chefia do Estado Maior, posto no qual se despediu do EB. Nossa presidente Carlos Roberto Pinto Monteiro está conversando com o Sr. Jairo Junqueira



Distintivo da FEB



Roteiro da FEB na campanha da Itália

da Silva Filho, presidente dessa entidade, hoje denominada Centro Cultural da Força Expedicionária Brasileira, à qual pertenço como presidente do Conselho. São conversas ainda muito preliminares sobre um projeto complexo, o qual deverá envolver diferentes entidades, como Prefeitura do Município de São Paulo, Associação Comercial, Guarda Civil Metropolitana (esta ocupa o espaço no momento), as Forças Armadas e a iniciativa privada que certamente apoiará tal projeto.

Quem sabe desta vez a nossa FEB Octogenária venha finalmente a ter seu Memorial em São Paulo?

Flávio Corrêa

Presidente do Conselho de Curadores da FUNCEB

Vidas Esquecidas: Capitão Luiz Antony, o Amazonas na Guerra do Paraguai



*Jeannot Jansen da
Silva Filho*

As Origens

Quando pisou no pequeno povoado, o Lugar da Barra do Rio Negro (atual Manaus), vindo de Lisboa, ficou deslumbrado. Enquanto o pai, silenciosamente, demonstrava melancolia e decepção, para o garoto era tudo alegria. O lugarejo parecia um parque só, com árvores e igarapés. Tinha cerca de 5 anos de idade. Divertia-se olhando uns meninos brincando com dois macacos, pulando de um para outro.

Luiz Antony e seu pai desembarcaram naquele lugar estranho, uma Comarca da Província do Grão Pará, em torno de 1825. O pai, Henrique Antony, tinha origem na Córsega. Acompanhava-os a irmã de Luiz, chamada Maria.

A Córsega é uma grande ilha do Mediterrâneo. Dista da França cerca de 170 km e da Itália a metade disso. Conquistada por Gênova, viveu lutando pela independência.

Em 1738 a França apoiou os genoveses e, em 1768, adquiriu os direitos sobre a ilha.

Em 1751 foi criado o Estado do Grão Pará e Maranhão, que incluía o atual Amazonas. E em 1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro, compreendendo os territórios dos atuais Amazonas e Roraima.

O grande herói da Córsega é Pasquale Paoli. Carlo Bonaparte, pai de Napoleão, foi seu secretário. Enrico Antony, pai do emigrante Henrique, que desembarcou com dois filhos no Amazonas, foi oficial no Exército rebelde. Em 15 de agosto de 1769, nasceu Napoleão Bonaparte; se nascesse quinze meses antes, não seria francês e sim italiano.

Em 1791, a sede da Capitania de S. José do Rio Negro foi transferida da Vila de Mariuá, atual Barcelos, para o Lugar da Barra do Rio Negro (depois chamado Vila da Barra e, a partir de 1856, Manaus).

Hoje, a Córsega é uma região administrativa da França.

Em 1808, liderada por D. João VI, a Corte portuguesa, pressionada por Napoleão, atravessou o Atlântico e levou a sede do reino para o Brasil. Seu retorno ocorreu em 1821. Em 7 de setembro de 1822, o Brasil separou-se de Portugal e teve D. Pedro I como Imperador. Em 6 de agosto de 1826, nasceu o Príncipe Pedro II. No mesmo ano, D. Pedro I tornou-se rei de Portugal (D. Pedro IV) e abdicou a favor de sua filha, D. Maria. A Imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I, morreu em 11 de dezembro desse mesmo ano.

No Amazonas Provincial

Em 1831, D. Pedro I abdicou em favor do filho Pedro, com 5 anos. O jovem Príncipe passou a governar o país, como D. Pedro II, a partir de 23 de julho de 1840, com 14 anos e 7 meses.

Subindo o rio Negro, após deixar o Amazonas, encontrava-se o Lugar da Barra. O que primeiro se via era o Forte da Barra, que dera origem ao povoado. Uma construção tosca, cercada por um muro pintado a cal, quase caindo, mas retendo sua forma



Manaus, entre 1840 e 1860 (Entrada da Vila da Barra do Rio Negro. Viagem através da América do Sul, M. Paul Marcoy, desenho de Riou)

original quadrangular. Parecia abandonado. Aqui e acolá, sem noção de estética, casabres de madeira cobertos de palha. À medida que a embarcação se aproximava, aglomeravam-se os habitantes no pequeno porto, à busca de notícias, tempo em que não havia telégrafo. Uma igrejinha coberta de palha, um pouco mais distante, expunha seu perfil. Assim, os dois edifícios mais visíveis eram os que representavam as duas forças que controlavam a região: o crucifixo e a espada.

“Enrico! Enrico!” As pequeninas mãos de Luiz Antony reagiram freneticamente apertando as de seu pai, gritando insistente: “Estão chamando você, papai!”. Henrique Antony olhou e, aliviado, viu seu amigo Francisco Ricardo Zani. Os dois se abraçaram, emocionados.

Zani era coronel, nascido na Córsega e companheiro de Henrique Antony nos movimentos pela liberdade corsa. Incentivou os Antony para atravessarem o Atlântico.

Foi ele que mandou fazer a murça, confeccionada com penas e penugens de aves, presente para D. Pedro I. Como este havia abdicado, foi usada por Pedro II no ato de sua entronização. Pode ser admirada no Museu Imperial de Petrópolis.

O encontro dos dois amigos foi repleto de recordações. Os Antony dormiram, como doravante fariam, naquelas estranhas redes. Na manhã seguinte, andando pelo povoado, viu as ruas sujas, lamacentas, sem nomes. Anos depois, duas delas levariam seu nome: ruas Henrique e Luiz Antony, hoje importantes vias no centro de Manaus. Tinha vindo para conhecer. Gostou. E aí ficou.

A seus filhos confidenciara que fugira da Europa por ter “sua cabeça a prêmio”. Viera com recursos financeiros suficientes para lhe permitir tornar-se importante comerciante regional. Em um sobrado de sua propriedade, foi instalado o palácio do governo por algum tempo. Nunca esclareceu seu passado. Casou com Leocádia Maria Brandão em 1839, sobrinha de D. Frei Caetano Brandão, 6º Bispo do Grão Pará, com quem teve cinco filhos.

A Comarca do Alto Amazonas, criada em 1824, incorporada à Província do Grão Pará, ganhou autonomia como Província do Amazonas em 1850, tendo Manaus como capital, recompensa pela fidelidade ao Império durante a Revolta da Cabanagem.

Henrique legou a seus filhos o sentimento de honra e família. Naturalizado, jurou fidelidade às leis brasileiras em 1854. Mais tarde iria oferecer, em holocausto, à sua nova pátria, o bem mais precioso de um homem, o filho primogênito, Luiz Antony.

Quando a expedição de Louis Agassiz esteve em Manaus, em 1865, recomendada por Pedro II, foi recebida por Henrique. Essa passagem será descrita por Elizabeth Agassiz, esposa e relatora da famosa viagem.

Do filho Luiz Antony menos se sabe. Foi comerciante e servidor público. Nenhuma informação sobre sua infância ou juventude. Nasceu na Córsega? Talvez, mas pode ter sido na Europa. Sua mãe? Nada há sobre ela. Sabe-se que foi um homem honrado e honesto, bom filho e ótimo pai.

Casou com Francisca Maria da Conceição Perdigão, conhecida como Chiquinha.

Com ela, teria quatro filhos: Antônio Guerreiro, Hildebrando Luiz, João e Leandro, o mais novo, que não o conheceu; ao nascer, em 25 de outubro de 1865, o pai encontrava-se no Teatro de Operações do Paraguai.

Em 1858, “as desintelligencias com o Paraguai, que pareciam precursoras do flagello da guerra, terminarão por um acordo honroso para ambos os Países, graças à sabedoria do Governo Imperial.” (1)

Luiz Antony sempre viveu no Amazonas, então um desafio assustador. Inexplorada, isolada, com índios hostis e uma barreira de selva. A gigantesca rede fluvial era a única e perigosa via de penetração. Rios, corredeiras, igarapés e igapós tornaram-no habilidoso no transporte fluvial, na travessia de terrenos alagados e pantanosos, na caça e com armas de fogo. Habilidades que lhe seriam preciosas, anos mais tarde, no Paraguai.

Foi cidadão ativo no desenvolvimento do Amazonas. Assinou o Auto de Imposição da 1ª Pedra para edificação da nova Igreja Matriz de Manáos, definitivamente capital

da nova Província, em julho de 1858. Era respeitado por repetidamente fazer parte do Júri da Comarca de Manaus.

Luiz Antony, em fevereiro de 1857, foi nomeado amanuense (escrivão) da Administração da Fazenda Provincial, cargo exercido com reconhecido destaque. Pediu demissão em maio de 1859, pois, sendo Alferes (equivalente ao Aspirante a Oficial atual) da Guarda Nacional do Amazonas, foi convocado para serviço daquela instituição.

“RELACÕES ENTRE BRASIL E O ESTADO ORIENTAL DO URUGUAY. a adopção de providencias que efficazmente protejam os brasileiros alli residentes (no Uruguai), exigiram um ultimo apello áquelle Estado O governo da república não correspondeu com a solução desejada.... collocou (o Imperador) na necessidade de expedir instruções ... para represálias.” (1)

O PRELÚDIO DO CAOS

“Perdidas as esperanças de uma solução pacífica para as questões que trazíamos pendentes com o Estado Oriental, tiveram começo as operações.... resolveu-se pela rendição da praça de Montevidéu... Infelizmente.... A república do Paraguai... tomou por pretexto a invasão do território Oriental para romper as relações de paz com o Brazil... enviou uma expedição militar ao território de Matto-Grosso... Tão enormes attentados não ficarão impunes.” (1)

Aglomeravam-se no porto os habitantes de Manaus, como sempre faziam ao atracar um navio. Era janeiro de 1865, calor forte após chuva típica do “inverno” amazônico. Todos procuravam cartas, jornais, novidades. A maior delas era a invasão de Mato Grosso e a tomada do Forte Coimbra por tropas paraguaias. Ninguém imaginava o impacto que as notícias daquele dia produziriam na vida de muitos de seus moradores. Luiz Antony era um deles. Não sabia que, três meses depois, estaria embarcando para combater os invasores.

Em 15 de fevereiro de 1865 finalmente caiu Aguirre (Presidente da República Oriental do Uruguai), pondo fim às operações que tropas brasileiras desenvolviam naquele país.

(1) Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas para a Assembleia Legislativa Provincial (de 07/09/1858, 03/05/1861, 19/01/1863, 01/10/1864, 08/05/1865, 05/09/1866 e 04/04/1869).

A realidade é que o Brasil não estava preparado para a guerra. O Imperador Pedro II era um pacifista convicto e priorizara a atuação da diplomacia. Para reagir, o Império, apesar de uma Armada poderosa, só dispunha do pequeno Exército de Linha (Exército permanente), da desorganizada Guarda Nacional e dos desarmados Corpos Policiais (Polícias Militares) provinciais.

O Exército possuía três Armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia, com Unidades móveis (preparadas para a guerra) e fixas (destinadas à segurança interna). A Infantaria, por exemplo, tinha 13 Batalhões móveis: 9 estiveram em campanha no Uruguai e todos os 13 no Paraguai. No Amazonas havia unicamente o 3º Batalhão de Artilharia a pé, com apenas uma Seção de Batalhão pronta (com 158 praças previstas e 96 existentes, em 1864).

As Unidades fixas (quinze) compunham os Corpos de Guarnição das Províncias, sob “controle operacional” de seu Presidente. Reorganizadas para a campanha, constituíram 9 Batalhões de Infantaria (BI). O Corpo de Guarnição do Amazonas possuía cerca de 200 praças, em 1864.

“Do que tínhamos antes da guerra, apenas alguns Corpos existentes nesta Corte, e na Província do Rio Grande do Sul, apresentavam aspecto lisonjeiro; os outros, porém, fracionados e distribuídos em destacamentos por diversas localidades, mal fardados e armados.... aplicados a serviços de polícia e em outros inteiramente estranhos a sua instituição, não podiam desempenhar a nobre missão que lhes é incumbida.” (do Ministro da Guerra, 1865).

A Guarda Nacional, criada em 1831, começou mal, pois tinha dupla subordinação: Presidente da Província e Ministro da Justiça. Poucas Províncias possuíam uma Guarda minimamente organizada. Destinada para a segurança pública, afinal constituíram muitos Corpos de Voluntários que estiveram no Paraguai. No Amazonas, em 1864, a Guarda Nacional organizava-se em um Comando Superior, 4 BI e 1 Seção de Batalhão de Artilharia, com efetivo previsto, mas inexistente, de 5.494 homens. Tão ineficaz que os Presidentes Provinciais decidiram dispensá-la totalmente de qualquer serviço.



Artífices: Alferes – Uniforme Grande Gala, Capitão e Praça – 2º Uniforme (1858)



Na sequência, Tenente de Artífice 1º uniforme (1845-1851), Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros – Uniforme Grande Gala (1852), Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros – 2º Uniforme (1852)



Engenharia (1865-1871). Alferes, Soldado e Sargento (1865-1866). Soldados trabalhando (1867-1871); Pequeno Uniforme

1864: "GUARDA NACIONAL.... que se dê uma organização especial a esta força. No estado em que se acha, não vejo de que utilidade possa ser ao estado e particularmente á província. De tudo carece.... como de armamento. Sem disciplina, sem instrucção, sem Idea do que é e para o que se destina, a guarda nacional pode ser tudo, menos uma milícia... Sendo incumbida de auxiliar, nos domingos, a guarnição da cidade, foi afinal dispensada desse serviço, que raríssimas vezes prestou...." (1).

Finalmente havia os Corpos Policiais. Embora nem todas as Províncias os possuíssem, cerca de 4.600 policiais estiveram em campanha. A Província do Amazonas, instalada em 1852, não havia criado seu Corpo Policial.

Surpreendido pelo conflito, o Império viu-se impedido de reagir como deveria.

A espantosa realidade do insuficiente efetivo impôs medidas extraordinárias.

A Lei de 21 de janeiro de 1865 convocou 14.796 Guardas Nacionais, estabelecendo cotas para cada Província. Ao Amazonas coube 230 Guardas.

O Decreto de 7 de janeiro de 1865 criou os Corpos de Voluntários da Pátria: "São criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente quiserem se alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas." O resultado foi positivo. Voluntários da Pátria chegaram a 75% do Exército em operações no Paraguai, com desempenho às vezes igual ou melhor que o da tropa de Linha.

O Presidente do Amazonas embarcou imediatamente os militares existentes na Província: o Corpo de Guarnição (197 homens), a Seção de Artilharia (96 homens) e 226 soldados destacados do

5º BI, sediado no Maranhão. Um total de 351 militares partiu no Tapajoz, em 27 de fevereiro de 1865.

A comida, farta, era saborosa. Luiz Antony e sua família jantavam, em silêncio. Era fevereiro de 1865. Dias antes, Manaus soube da invasão de Mato Grosso e da convocação dos Voluntários da Pátria. As crianças falavam só quando lhes perguntavam algo. A mãe, D. Francisca, contava que.... Sr. Luiz, está escutando? Ele respondeu: "não. Quero comunicar que tomei uma decisão. Sou voluntário e irei para a guerra, no Paraguai". As crianças tinham 6, 5 e 2 anos; não entendiam a dramaticidade que as palavras carregavam, mas percebiam a tensão à mesa. A esposa e mãe ficou atônita! Como? Por quê? Procurou todos os argumentos possíveis e passou a noite chorando. Luiz foi irredutível. Já havia falado com o pai, que aprovava a decisão. Dia seguinte, acordou cedo e, sendo Alferes da Guarda Nacional, declarou-se voluntário. Crescera ouvindo as heroicas histórias dos corsos contadas pelo pai, o que lhe reforçava a vontade de defender a pátria. Sua esposa, preocupada e temendo o futuro, pedia-lhe que desistisse da ideia que, a cada dia, ele justificava com maior fervor.

Os dois meses seguintes foram de frenética preparação. Em 18 de abril de 1865, Portaria do Presidente da Província o promove a Tenente; e Portaria de 22 de abril o designa para serviço destacado no Paraguai. Estava definido. Iria para a guerra.

(1) Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas para a Assembleia Legislativa Provincial (de 07/09/1858, 03/05/1861, 19/01/1863, 01/10/1864, 08/05/1865, 05/09/1866 e 04/04/1869).



Acervo: Biblioteca Nacional

Rua do Imperador, em Belém.
Fotografia de Felipe Augusto Fidanza (1847-1904).

Escola Militar da Praia Vermelha. Óleo sobre tela de José de Arimatéia, 2008.

D. Francisca aprontou a mala do marido, lenta e organizadamente. Ele, sentado na cama, dizia o que necessitava. Sentia-se sufocado por emoções contraditórias. Queria ir, mas também queria ficar.

Dolorosamente chegou o dia da partida, 26 de abril de 1865. Vestida com a melhor roupa e o chapéu azul que o marido mais gostava, não podia conter as lágrimas. Foi assistir ao embarque, ao qual as autoridades e a elite social compareceram. Seus olhos azuis se destacavam. Os filhos caprichosamente usavam as roupas domingueiras. Todos sentiam, silenciosamente, muita tristeza. Embarcaram para Belém no vapor Tapajoz, com um total de 262 praças. De Belém seguiriam para a Corte. No mesmo navio estavam o Tenente Menandro Leandro Monteiro Tapajós e os Alferes Henrique Antony de Albuquerque (2) e Joaquim Benjamim da Silva, todos da Guarda amazonense. Serão companheiros inseparáveis, na glória e na tristeza (3).

MIL VEZES MALDITA GUERRA!

“Afinal, a Guerra do Paraguai é comparável à do Vietnã, pela dificuldade logística, pelo envolvimento da população do país e, até, por ações típicas de guerrilha. O notável é que vencemos.” (Armando de Senna Bittencourt)

A questão militar no Uruguai estava pacificada, e o Brasil se reorganizava para enfrentar López. A invasão acontecia no isolado Mato Grosso, invadido por 7.000 paraguaios que ocuparam Corumbá, em abril de 1865.

Convocados 9.000 Guardas Nacionais de São Paulo e Minas Gerais para a Força Expedicionária criada para atuar no Mato Grosso, não se conseguiu mais que 1.300. Era o anúncio da tragédia. Em julho de 1865,



foi reunida em Uberaba, com tropas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e a *Artilharia oriunda de Manaus*. Com a invasão do Rio Grande do Sul, o Governo Imperial, convencido da vital importância da campanha no sul, “esqueceu e abandonou” as operações no Mato Grosso. A tropa brasileira alcançou a fronteira no rio Apa só em abril de 1867, reduzida a 1.700 soldados. Um terço morreria por fome ou doença. Invadiu o Paraguai e alcançou a *Estância Laguna*; sem comida, decidiu pela retirada, terminada em julho de 1867: a famosa *Retirada da Laguna*.

A artilharia expedicionária, com maioria amazonense, deixou Manaus em 27 de fevereiro de 1865. De Santos marchou com 4 canhões La-Hitte, tracionados a boi, incorporados na coluna de São Paulo. Dos 90 homens embarcados em Manaus, só 33 deles iniciaram as operações e apenas 3 retornaram ao Brasil. Seus nomes? Não se sabe.

(2) Não identificado na genealogia dos Antony. Amazonense, nascido em 1841. Provavelmente um dos muitos afilhados de Henrique Antony.

(3) Todos incorporados ao Batalhão de Engenheiros, com desempenho excepcional. Menandro Tapajós e Henrique Albuquerque receberam a Ordem da Rosa e foram promovidos, por bravura, a Capitão e Tenente. Menandro perdeu um braço tirado por uma granada e casou com Dolores Gaúna, argentina de Corrientes, durante a guerra. Retornou a Manaus. Henrique, promovido a Capitão em outubro de 1868, esteve na ocupação de Assunção com o 2º BI. Ferido, foi dispensado em dezembro 1869, indo morar na Bahia. Ambos receberam a honraria de oficiais honorários do Exército. Joaquim da Silva recebeu a Ordem de Cristo. Morreu na batalha do Boqueirão de Sauce, em 16 de julho de 1866.

De Belém, Luiz Antony partiu em outro vapor. Quase todos os passageiros iam para a guerra, com preocupações comuns. Desembarcou na Corte, em maio de 1865, alojado provavelmente nas instalações da Escola Militar de Aplicação do Exército, na Praia Vermelha, onde também estava o Batalhão de Engenheiros (Btl Eng). Por cartas, ele informava à família que “era próximo ao Pão de Açúcar”.

Diferentemente de outras Províncias, o Amazonas não enviou um Corpo de Voluntários constituído. Encaminhava contingentes para integrarem os Corpos organizados no Rio de Janeiro.

O Btl Eng, Unidade de elite, encontrava-se em reorganização, justo quando os oficiais amazonenses eram condôminos do mesmo quartel.

Luiz Antony tinha o perfil do oficial necessário. Disciplinado, responsável, líder



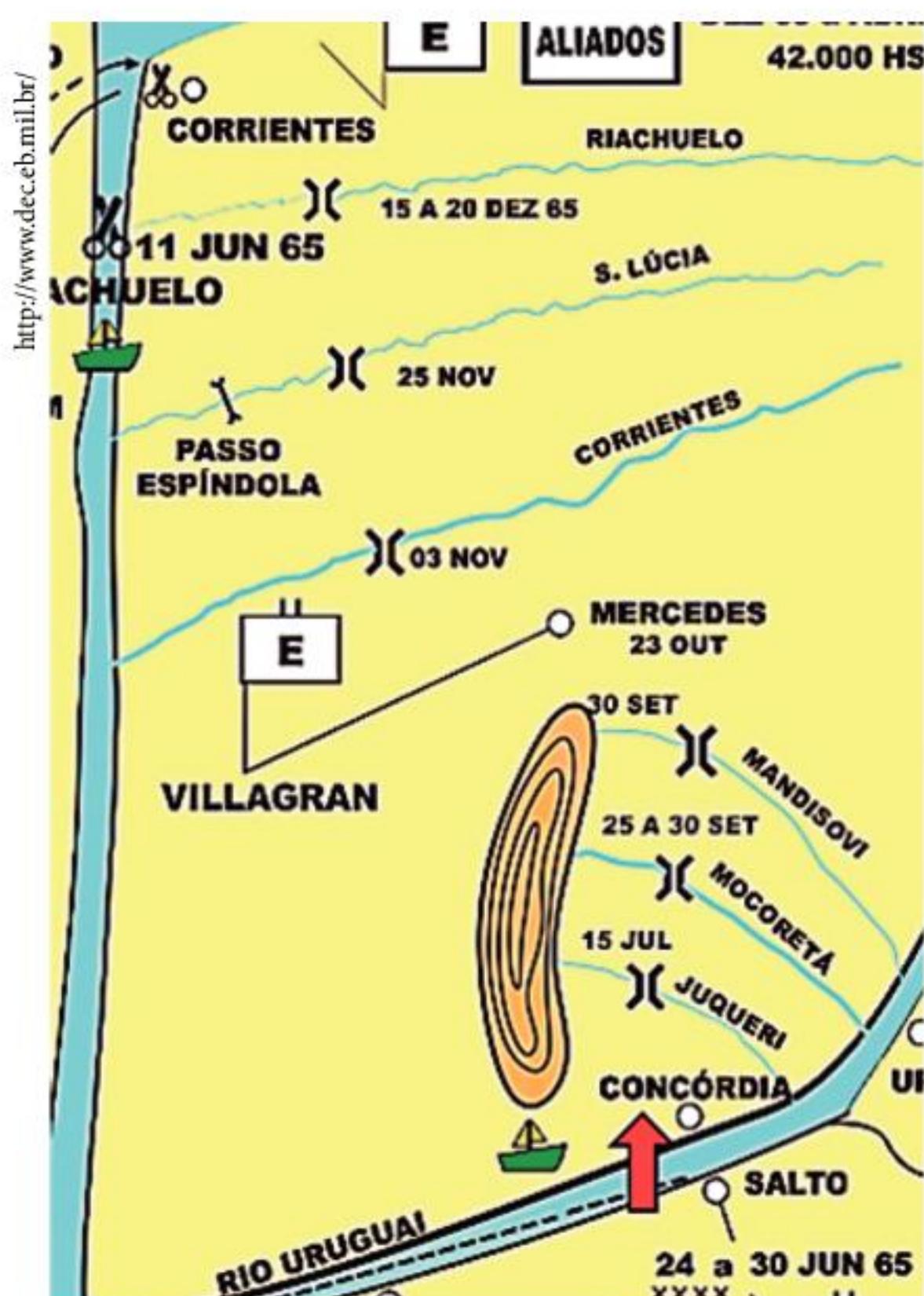
O legendário Marechal Manoel Luis Osorio, Marquês do Herval, Patrono da Arma de Cavalaria

nato. Excelente atirador, ótima orientação na selva, nos rios e pântanos, experiente piloto de embarcações – capacitações preciosas, preciosas demais para quem ia desenvolver operações no Paraguai. Foi incorporado ao Btl Eng. Não iria decepcionar.

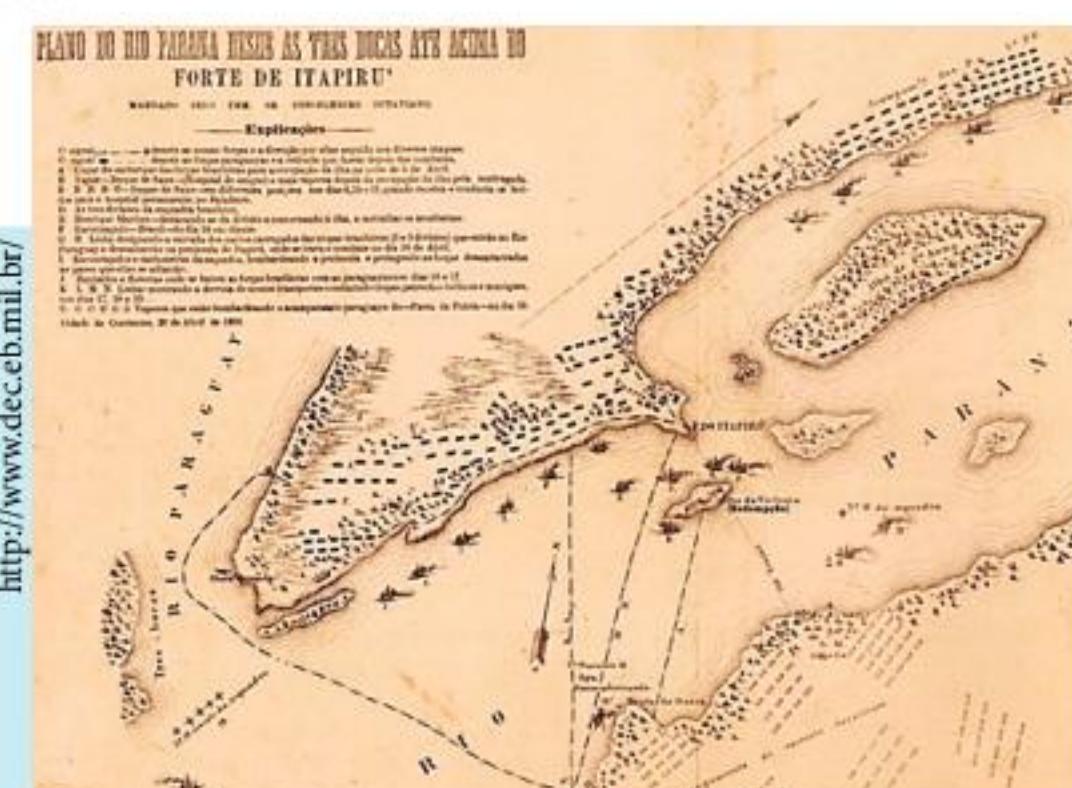
Após Mitre (Presidente da Argentina) negar passagem por seu território para López atacar o Brasil, forças paraguaias o invadem e conquistam Corrientes em 4 de abril de 1865, motivo para assinatura do Tratado da Tríplice Aliança. Em 10 de junho invadem o Brasil e em 5 de agosto ocupam Uruguaiana.

Em junho de 1865, o Btl Eng embarcou para Montevidéu, incorporando-se ao I Corpo de Exército do General Osorio, já em território argentino.

Em 18 de setembro de 1865, com a presença do Imperador D. Pedro I, os paraguaios se renderam em Uruguaiana.



Croqui da Mesopotâmia Argentina. Sucessivamente, o Batalhão transpôs o rio Corrientes (3/11/1865), o rio Santa Luzia (25/11/1865) e o rio Riachuelo (entre 15 e 20/12/1865)



O exército aliado acampado na margem esquerda do Rio Parana, O Exército Paraguaio ocupava a margem direita

Sob comando do Tenente-Coronel Villagran Cabrita, o Btl Eng realizou a grande marcha até a fronteira com o Paraguai, no rio Paraná. Foi nesse período que o Tenente Luiz Antony ganhou a experiência necessária como engenheiro combatente.

Em janeiro de 1866, acampado próximo ao grande rio, Luiz Antony soube do nascimento de seu caçula, Leandro, através de carta. Essa pequena troca de notícias criou formidável corrente de transmissão oral familiar de parte de sua história.

Os aliados estavam prontos para a invasão. A travessia seria em Três Bocas, no rio Paraguai, a 2 milhas da confluência com o Paraná. Uma ilha, chamada de Redenção, em frente à Fortaleza de Itapiru, no rio Paraná, seria ocupada, procurando iludir o inimigo quanto ao verdadeiro local da invasão.

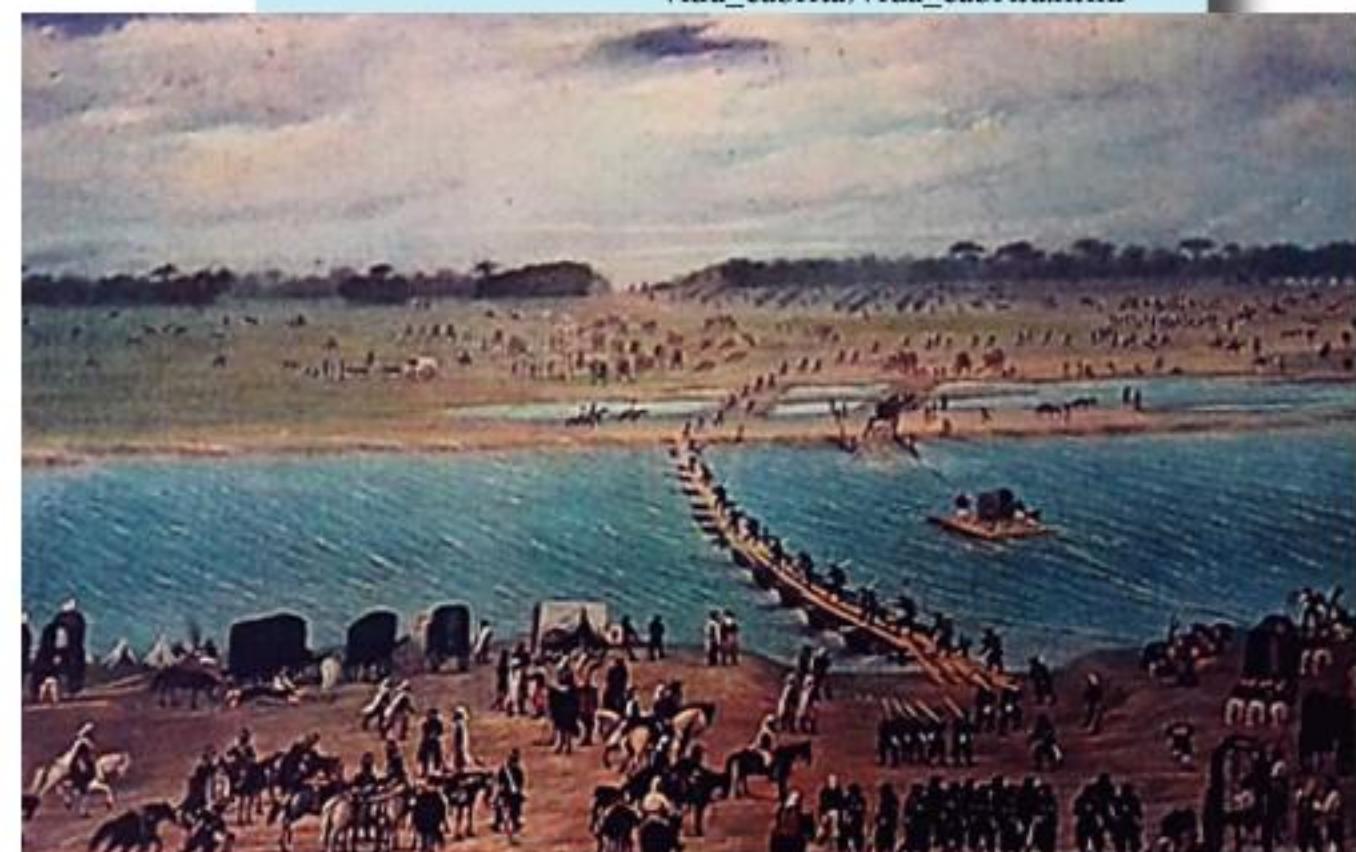
Entre engenheiros, artilheiros e infantes, 900 homens foram selecionados para a operação, comandada pelo próprio Tenente-Coronel Villagran Cabrita.

Luiz Antony estava jantando quando soube que tinha sido escolhido para integrar o contingente de 200 engenheiros que participariam da operação no dia seguinte, 05 de abril de 1866. Ficou nervoso, confidenciou. À meia-noite, já estava na ilha.

Construção de trincheiras e preparação das posições de Artilharia começaram imediatamente. O 7º Corpo de Voluntários da Pátria (CVP) ocupou a direita, e o 14º Batalhão de Infantaria (BI) o centro e lado esquerdo. O inimigo atacou na madrugada de 10 de abril.

Toda a margem da ilha foi subitamente abordada. O Tenente-Coronel Villagran Cabrita deslocou-se para onde melhor poderia conduzir a defesa, deixando o Capitão Tibúrcio responsável pelo flanco esquerdo. Nesse lado havia um grande fosso, protegido por densa vegetação, ocupado pelo inimigo, ameaçando a defesa. O Capitão Tibúrcio e o Tenente Luiz Antony decidiram então assaltar, com alto risco, diretamente a grande vala.

Parte de Combate do Cap Tibúrcio: "Alguns paraguayos... se estabelecerão dentro do fosso e dahi



Travessia do Rio Riachuelo (1865).

Cândido Lopez.
Museu Histórico Nacional,
Buenos Aires, Argentina



Travessia do Rio Santa Lúcia (1865).

Cândido Lopez.
Museu Histórico Nacional,
Buenos Aires, Argentina



Chegada das tropas aliadas à margem direita do rio Paraná (1866).

Cândido Lopez.
Museu Histórico Nacional,
Buenos Aires, Argentina

fuzilavão a todos os nossos que tentavão tomal-os de flanco: nessa ocasião convidei... o Tenente Luiz Antony e mais 12 soldados e fomos a ferro frio carregar sobre os paraguayos que estavão no fosso; surtiu bom efeito, só ficarão 10 paraguayos no fosso, porém mortos. O flanco esquerdo continuava a ser atacado, mas, livre o fosso, fácil foi a defesa:... os tenente Luiz Antony,....



“Vilagran Cabrita”,
em óleo sobre tela de
Alcebíades Miranda
Junior (1903-1976).
Acervo da Biblioteca
do Exército

conduzirão-se na defesa do flanco esquerdo e repulsa do inimigo com a maior bravura e entusiasmo.” (4).

Quando clareou o dia, havia dúvidas sobre o resultado final do combate. No fim, 640 inimigos mortos e 60 presos; 53 brasileiros perderam a vida.

Na outra margem do rio: “Era um espetáculo inenarrável.....Cessou o fogo. De quem seria a vitória? Houve um momento de ansiedade, de horrível incerteza. Súbito, ouvimos os sons da alvorada festiva, que assinalava as nossas vitórias. O hino nacional, vibrante... arrebatou nossas almas juvenis.” (5).

Às 17h o Tenente-Coronel Villagran Cabrita perdeu a vida, atingido por um projétil que acertou a chata onde escrevia seu relatório. Em 1962, tornou-se o Patrono da Engenharia.

Parte de Combate do Cap Brasílio Bezerra, respondendo pelo Comando do Btl Eng: “Relação dos oficiais que se distinguirão no assalto e bombardeamento do dia 10 de abril de 1866: ... Tenente Luiz Antony, commandou a 4ª companhia durante o assalto e combateu com valor e sangue frio”(4).

Parte de Combate do oficial que respondia pelo contingente de engenheiros durante o assalto para-guaio: “Seria por demais injusto não recommendando muito especialmente a V. S. os officiaes que estavão presentes, os Srs. tenentes ... Luiz Antony...” (4).

Pela bravura, Luiz Antony foi agraciado pelo Imperador com a Ordem da Rosa.

“CONDECORAÇÕES – ORDEM DA ROSA – CAVALLEIRO - Tenente Luiz Antony – Decreto de 27 de julho e diploma de 10 de Agosto do corrente anno (1866). Por serviços prestados no combate da ilha da Redempção a 10 de Abril” (4).

Transposto o rio Paraná, Itapiru foi evacuada. Os aliados marcharam para Tuiuty, área plana e mais elevada, com sucessivos combates de retardamento. Mais uma vez o Tenente Luiz Antony se sobressaiu. O terreno era apropriado para as habilidades adquiridas na Amazônia. Pelo vigor e coragem futuramente foi distinguido.

Em 24 de maio, acampados em Tuiuti, os brasileiros enfrentam e vencem a maior batalha da América do Sul. Pelo excepcional desempenho e reconhecida bravura nesses confrontos, Luiz Antony é condecorado com a Imperial Ordem de Christo:

“CONDECORAÇÕES – ORDEM DE CHRISTO – CAVALLEIRO – O Sr. Tenente Luiz Antony – Decreto de 17 de Agosto e diploma de 17 de outubro do corrente

(4) Ordens do Dia da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (520 de 07 de julho, 522 de 19 de julho e 536 de 30 de dezembro de 1866; 683 de 28 de julho, 685 de 18 de agosto, 687 de 15 de setembro, 692 de 14 de outubro e 701 de 18 de dezembro de 1869).

(5) Cerqueira, General Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai.



A Imperial Ordem da Rosa, ordem honorífica brasileira criada pelo imperador D. Pedro I pelo Decreto de 17 de outubro de 1829, foi uma das honrarias recebidas pelo Capitão Luiz Antony (grau Cavaleiro). Jean-Baptiste Debret (1829).
<http://ebacervo.eb.mil.br>

A Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul
<https://monarquia.org.br/brasil-imperial/ordens-do-imperio>

A Estrela da Grã-Cruz da Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, também recebida por Luiz Antony.
Poliano, Luis Marques, Heráldica, Ed. GRD, Rio de Janeiro, 1986, p. 372

anno (1866). Por serviços prestados nos combates de 16 e 17 de abril, 2 e 24 de maio”(4).

Seus camaradas fizeram-lhe festiva reunião quando o próprio comandante do Batalhão lhe comunicou sua promoção a capitão, por bravura.

05 de setembro de 1866: “... mencionarei apenas os seguintes factos, como os mais notáveis a tomada de Itapiru pelas nossas forças, e a ultima batalha do dia 24 de maio (Tuiuti), em que tanto se distinguirão os officiaes da guarda nacional desta província (Amazonas) que se achão na guerra. Como prova de que ella não é indiferente ao brioso comportamento daquelles que a representão na grande luta nacional, resolveu nomear o tenente Luiz Antony, pela bravura com que se houve no ataque da ilha de Itapiru, para o posto de capitão enviando as patentes desses officiaes ao Exmo. Sr. ministro da guerra, que se dignou approvear aquellas nomeações.” (1).

“Forão aprovadas as nomeações feitas em 06 de Junho findo (1866), pela presidencia da província do Amazonas, do Sr. tenente da guarda nacional da mesma província Luiz Antony, para capitão” (4).

No dia em que a esposa D. Francisca leu sua carta dizendo do recebimento da condecoração, o filho mais novo, Leandro, completava um ano. Em Manaus, a família Antony mandou celebrar solene missa e reuniu os amigos numa elegante recepção.

Em 22 de setembro de 1866, os aliados, conduzidos pelo Comandante em Chefe Bartolomé Mitre, Presidente da Argentina, atacaram a fortaleza de Curupaiti. Foi a maior derrota aliada em toda a campanha.

A estrondosa derrota em Curupaiti provocou a nomeação do Marquês de Caxias para o Comando das Forças Brasileiras no Paraguai, que assumiu em 18 de novembro de 1866, encontrando um Exército desorganizado, sem ânimo e debilitado pelas doenças pestilentas. Caxias renovou os serviços logísticos, reorganizou a tropa e reforçou o efetivo. As medidas surtiram o efeito desejado .

(1) Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas para a Assembleia Legislativa Provincial (de 07/09/1858, 03/05/1861, 19/01/1863, 01/10/1864, 08/05/1865, 05/09/1866 e 04/04/1869).

(4) Ordens do Dia da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (520 de 07 de julho, 522 de 19 de julho e 536 de 30 de dezembro de 1866; 683 de 28 de julho, 685 de 18 de agosto, 687 de 15 de setembro, 692 de 14 de outubro e 701 de 18 de dezembro de 1869).



Batalha de Curupaiti,
óleo sobre tela de Cândido López,
24 de setembro de 1866.



Vilagran Cabrita no combate
da Ilha da Redenção,
óleo sobre tela de Álvaro Martins, 1997



Dispositivo após a ocupação
da ilha da Redenção



Itapiru, 19 de abril de 1866,
República Del Paraguay.
Museu Histórico Nacional,
Buenos Aires, Argentina

No âmbito familiar conta-se que, possivelmente em Tuiuti, Luiz Antony encontra o Marquês de Caxias, numa inspeção de rotina. O Marquês lhe vê no peito as medalhas e pergunta “onde ganhou essa?”. “Em Itapiru”. Caxias teria dito “meus parabéns”.(6)

Mitre retorna à Argentina em fevereiro de 1867. Caxias passa a ser o Comandante Geral aliado interimamente.

Nesse longo período de reorganização, o Capitão Luiz Antony foi transferido para o 50º CVP, antigo 19º, que tinha por origem as Polícias do Ceará, Sergipe e Piauí.

Em julho de 1867, reforçado com mais um Corpo de Exército organizado com base na Cavalaria da Guarda Nacional gaúcha, Caxias estava pronto. Rompeu de Tuiuti no sentido geral nordeste, desbordou e imprensou Humaitá no rio Paraguai. O 50º CVP, com o Capitão Luiz Antony, marchou na vanguarda do III Corpo, comandado por Osorio.

Mitre reassume o comando aliado em Ago 1867. A Esquadra ultrapassa as fortificações de Curupaiti.

A inclemência das condições meteorológicas atrasou e prejudicou as operações, mas o cerco apertou. Posições paraguaias foram conquistadas progressivamente.

Mitre volta para a Argentina. Em 11 de fevereiro de 1868, Caxias assume o Comando Geral definitivamente. Em 19 de fevereiro, a Esquadra ultrapassa Humaitá e alguns navios fazem uma demonstração em frente a Assunção.

Em julho de 1868, Caxias determinou a Osorio um reconhecimento em força de Humaitá. Durante a operação, o escalão de ataque perdeu a impulsão e não conseguiu

progredir. Empregada a reserva, não houve espaço para manobrá-la. Osorio decidiu pela retirada. O terreno, pantanoso, dificultava; o 50º CVP, inicialmente na reserva e depois empregado na proteção da retirada, teve 3 mortos e 13 feridos. Um deles, com grave ferimento na perna, era o Capitão Luiz Antony.

Ordem do Dia do Marquês de Caxias, Marechal e Comandante em Chefe das Forças Aliadas: “Quartel General em Pare-Cué, 25 de Julho de 1868. OFFICIAES E PRAÇAS, MORTOS, FERIDOS E CONTUSOS NO COMBATE DA MADRUGADA DE 15 DE JULHO DE 1868 -.... 50º Corpo de Voluntários da Pátria -.... Feridos: capitão Luiz Antony...” (4).

Oito dias depois, o inimigo abandonou a cidadela. Como numa espécie de vingança contra seus inimigos e numa homenagem a seu Capitão, o 50º CVP participou do cerco, rendição e aprisionamento dos remanescentes de Humaitá.

Ferido, Luiz Antony foi evacuado e deu entrada, no dia seguinte, 16 de julho, no hospital de campanha na cidade argentina de Corrientes (7).

No hospital, um mês após, em 16 de agosto de 1868, percebendo que não retornaria, escreveu uma carta para a família, pedindo a seu pai que tomasse para si a responsabilidade da criação dos quatro filhos que deixara, registro que se encontra no Jornal do Recife, nº 263, de 13 de novembro de 1868.

No dia seguinte, delirava. Fechou os olhos e dormiu. Deve ter sonhado com os

(6) Transmissão oral da história de Luiz no âmbito da família Antony.

(7) Livro de Registro de Entradas e Saídas do Hospital de Corrientes, nº 5584. Páginas 134 e 135.



olhos azuis da esposa. Faziam 3 anos, 3 meses e 25 dias que não os via. Não mais abraçaria seus filhos. E chorou (6). Morreu em 19 de agosto de 1868, em Corrientes (7). Jamais conheceria Leandro, o filho mais novo, agora com 2 anos e 10 meses.

Coube a Caxias o lance final, a marcha de flanco através do Chaco e as vitórias da Dezembrada. Solano López abandonou a região e refugiou-se na cordilheira. Assunção foi ocupada em 5 de janeiro de 1869.

Vencedor, Caxias retirou-se do Teatro de Operações. Agora as operações seriam de perseguição ao ditador. Encurrulado, finalmente o Marechal López foi encontrado. Recusando a rendição, morreu em 1º de março de 1870.

O 50º CVP, o Batalhão de Luiz Antony, como numa homenagem a seu Capitão, teve o privilégio de ser o primeiro Corpo de Voluntários a pisar em Assunção. Participou da perseguição ao ditador e esteve em Cerro-Corá, na morte de López.

Poucos registros são encontrados sobre a morte do Capitão Luiz Antony. O Jornal do Amazonas, de 29 de março de 1869, noticia missa em sua intenção, celebrada em 5 de março de 1869, na cidade de Tefé, pela Guarda Nacional; e o jornal Amazonas, de 17 de agosto de 1872, noticia uma missa de requie, em 19 de agosto, em Manaus, na capella de São Sebastião.

Conta-se que, finda a guerra, sua viúva recebeu um veterano, não se sabe o nome, a quem ofereceu um jantar, filhos presentes. Ouviu que Luiz Antony, ainda lúcido, mas sem esperanças, pediu que quando retornasse fosse até sua família e dissesse que ele havia morrido com honra. Leandro Antony, seu filho mais novo, que não o conheceu, estava presente (6). Uma das filhas de Leandro, Layde Antony, teria 5 filhos. Um deles é hoje oficial-general reformado do moderno Exército Brasileiro.

Das muitas centenas de amazonenses voluntários, os remanescentes constituíam um grupo de apenas 55 praças e 2 oficiais. Embarcaram no Werneck com o 36º CVP (do Maranhão) e um contingente do Pará,

chegando ao Rio de Janeiro em 29 de maio de 1870. Recebidos festivamente pelo Imperador e população, os Conselheiros Souza Franco e Tito Franco discursaram saudando os Voluntários do Amazonas e do Pará.

Embarcaram no Leopoldina, chegando a São Luís em 2 de julho de 1870. Foram recebidos com todas as honras. Amazonenses e paraenses continuaram a viagem no mesmo navio, chegando em Belém no dia 15 de julho. Homenagens com festividades e honrarias foram imensas, e os amazonenses foram definidos pelo “Diario do GramPará” como “as preciosas relíquias das legiões com que contribuiu o Amazonas para a desafronta da honra nacional”.

Em 25 de julho de 1870, 5 anos após deixarem Manaus, chegam no vapor Belém “todo embandeirado em arco e saudado de terra por grandes girândolas de foguetes que de todos os ângulos da cidade subiam ao ar” (Commercio do Amazonas, 27 de julho de 1870).

Às 17 horas pisam o chão natal. Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, filho do primeiro Presidente da Província, saudou os bravos Voluntários com retumbante discurso. Disse que todos voltavam de uma “cruzada da liberdade, para onde cada cidadão se fizera um soldado, cada soldado um bravo, cada bravo um mártir à santa causa da Pátria”. “Fostes daqui em avultado número e apenas regressais poucos”.

O comandante desse punhado de heróis, que seria Luiz Antony, se não “morrerisse no campo de honra”, foi o Capitão Honorário (8) Marcelino José Nery, natural do Pará, filho do Major Silvério José Nery (ferido na guerra e casado com Maria Antony, irmã de Luiz Antony). Se ele não pôde ser o comandante, seu sobrinho o foi.

Não foi pequeno o esforço de guerra do Amazonas. Província nova, isolada e distante

(7) Livro de Registro de Entradas e Saídas do Hospital de Corrientes, nº 5584. Páginas 134 e 135.

(8) O posto de Oficial Honorário era atribuído, extraordinariamente, a indivíduos que tiveram conduta excepcional.

do conflito, contribuiu com 984 voluntários, dos quais 705 para o Exército. Com a menor população masculina do Império, sua taxa de participação foi de 2,37%, compatível com a média brasileira de 2,50%.

Como epílogo, pergunta-se: o que motiva homens como Luiz Antony a abandonarem suas famílias e suas vidas bem suce-

didas, para uma guerra tão distante?

Este artigo é uma tentativa de reconhecer verdadeiros heróis, hoje desconhecidos. O Capitão Luiz Antony é o exemplo perfeito.

Que não seja apenas uma fria e velha placa pendurada numa rua em Manaus.

Que não seja uma vida esquecida.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro 1730 - 1922. Paris: Ferroud, 1922, 350p.

BRAUMANN, Lazario. Esboço Biográfico de Henrique Antony. Revista Victoria Regia, Manaus, Abr 1932.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. (Nova edição): Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 617 p.

DUARTE, Gen Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, edições de 5/06/1865 e 22/06/1865.

JORNAIS DE MANAUS. Amazonas (24/ 10/1868). Commercio do Amazonas (27/07/1870). Estrella do Amazonas (28/02/1857, 28/07/1858, 21/05/ e 05/10/1859). O Catechista (11/02, 29/04 e 06/05/1865).

LOUREIRO, Antônio José Souto. O Amazonas na Época Imperial. Manaus: T. Loureiro, 1989.

LYRA TAVARES, A. de. Vilagran Cabrita e a Engenharia de seu tempo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

PENNA, Ignez Antony Jansen. A vela que passa na noite que fica. Não publicado.

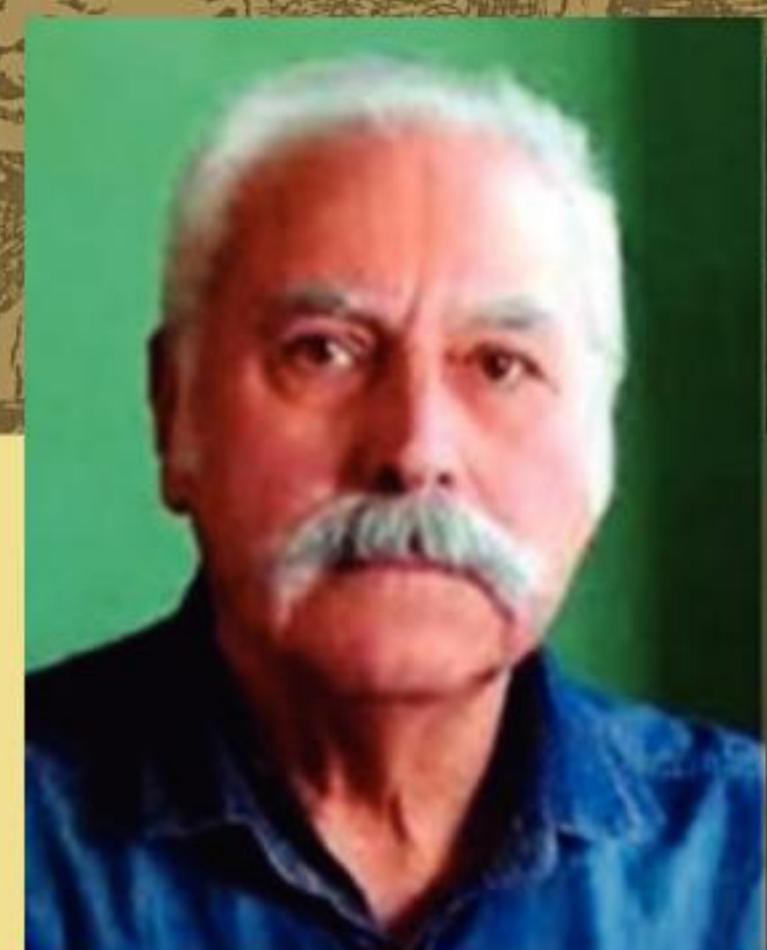
REIS, Arthur Cézar Ferreira. História do Amazonas. 2 ed. Belo Horizonte/ Manaus: Itatiaia/ Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. A Retirada da Laguna. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Jeannot Jansen da Silva Filho

Amazonense, de Manaus, nasceu em 1947. Aspirante de Infantaria na AMAN em 1970. Especialista em Operações Especiais, foi instrutor dos cursos de Guerra na Selva e de Comandos e de Instrução Especial na AMAN. Aviador, participou da implantação e consolidação da Aviação do Exército, sendo Oficial de Ligação junto à Aviação do Exército dos EUA em 1993 e 1994, quando teve o privilégio de ser o primeiro oficial brasileiro a usar as asas de Aviador daquele Exército. Foi Subcomandante do 1º e Comandante do 3º BAvEx; como oficial general comandou a Aviação do Exército em 2002, 2003 e 2004, foi Diretor de Material de Aviação por duas vezes e comandou a 8ª DE/8ª RM. Passou para a Reserva em 2008. Ex-Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. É bisneto de Luiz Antony.

O Combate da Rua da Passagem



Juvêncio Lemos

Havia uma conspiração para derrubar o Governo. Uma mistura do patriótico e delirante florianismo com vulgares interesses e vaidades.

Vinha mesmo a calhar, e tinha que ser aproveitada, aquela reação popular contra a vacinação obrigatória – o centro da cidade estava em polvorosa – instigada por líderes demagogos e irresponsáveis, escudados “cientificamente” na doutrina positivista.

Florianismo e Positivismo embriagavam os alunos da Escola Militar que, na tarde de 14 de novembro de 1904, ocupavam o velho prédio da Praia Vermelha, aguardando os chefes que os comandariam na revolta em armas, seguida da deposição do presidente Rodrigues Alves e instalação de uma saudável ditadura militar no Brasil.

Encerrada uma rápida reunião dos cabeças da conspiração no Clube Militar, o general Silvestre Travassos, um experiente soldado, e o tenente-coronel Lauro Nina Sodré e Silva, senador da República, se tocaram para a Praia Vermelha. De bonde. Lá chegaram pouco depois das 17h, sendo entusiasticamente recebidos pelos alunos, já em clima de aberta sublevação.

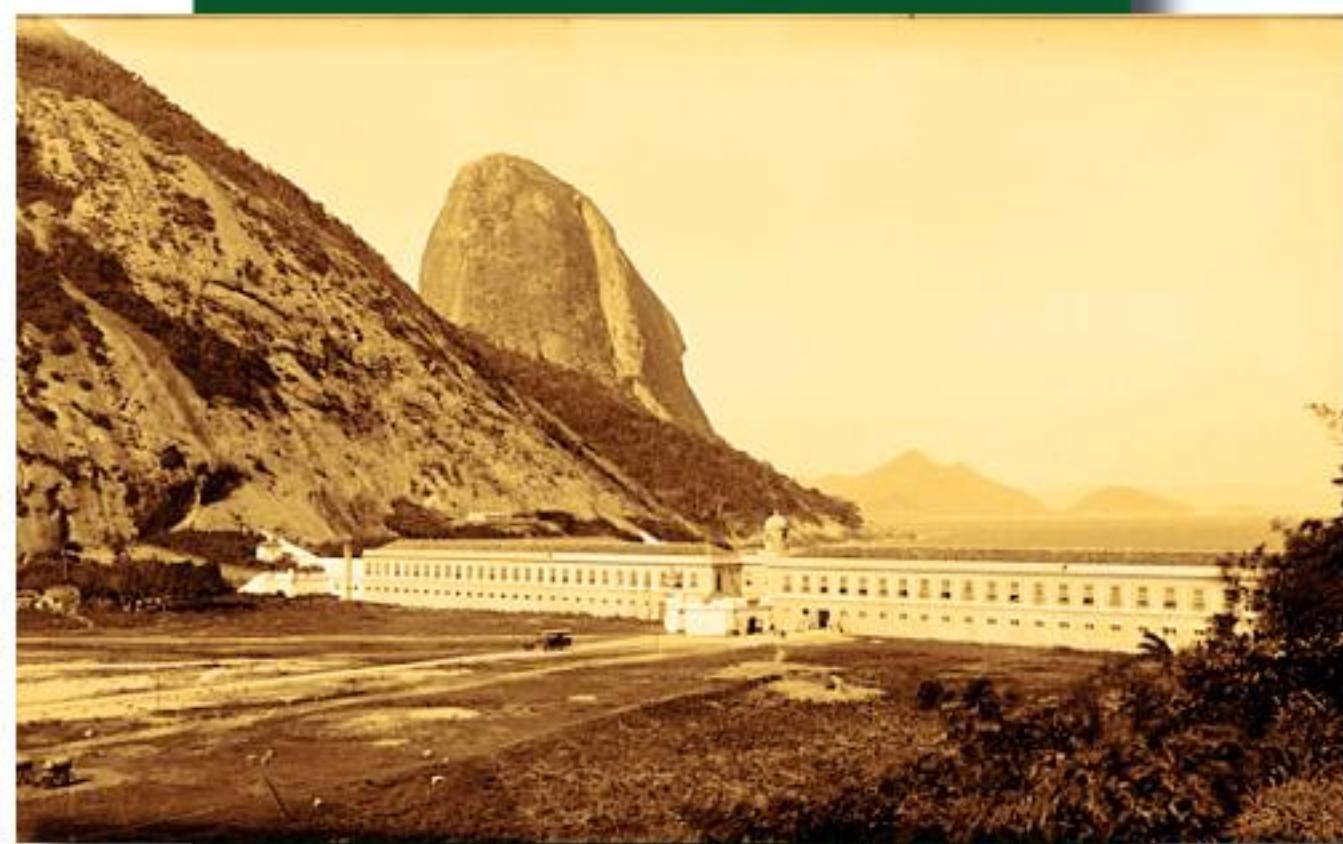
Travassos – um tipo elegante, alto, basta e bem tratada cabeleira, envergando alinhado uniforme de sobrecasaca preta – encontrou o comandante da Escola, general José Alípio de Macedo da Fontoura Costallat, no pátio do quartel. Sem rebuços, lhe disse: “General, em nome da mocidade militar revoltada, assumo o comando desta Escola.”

Costallat tentou argumentar, mas, junto com três oficiais que a ele se mantiveram fiéis¹, foi educadamente colocado em um bonde e despachado para o Ministério da Guerra.²

A um grupo de alunos que o aplaudiu, Travassos cometeu breve peroração, que se encerrou com um chamamento: “A Pátria exige mais um sacrifício da mocidade militar.” Em seguida, determinou que os poucos descontentes se retirassem imediatamente do estabelecimento, sem serem hostilizados.³ E ordenou a formatura geral dos alunos, em ordem de marcha, na frente da Escola.

Enquanto os alunos se mobilizavam para a formatura, e para tanto foi necessário arrombar as reservas de armamento, o general Travassos tomou providências ditadas por sua experiência militar. Despachou um escaler tripulado por três alunos para o Forte São João, para buscar uma prometida munição; mandou ativar a artilharia da Escola; e enviou um pelotão de alunos, comandado pelo tenente Sotero de Menezes, a ocupar o morro do Botafogo, a fim de cobrir o flanco direito da programada marcha na direção do Catete contra qualquer ação governista vinda daquela praia.

Só então ficou o general sabendo que as peças de artilharia da Escola serviam apenas como adorno ao prédio. Muito mal e porcamente conseguiu-se disponibilizar uma velha



Escola Militar da Praia Vermelha



Pão de Açúcar visto do alto do Corcovado (entre 1880 e 1890), de Marc Ferrez. Domínio Público. Acervo do Instituto Moreira Salles

peça 75, tiro lento (TL). E mesmo assim não havia cavalos ou muares para tracioná-la. Com presteza, Travassos despachou uma patrulha às pedreiras da Urca e Botafogo, para requisitar trabalhadores portugueses que lá suavam. Se tinham força para quebrar pedras, teriam para puxar o canhão com tirantes de cabo. E assim foi feito.

¹ Tenentes José Narciso da Silva Ramos, João Torres Cruz e João Gomes Ribeiro Filho.

² O serviço de bondes urbanos no Rio de Janeiro começou experimentalmente em 1859. Para alegria dos muares, no ano de 1892, teve início a eletrificação das linhas.

³ Tenentes Antônio José da Silva Câmara, Felipe Benício de Souza, Francisco Florindo da Silva Ramos, João Manuel de Faria, João Príncipe da Silva, José Fernandes Leite de Castro. Alferes-alunos Delmiro Buys de Barros, Estevão Leitão de Carvalho, João Baptista Mascarenhas de Moraes, João Cândido Pereira de Castro, Raul Correia Bandeira de Mello.

Outro problema: a maioria dos alunos do 1º ano nunca havia posto as mãos em uma arma. Travassos ordenou que uma emergencial instrução de tiro lhes fosse ministrada. Tais disparos alarmaram a Escola até que fossem explicados.

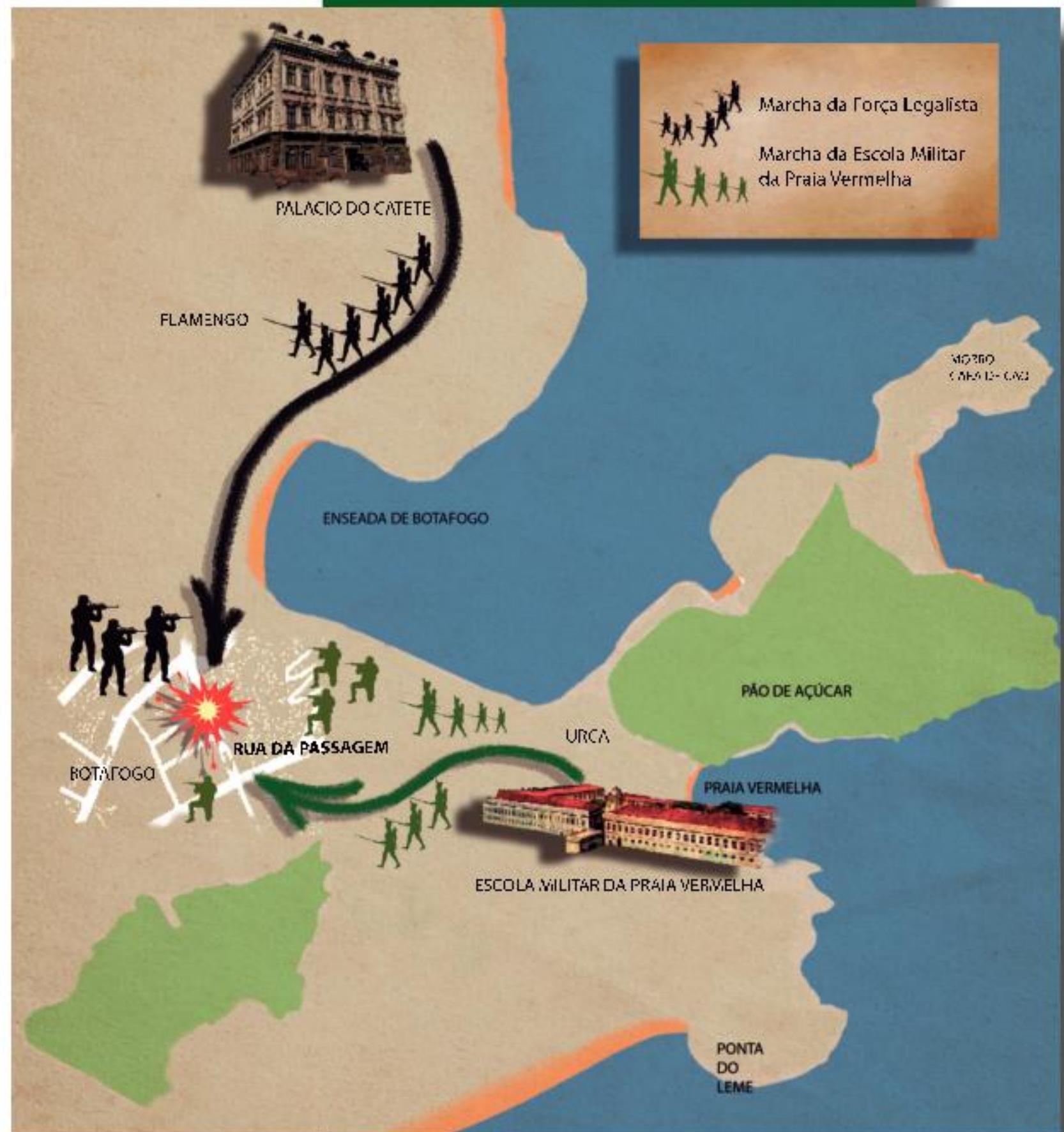
Bem ou mal, pelas 21h a tropa estava formada na frente da Escola Militar da Praia Vermelha. Coisa de 300 homens, as frações comandadas por alunos do 3º ano e enquadradas pelos oficiais da Escola. Organizada taticamente em três companhias de infantaria completas e uma incompleta, apoiadas por um canhão com “tração lusa”. Portava bandeira o alferes-aluno Francisco Horta Barbosa, ao lado do qual se postou, montado, o senador Lauro Sodré.

Parecia que tudo estava indo muito bem. Contudo, um observador mais atilado sentiria que os alunos estavam em clima de “oba-oba”, alegres e confiantes demais, não acreditando que haveria combate de verdade e que ganhariam aquela guerra no grito.

Chegaram más notícias. Não mais poderiam contar com um reforço vindo do Realengo, pois um esperado levante naquela guarnição fora abortado. Nem receberiam a prometida munição vinda do Forte de São João, pois o escaler para lá despachado fora aprisionado pela guarnição do Forte.

Contudo, o general Travassos viu que não era hora de recuos. Mesmo com pouca munição e sem a certeza de reforços, decidiu prosseguir na ação. Montou em um cavalo tordilho claro, pôs-se à frente da tropa formada em coluna por quatro e deu início à marcha na direção do Palácio do Catete. Seriam então 22h.

Itinerário a seguir: avenida costeira à praia da Saudade (atual Avenida Pasteur), Rua General Severiano, Rua da Passagem, praia de Botafogo, Catete.



Mapa da Marcha

Observação: na época, a única maneira de, partindo do centro da cidade, chegar à zona sul, e vice-versa, era pela praia de Botafogo, contornando o morro de Botafogo (o que sobrou atualmente é chamado de morro do Pasmado) pela Rua da Passagem. Uma passagem obrigatória. Mas não é por isso que a rua, originalmente chamada de Caminho do Pasmado ou Caminho de Copacabana, tem esse nome. Trata-se de uma homenagem à vitória brasileira na passagem de Humaitá, na Guerra do Paraguai.

Chegado ao Ministério da Guerra, o general Costallat deu conta de tudo o que havia acontecido na Praia Vermelha ao ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argollo, que imediatamente deslocou-se para o Palácio do Catete, onde já se encontravam reunidos com o presidente os demais ministros e alguns parlamentares.

O presidente havia sido aconselhado pelo ministro da Marinha a recolher-se a bordo de um navio da Armada, mas rejeitou a sugestão: "Aqui é o meu lugar e dele só sairei morto."

Foi então organizado na correria um destacamento para enfrentar os revoltosos. Uma força heterogênea, com base no 1º Batalhão de Infantaria, comandado pelo coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão, mais outros elementos esparsos de infantaria, um esquadrão do 9º Regimento de Cavalaria e alguma tropa da polícia. Até bombeiros foram incluídos nessa força, cujo comando-geral foi confiado ao general Antônio Carlos da Silva Piragibe, comandante da Brigada Policial.

Deve ser dito que o general Piragibe, cearense, era um valoroso veterano da Guerra do Paraguai, famoso por seu destemor e coragem pessoal. Um bravo.

Esse destacamento movimentou-se meio em clima de desordem na direção da Praia Vermelha. Saindo do Catete, passou pelo Largo do Machado, prosseguiu pela Rua Marquês de Abrantes e alcançou a praia de Botafogo.

Quando a sublevada coluna da Escola Militar alcançou a Rua General Severiano, a ela se juntou o pelotão do tenente Sotero, aquele que havia sido destacado para cobrir o seu flanco direito.

Até aí o moral da tropa escolar estava excelente. Todavia, a progressão na Rua General Severiano alterou o espírito confiante dos revoltosos. Escuridão, chuva fina. A sensação de estar fazendo algo muito errado. O cansaço e a tensão começaram a cobrar o seu preço e a tropa perdeu seu élan. O ânimo deu sinais de fraquejar. Um dos participantes dessa marcha escreveu que

ela passou a ter "... o aspecto lúgubre de um préstimo funerário".

Finalmente a coluna alcançou a Rua da Passagem. Seriam 22h30. Quando a testa atingiu a esquina da Rua General Polidoro, recebeu ordens de parar. As informações eram de que pela praia de Botafogo avançava uma numerosa força legalista. Era a tropa do general Piragibe.

O general Travassos mandou o alferes-aluno João Silvestre Cavalcanti, que atuava como seu ajudante de ordens, avançar e parlamentar com o inimigo. O rapaz foi recebido com uma saraivada de tiros, escutada por todos. Ferido, retornou a galope desenfreado pela Rua da Passagem, atropelando a coluna até cair morto no calçamento junto à 3ª Companhia. E foi só então que os alunos se convenceram de que estavam em uma guerra para valer.

O general Travassos ordenou que as companhias tomassem posição de combate nos meios-fios das calçadas. A ordem para o canhão avançar não foi cumprida, porque os portugueses, que não tinham nada a ver com isso, desertaram.

A tropa legalista do general Piragibe, enfiando a Rua da Passagem, produziu uma descarga "... cerrada e rasante...", respondida à altura pelos alunos. Foi um tiroteio a esmo, descontrolado, em que o risco de ser atingido pelos contrários era igual ao de ser atingido pelo fogo amigo.

O general Travassos foi atingido com um tiro na perna esquerda, que o mataria alguns dias depois. Caiu gritando para que as posições fossem mantidas. Seu cavalo morreu na hora. O senador Lauro Sodré sumiu.

Escuridão total, com a descarga mútua instalou-se um pânico geral, com debandada completa em ambos os lados.

**“Aqui
é o meu
lugar e
dele só
sairei
morto.”**

Rodrigues Alves



Charge de Angelo Agostini, mostra o general Silvestre Travassos, um dos conspiradores da Escola Militar da Praia Vermelha, ferido mortalmente enquanto os soldados revoltosos fogem, e o general Piragibe, comandante da Brigada Policial, lidera as forças oficiais.

Os alunos da Escola Militar retraíram em confusão para a Praia Vermelha. Estavam apavorados, sem moral, sem munição e sem comando.

Na tropa do general Piragibe praticamente só restou o próprio. “Até o estado-maior desse oficial pôs-se em fuga, precipitadamente, com receio dos alunos que, entretanto, já não tinham direção nem objetivo.”⁴ Nada mais restou ao valoroso Piragibe que voltar ao Catete. No caminho custou a acreditar no que via. “Armas atiradas à rua, quase inutilizadas, soldados em marcha violenta, ainda assombrados, outros galgando atropeladamente os bondes que passavam para a cidade e outros, por fim, denunciados pelos garotos, imersos até o pescoço, nas águas da enseada do Botafogo...”⁵

O general Piragibe chegou ao Catete com meia dúzia de homens. Atônito, não sabia explicar o que havia acontecido. Indig-

nado, disse que a sua força havia debandado e que se queriam que ele combatesse, que lhe dessem soldados de verdade e boas armas.

Enfim, esse foi o combate da Rua da Passagem, que durou cerca de meia hora.

A madrugada foi angustiante na Escola Militar da Praia Vermelha, sob os fachos de holofotes e mira dos canhões de navios da Marinha.

Rendeu-se incondicionalmente na chuvosa alvorada do dia seguinte.

A Escola foi definitivamente extinta, todos os seus alunos presos e posteriormente expulsos do Exército.

Contudo, brasileiramente, anistiados pouco tempo depois. Muitos retornaram ao Exército, completando seus cursos na Escola de Guerra de Porto Alegre-RS.

⁴ Barreto, Dantas – “Conspirações”, p. 26.

⁵ Barreto, Dantas – “Conspirações”, p. 27.

Juvêncio Saldanha Lemos

Coronel do Exército Brasileiro, advogado, historiador e escritor. É Membro-Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Rio Grande do Sul-HIMTB/RS e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul-IHGRGS. Autor de obras como “Os Mercenários do Imperador”, “A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)”; “A saga no Prata”; “Brummers: a Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851”; “Dever Secreto”; “Memórias do Coronel”.

Geopolítica do Brasil, Cultura Estratégica e herança portuguesa



*Oscar
Medeiros Filho*

Recentemente completamos 200 anos de independência. Diferentemente do que aconteceu com nossos vizinhos, o nascimento do Brasil como Estado nacional é fruto de um projeto de império. Para entender o significado desse processo, faz-se necessário elencar elementos históricos e geográficos que contribuíram para a trajetória do Brasil e que possibilitaram ao País celebrar seu bicentenário de forma coesa. Para tanto, buscaremos aqui elencar alguns dos traços que compõe a cultura estratégica brasileira.

1. Herança portuguesa e construção nacional

Herdamos dos portugueses um território continental e um modelo institucional baseado nas ideias de unidade, coesão e centralização administrativa. A configuração desse projeto começa a tomar forma a partir de meados do século XVIII quando, a partir da inspiração de Alexandre de Gusmão, o Tratado de Madri (1750) “dava-nos, de jure, aquilo que bandeirantes já nos haviam dado de fato” (Mattos, 2011, p. 178). A partir daquele contexto, o Brasil passava a contar com dimensões territoriais muito próximas das atuais.

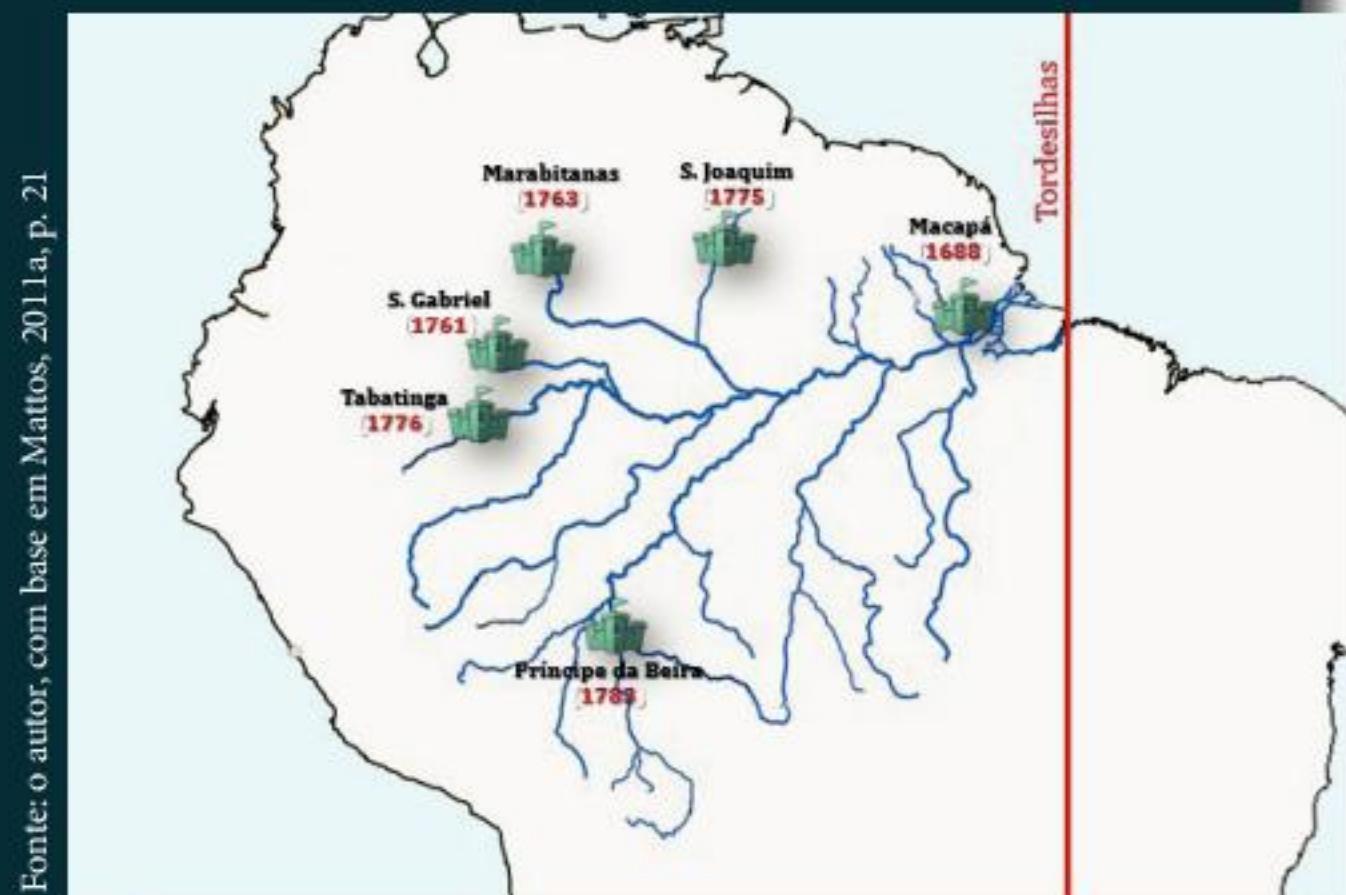
Há que se ressaltar que 1750 foi o ano de início da administração intervencionista do Marquês de Pombal, com base na ideia de um Estado forte e centralizador (Real, 2005), e que se estendeu até 1777.¹ Várias ações da administração pombalina foram fundamentais para a construção territorial do Brasil, como: a extinção do sistema de capitâncias hereditárias; a transferência da capital da Colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro; e a criação da Comissão de Demarcação dos Limites do Brasil, chefiada no norte por seu irmão, Xavier de Mendonça Furtado, entre os anos de 1754 e 1756 (Real, 2005, p. 39).

Essas ações estão impressas em nossa história e são testemunhas do cuidado cioso da cultura portuguesa no trato da gestão territorial. O controle da bacia amazônica, por exemplo, pela construção de fortés e fortins em áreas de fronteira, ao longo de diversos de seus rios, é uma das marcas da administração pombalina.

De fato, a demarcação, a organização e a ocupação do território constituem uma marca da gestão pombalina. Diante da necessidade de povoamento, entendida como estratégica para a defesa do Brasil, Pombal sugere a construção de uma identidade unitária, abolindo “toda a diferença entre Portugueses e Tapes (índios)” (Real, 2005, p. 33). Nesse sentido, “nas instruções dadas a seu irmão em 31 de Maio de 1751, enfatiza a liberdade dos índios tanto como instrumento de fixação e povoamento quanto de segurança das fronteiras” (Real, 2005, p. 33). Indubitavelmente, a unidade territorial do Brasil hoje deve muito a essas ações, além dos planos de urbanização e povoamento determinados por Pombal (Real, 2005, p. 31-32).

Herdamos assim um dos traços da cultura portuguesa marcadamente presente na gestão pombalina: a ideia de Estado como indutor do desenvolvimento nacional. Ou, em outras palavras, o Estado como “o motor

¹ Nesse período, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, exerceu as funções de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1755) e de Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino (1755-1777).



Presença e Controle Territorial – Bacia do Amazonas (Sec. XVII e XVIII)

da sociedade” (Real, 2005, p. 74). Nesse sentido, o Estado parece se antecipar à construção do território e da própria noção de nacionalidade.

Esses elementos de Estado forte e centralizador, como “motor” da unidade territorial e da construção nacional, transparecem fortemente nas ações de seu afilhado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho – Conde de Linhares (1755-1812). Como um dos principais conselheiros de D. João desde sua assunção em 1792, D. Coutinho passou a atuar diretamente na condução dos negócios do Estado português, tendo sido um dos idealizadores da proposta de um “novo império”, baseado na ideia de unidade e do sentimento de pertencimento ao “mundo português” (Meirelles, 2017, p. 4). Considerando o contexto europeu daquela época, D. Coutinho passou a defender de forma intransigente, a partir de 1803, a instalação do trono da monarquia na América (Araújo, 1992, p. 237).

Com a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, D. Coutinho passou a ocupar, até a sua morte, em 1812, o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangei-

ros e da Guerra. Em meio às suas principais preocupações estavam a centralização e operacionalização das relações externas da Corte portuguesa a partir da sede brasileira. O fato é que, em 16 de dezembro de 1815, três anos após a sua morte, o Brasil é elevado à condição de “Reino Unido a Portugal e Algarves”.

Observa-se, após esse período, a permanência de elementos de um modus operandi que se mantém no Brasil-Império e no Brasil-República. Analisando o período compreendido entre os anos de 1815 e 1930, Coutinho (2020) constata que, desde sua elevação à categoria de Reino Unido, “o Brasil passou a adotar uma estratégia claramente direcionada para a ocupação efetiva e fortalecimento da soberania sobre nosso território de dimensões continentais, assim como pela formação de uma identidade nacional” (Coutinho, 2020, p. 19). Assim, estudando expoentes da área Acadêmica e da Política nacional, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Adolpho Varnhagen e João Pandiá Calógeras, o autor observa que um ponto comum no pensamento geopolítico desses autores é a ideia de coesão territorial e de identidade nacional (Coutinho, 2020, p. 20). José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, era

um defensor desse modelo centralizador e de unidade nacional, a ponto de sugerir, ainda no início do Brasil independente, a mudança da capital para o centro geográfico do país, a fim de constituir polo de atração das áreas periféricas (Mattos, 2011, p. 177).

Certamente, foram essas condições fundamentais que permitiram ao Brasil manter, mesmo depois de sua independência e da República, a unidade territorial brasileira.

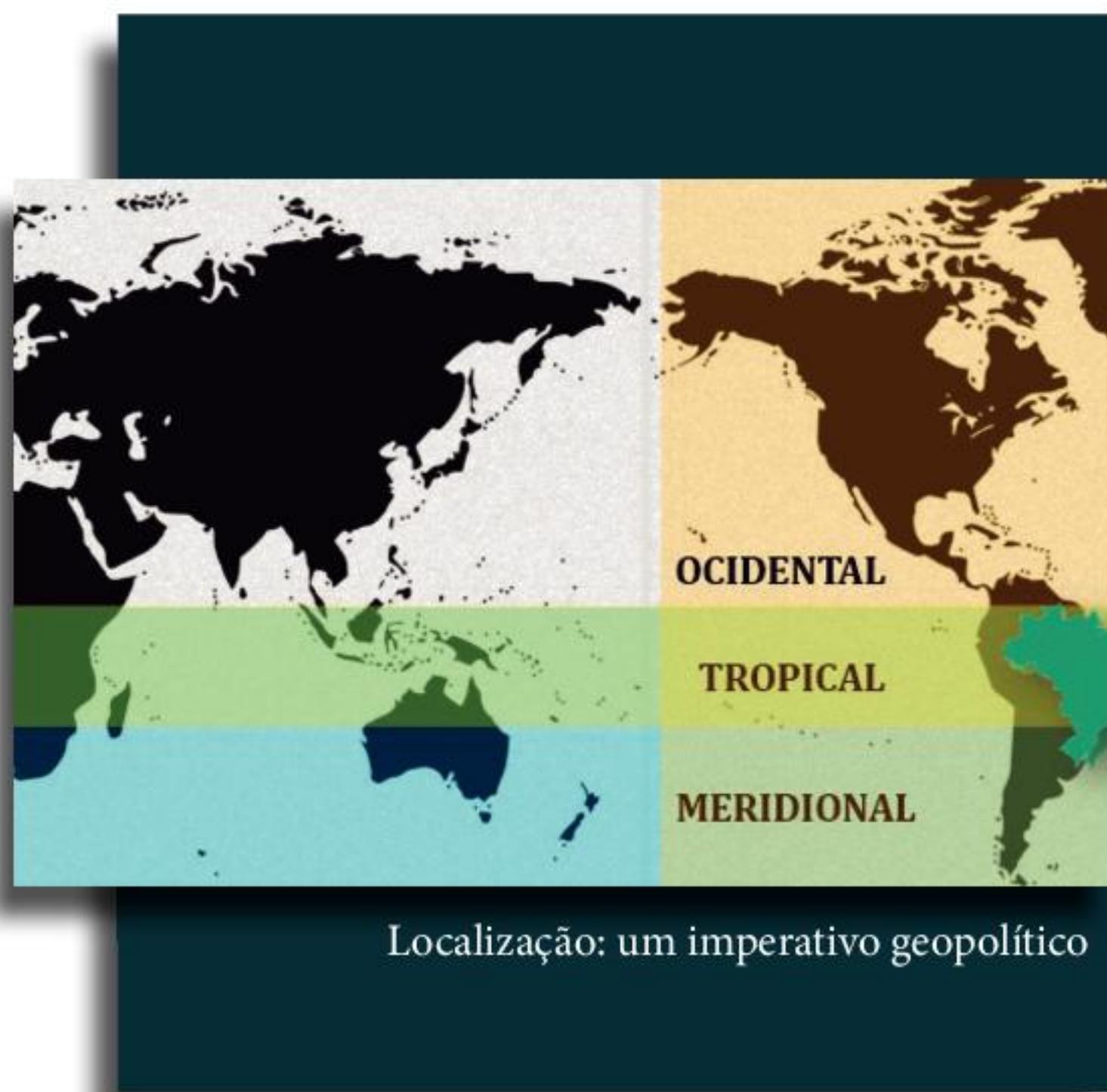
2. *Situando a geopolítica do Brasil e suas implicações estratégicas*

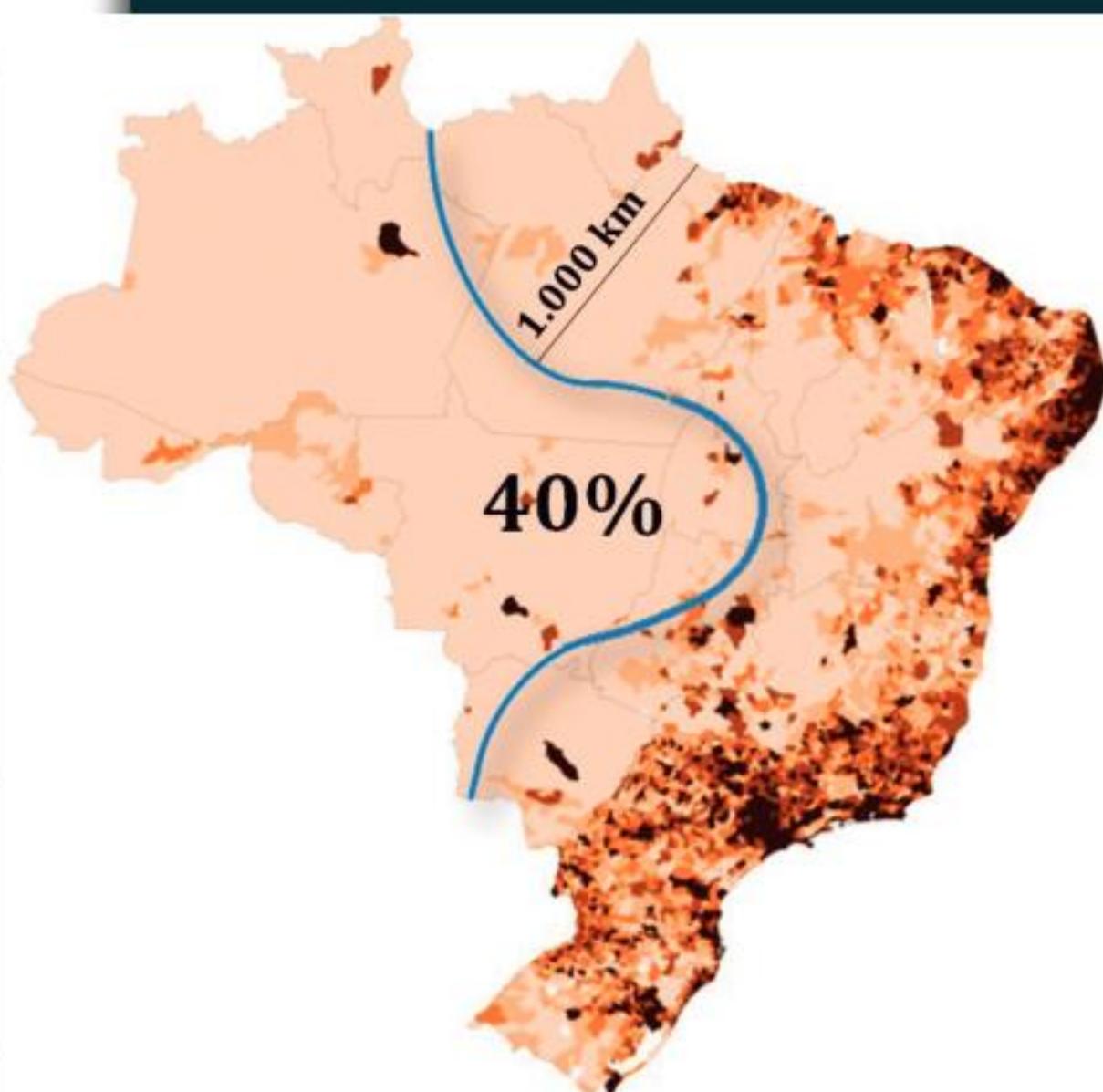
Analisamos na seção anterior a importância da cultura estratégica portuguesa para a configuração territorial do Brasil. É importante ressaltar, entretanto, que, por seu caráter de permanência, o fator mais relevante para a definição de uma grande estratégia nacional é a sua geografia: seu espaço e sua situação. A localização é um imperativo geopolítico. Os países estão condenados a viverem eternamente em sua vizinhança. Diferentemente do que ocorre entre as pessoas humanas, os Estados nacionais não dispõem da opção estratégica de mudança domiciliar. Estábamos situados aqui há 200 anos e, certamente, estaremos pelos próximos 200.

Do ponto de vista de sua situação, o Brasil é um país majoritariamente tropical, situado nos hemisférios sul e ocidental e às margens do Oceano Atlântico. Essa é a nossa situação.

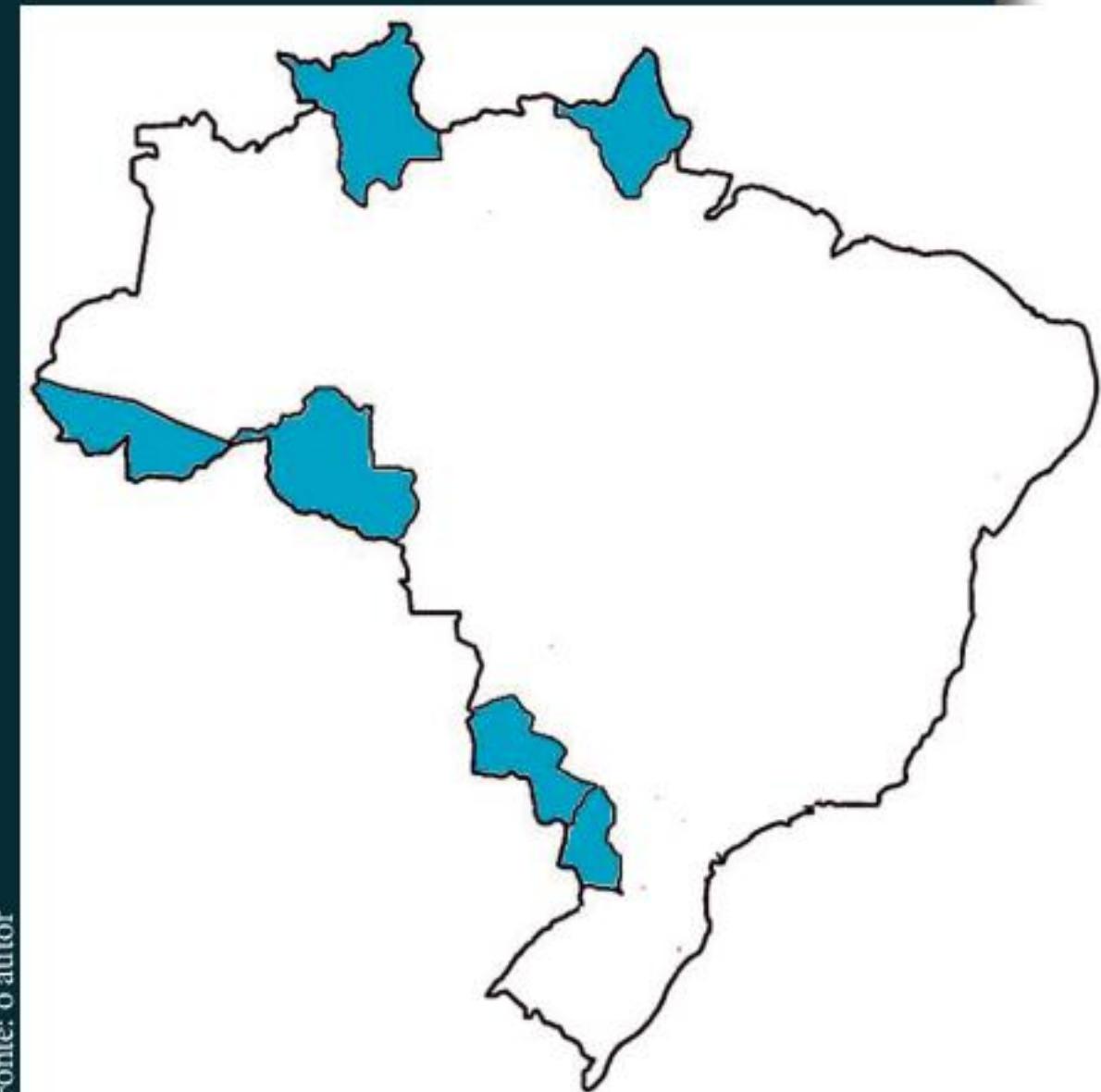
Por mais que vivamos no século XXI envoltos por vetores de globalização e por fluxos de toda ordem que aparentemente desconhecem fronteiras nacionais, é prudente lembrar que a geografia e seus “fixos” continuam importando, e muito!

Em relação às características do nosso espaço, além de suas dimensões continentais, deve-se registrar que quase metade (40%) do território brasileiro dista a mais de mil quilômetros do litoral.





Densidade demográfica (Brasil – 2017)



Fonte: o autor

Territórios federais em 1944²

Isso significa que somos um país com alta taxa de continentalidade e uma população que, historicamente, ficou concentrada em seu litoral. No interior, os desafios estavam relacionados à carência de infraestrutura de transporte, ao subdesenvolvimento socioeconômico e à carência da presença efetiva do Estado.

Historicamente, esse déficit estatal em áreas fronteiriças sempre foi entendido como uma vulnerabilidade à unidade nacional e, consequentemente, um risco à sua integridade territorial. Ao longo do Governo Vargas, por exemplo, discutia-se, como estratégia para o fortalecimento dessas regiões limítrofes, a subordinação dessas porções territoriais diretamente ao poder central (Mattos, 2011, p. 184). Essa política veio a ser adotada oficialmente em 1944, com a criação de cinco Territórios Federais em áreas de fronteira, juntando ao já criado Território do Acre.

Decorre dessa condição histórica de vazio demográfico e déficit estatal em áreas fronteiriças a preocupação geopolítica com o processo de ocupação dessas áreas interiores, expressa na ideia de “Marcha para o Oeste”.

3. *Pensamento geopolítico nacional*

Feito esse preâmbulo histórico e geográfico, buscaremos apresentar elementos da geopolítica nacional e a contribuição militar – notadamente a partir da perspectiva do Exército Brasileiro – para a evolução do pensamento estratégico brasileiro.

Uma breve passagem por três expoentes do pensamento geopolítico militar brasileiro releva esses elementos: Travassos, Golbery e Meira Mattos.

² Para além do Território do Acre, criado pelo Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, o Decreto Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1944, criava os seguintes territórios federais em áreas de fronteira, com controle direto do governo central: Amapá (desmembrado do Pará); Rio Branco (hoje Roraima), desmembrado do Amazonas; Guaporé (hoje Rondônia), desmembrado do Amazonas e Mato Grosso; Ponta Porã (desmembrado do Mato Grosso – hoje Mato Grosso do Sul); e Iguassú (desmembrado do Paraná e Santa Catarina).

3.1. Mário Travassos (1891-1973)

Travassos produz basicamente ao longo das décadas de 1930 e 1940. Lança os fundamentos do pensamento geopolítico brasileiro, em 1931, com a publicação do livro “Características Geográficas da América do Sul”, posteriormente denominado “Projeção Continental do Brasil”. A partir da análise das condicionantes geográficas da América do Sul, Travassos analisa os desafios internos e externos da projeção nacional, considerando a necessidade de um sistema de circulação baseado na comunicação de transportes. Fundamentado na configuração geomorfológica do País e de seu entorno, nas barreiras naturais e nas linhas de penetração, Travassos chama a atenção para os “antagonismos” presentes no continente sul-americano, que separam o litoral Pacífico do Atlântico (de forma longitudinal) e a bacia do Prata da bacia do Amazonas (de forma transversal). Em relação a esse último, tratava-se de um risco à unidade territorial brasileira, na medida em que, considerando-se o vazio que dominava o centro-oeste brasileiro, era possível se falar de dois imensos “brasis” mais ou menos excêntricos: o Amazônico e o Platino (Travassos, 1938, p. 91).

Diante desse quadro, para Travassos “sómente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental” (Travassos, 1938, p. 140). É nesse sentido que Travassos irá saudar o Plano Geral de Viação Nacional lançado pelo Governo Vargas, em 1934.



<https://commons.wikimedia.org>

Fonte: adaptado de Travassos, 1938, p. 91

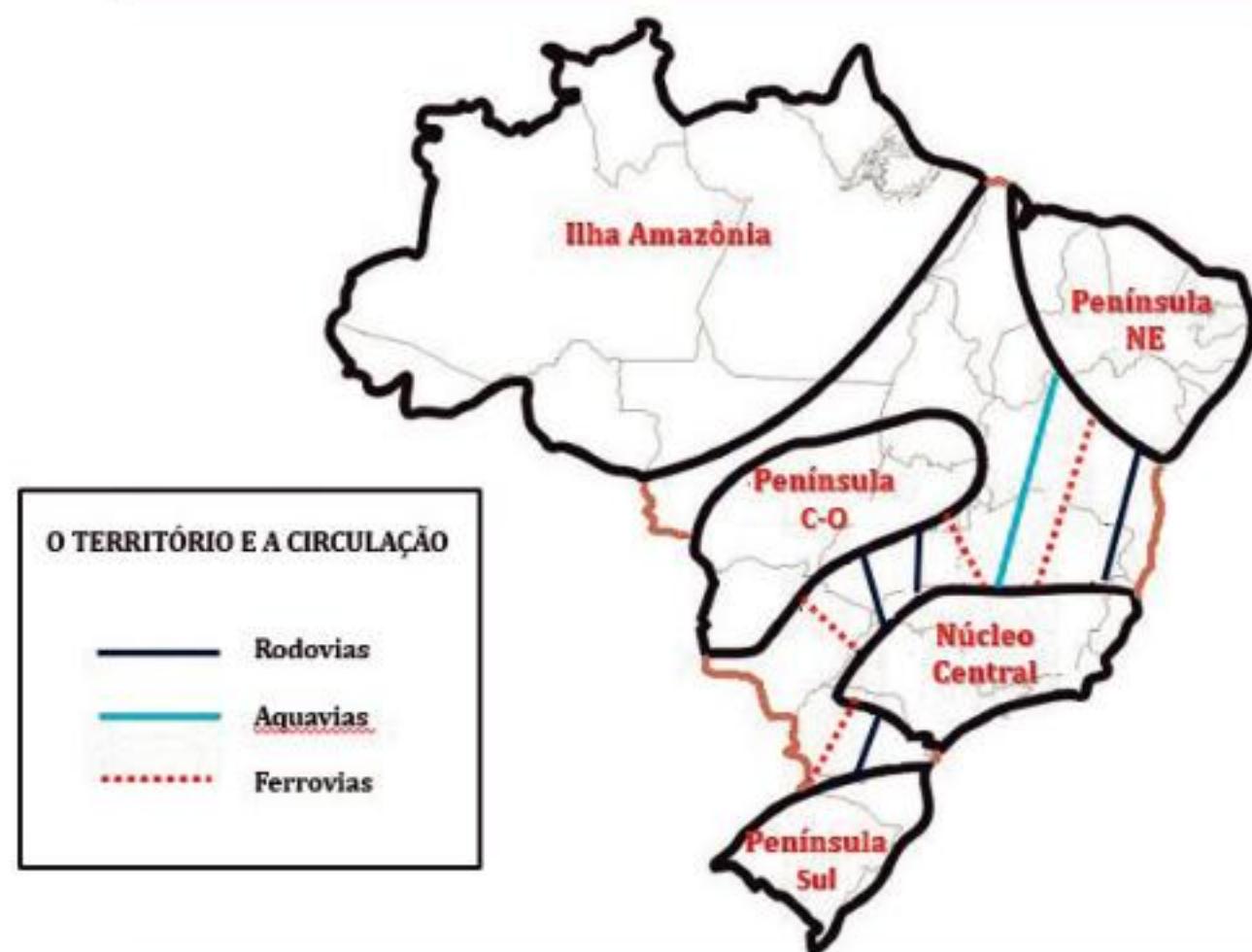


3.2. Golbery do Couto e Silva (1911-1987)

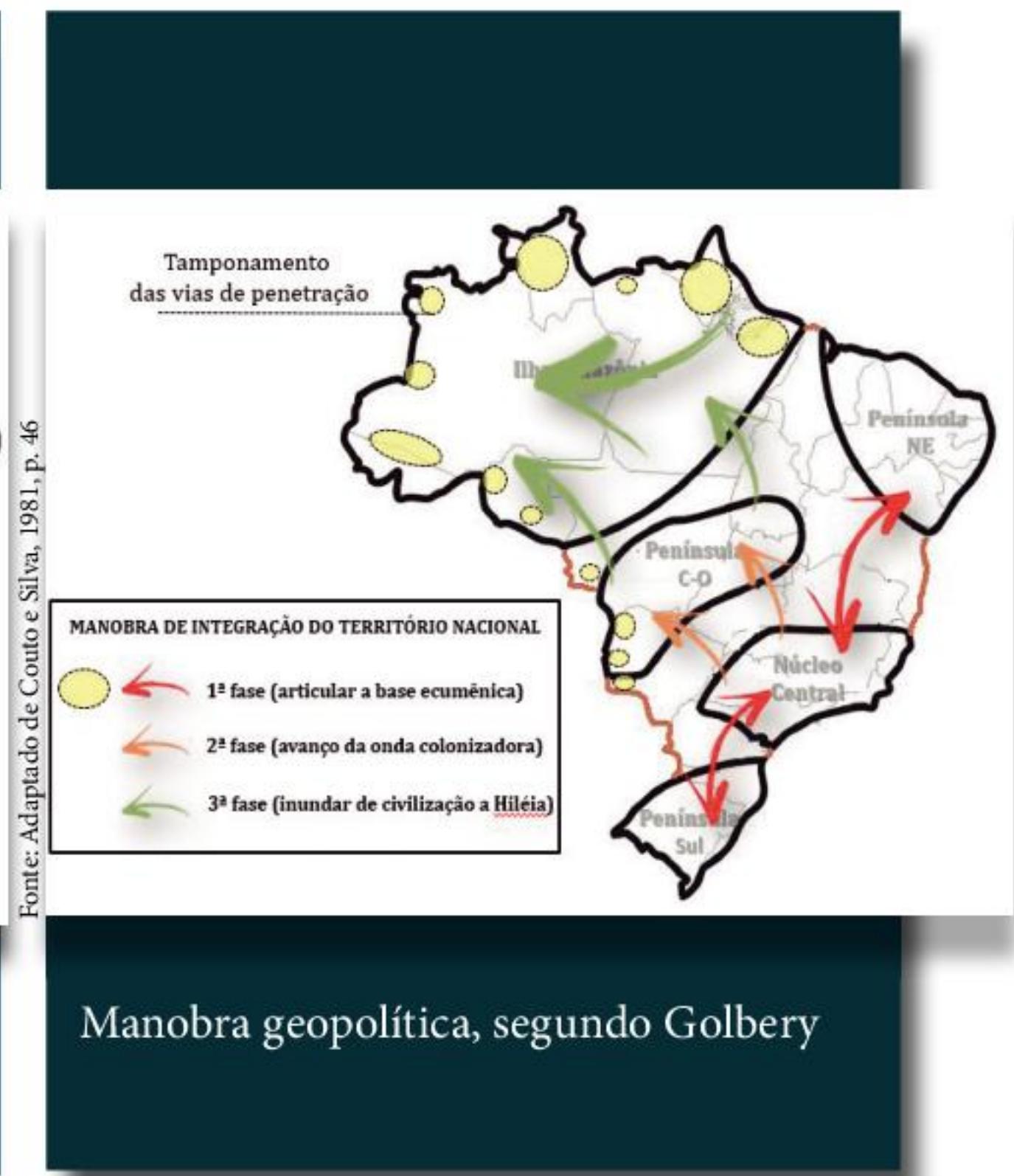


Domínio Público, 1981.
Acervo: Arquivo Nacional

Golbery produz seu pensamento geopolítico especialmente ao longo das décadas de 1950 e 1960 no contexto da Guerra Fria, contribuindo para compor as bases da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual a ideia de desenvolvimento figurava como condição fundamental para a segurança nacional. Pode-se resumir suas ideias, do ponto de vista externo, em dois aspectos: de um lado, a opção pelo Ocidente, e, de outro, a defesa da autonomia estratégica e da consequente manutenção da liberdade do Brasil, considerando o seu potencial geopolítico.



Território nacional e circulação, segundo Golbery



Manobra geopolítica, segundo Golbery

Do ponto de vista interno, Golbery se depara com os mesmos problemas já apontados por Travassos, oriundos do desafio de coesão e integração nacional. Para ele, geopoliticamente o território nacional poderia ser representado por um “arquipélago”, composto por um núcleo central e três “penínsulas” (Nordeste, Sul e Centro-Oeste), fragilmente conectadas por escassas vias de comunicações de transportes, além de longínqua “ilha”: a Amazônia.

Diante dessa vulnerabilidade territorial, Golbery propunha a adoção de uma “manobra de integração do território nacional”, um conjunto de tarefas visando à coesão, integração e valorização do território nacional. Tal manobra seria executada em três fases distintas: 1^a) articular a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; 2^a) impulsionar o avanço para noroeste (integrar a península centro-oeste); e 3^a) “inundar de civilização a hileia” amazônica (Couto e Silva, 1981, p. 92). Portanto, do ponto de vista interno, a manobra geopolítica nacional proposta por Golbery consistiria na “interiorização do

progresso e do desenvolvimento”, por meio da articulação dos transportes e da criação de “polos de germinação” (Silva; Dal-Moro, 2017, p. 137). Como o próprio Golbery afirmava: “A primeira tarefa, pois, visando à integração e valorização do território nacional, há de ser forçosamente a de vitalizar esses istmos de circulação” (Couto e Silva, 1981, p. 47).

3.3. Carlos de Meira Mattos (1913-2007)



A obra de Meira Mattos coincide com o projeto de “Brasil-Potência”. Não obstante o reconhecimento dos desafios geopolíticos já apresentados por seus predecessores, sua obra revela o entusiasmo pelo potencial que o Brasil demonstrava pos-



Áreas interiores de intercâmbio fronteiriço

uir. Para ele, a dimensão e a riqueza natural do território, somados à unidade nacional, por si só representavam insumos consideráveis de poder para o Brasil (Mattos, 2011). Entretanto, apesar disso, o País permanecia carente de infraestrutura de transportes e de comunicações, apresentando áreas pouco povoadas. Assim como seus predecessores, Meira Mattos condicionava a segurança e o desenvolvimento nacional a uma necessária política de interiorização (Mattos, 2011).

Do ponto de vista externo, Meira Mattos testemunha o aumento das preocupações ecológicas e da pressão internacional sobre a Amazônia. Buscando soluções para dirimir o problema, vislumbra-se a ideia de gestão territorial compartilhada daquela região, na forma de "condomínio" e por meio da cooperação com os países amazônicos, como mecanismo capaz de gerar escala de poder à região e garantir autonomia estratégica aos condôminos. É essa a ideia que está por trás do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), cujas ideias encontram respaldo na obra "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", publicada em 1980.

O TCA, assinado em 1978 pelos países amazônicos, representava uma interessante estratégia de enfrentamento da pressão ambientalista internacional e da suposta tese de internacionalização da Amazônia. A esse respeito, deve-se ressaltar o conceito de "áreas de intercâmbio fronteiriço", desenvolvido por Meira Mattos, como um instrumento de integração regional. A finalidade seria estimular no entorno das áreas de conexão fronteiriça a criação de polos binacionais de desenvolvimento socioeconômico. A ideia de utilização dos espaços fronteiriços, como elemento de integração, buscava, por meio da cooperação regional com os países vizinhos, incentivar projetos de desenvolvimento regional e de ocupação territorial na Amazônia.

É nesse período também, dos anos 1970 para 1980, que a Amazônia passa a figurar como prioridade da Defesa Nacional, graças à distensão das relações entre Brasil e Argentina que encerra o longo período de conflito geopolítico em torno da Bacia do Prata. Do ponto de vista geopolítico, pode-se denominar esse período de sul-americanização da política externa brasileira por colocar, entre suas prioridades, a defesa soberana da Pan-Amazônia, por um lado, e pela aproximação estratégica com a Argentina, até então sua principal rival na região.

4. Considerações finais: síntese do pensamento estratégico brasileiro

Atentando-se à dimensão geográfica, à trajetória histórica e à situação geopolítica do Brasil, podemos destacar dois aspectos que resumem as possibilidades e os desafios estratégicos do País: a) sua grandeza territorial, que lhe credencia ao status de potência no concerto das nações; e b) seu acanhado grau de desenvolvimento, que, de certo modo, ainda lhe impõe desafios de colonização, especialmente em relação às suas áreas mais periféricas.

Como consequência, observa-se um fio condutor que perpassa o pensamento geopolítico militar brasileiro. Dois aspectos principais devem ser destacados nesse sentido. Primeiro, os desafios de ordem interna. Há uma sensação de incompletude em relação ao projeto nacional brasileiro que tem origem na imensidão territorial herdada do império português e que, em virtude dos imensos desafios geográficos e das próprias vulnerabilidades socioeconômicas do país, permanece inconcluso em pleno século XXI. O segundo aspecto diz respeito à percepção comum entre esses pensadores de que está reservado ao Brasil um lugar de destaque no concerto das nações. A estatura geopolítica do Brasil credenciaria o país a aspirar status de potência.

Tais aspectos sugerem uma espécie de “ambivalência geopolítica”; ou seja, se por um lado somos considerados um “monster country”, figurando entre os “big ten” (em relação a território, população e PIB), por outro ainda enfrentamos sérios desafios socioeconômicos.

Assim, gostaríamos de concluir este ensaio com breves palavras a respeito das implicações dos aspectos discutidos para a Defesa Nacional e que se expressam nas duas principais estratégias de emprego adotadas pelo Exército Brasileiro: a Dissuasão e a Presença.

A primeira advém da própria condição de Brasil-Potência; de sua estatura geopolítica (grandeza territorial e insumos de poder) que nos credencia ao status de líder regional e de global player. Tal condição exige certo grau de autonomia estratégica e, consequentemente, capacidade dissuasória.

A segunda estratégia – a da Presença – advém de nossas próprias vulnerabilidades internas. O pensamento geopolítico militar brasileiro tem sido marcado pelo desafio da integração e do desenvolvimento nacional. Trata-se de levar a vivificação dos espaços interiores por meio da vertebração territorial (linha de comunicação de transportes como espinha dorsal), do litoral para o interior, em uma constante “marcha para o Oeste”, e do

incentivo ao surgimento de polos de desenvolvimento que permitam o povoamento desses espaços ermos.

Para além do emprego militar clássico, o Exército Brasileiro esteve sempre envolvido com ações subsidiárias, de apoio ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, as palavras do General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 5 de julho de 2017, parecem emblemáticas. Para ele, ao mesmo tempo em que se busca transformar o Exército, “com capacidade de projeção externa, nós temos que continuar sendo um Exército de colonização. Essa é a realidade” (BRASIL, 2017, n. p.).

Assim, não obstante o significado geopolítico do Brasil-Potência e da relevância da Estratégia da Dissuasão, parece estar na dimensão interna (coesão nacional, centralização, integração e desenvolvimento nacional, especialmente em relação à interiorização da Amazônia) a fonte maior dos elementos que compõem a estratégia militar genuinamente brasileira, herança portuguesa: a Estratégia da Presença!

Referências

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. O “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” 1815-1822. Revista de Historia das Ideias. Vol. 14. Faculdade de Letras. Coimbra, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Audiência Pública, Reunião nº 0868/17. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0868/17>.

BRASIL. Exército Brasileiro. História do Exército Brasileiro. Volume 2. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

COUTINHO, M. A. de Freitas. As origens do Pensamento Geopolítico Brasileiro: a contribuição de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras. *Análise Estratégica*. Vol 16 (2) mar/mai 2020. pp. 7-23.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1981.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. In: *Geopolítica*. (Volume II). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [1980] 2011.

_____. *Geopolítica Brasileira: predecessores e geopolíticos*. In: *Geopolítica*. (Volume III). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [1990] 2011.

REAL, Miguel. *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa*. Lisboa, Quidnovi, 2005.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares) e a Coleção de papéis, avulsos, cartas, memória, etc. (1808 – 1815). Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Pesquisa nos Acervos da USP/IEB. PUC-Campinas, 2017.

SILVA, Jussaramar da; DAL-MORO, Nataníel. *Geopolítica e fronteira oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva*. *Revista Geográfica de América Central*, nº 58, 2017, pp. 125-150.

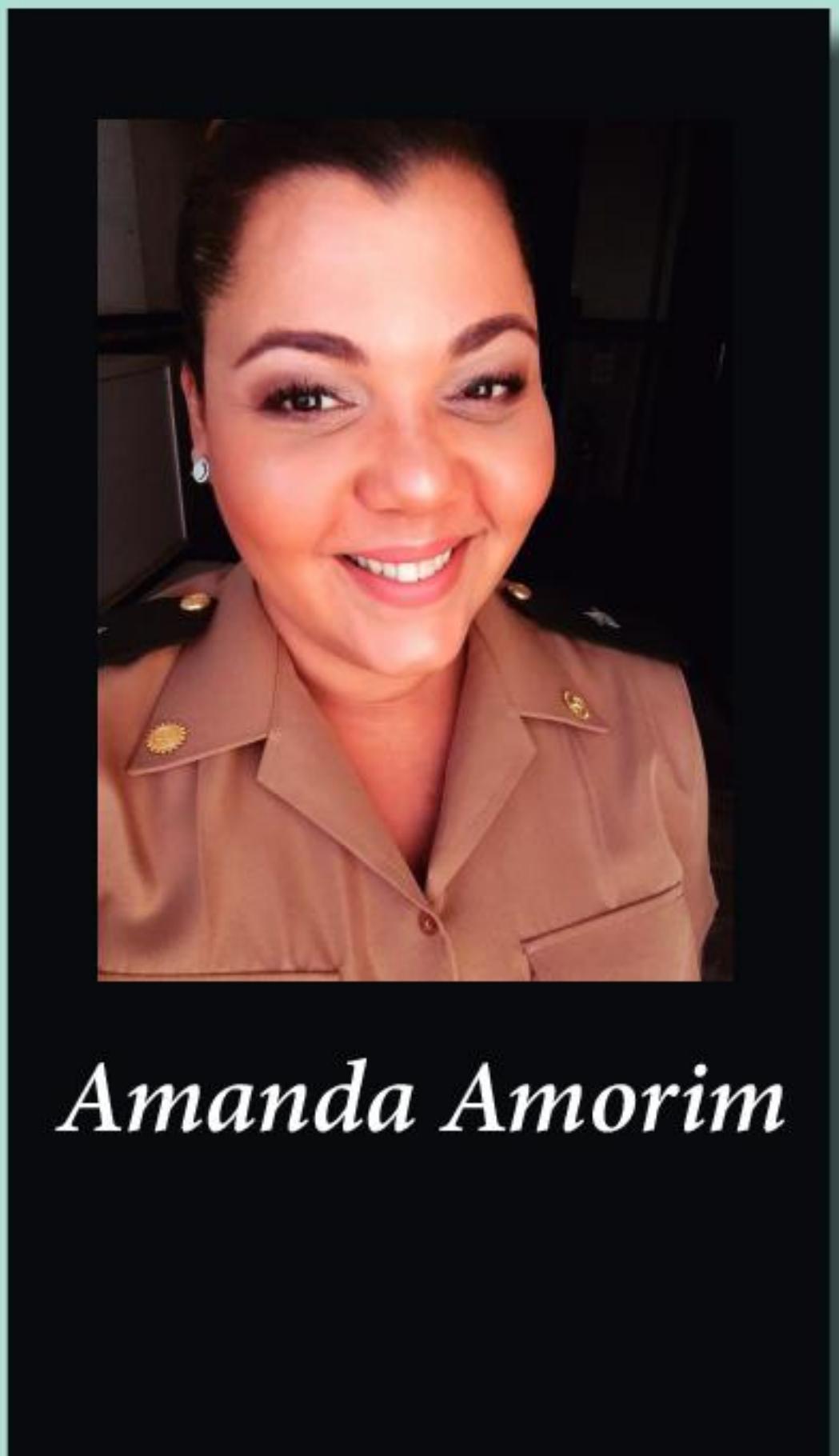
TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 3^a edição. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1938.

_____. *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

Coronel Oscar Medeiros Filho

Coronel do Quadro Complementar de Oficiais (EsAEx, 1995). É Bacharel e Licenciado em Geografia (UFMS, 1995). Possui mestrado em Geografia Humana (USP, 2005) e doutorado em Ciência Política (USP 2010), e estágio de pós-doutorado em Relações Internacionais (UnB, 2018). Foi professor na EsPCEx, na AMAN e no Instituto Meira Mattos (ECEME). Atualmente é Coordenador de Pesquisas do Centro de Estudos Estratégicos do Exército e Professor de Relações Internacionais do Uniceub.

PANTHEON DE CAXIAS



Amanda Amorim

das, por serem edifícios construídos para abrigar os restos mortais de grandes vultos, a fim de homenageá-los, materializando sua vida e sua obra. O Exército Brasileiro, enquanto produtor de cultura, encontra nos mausoléus e nos panteões a possibilidade de reverenciar suas autoridades, num espaço construído, visitável por toda a sociedade.

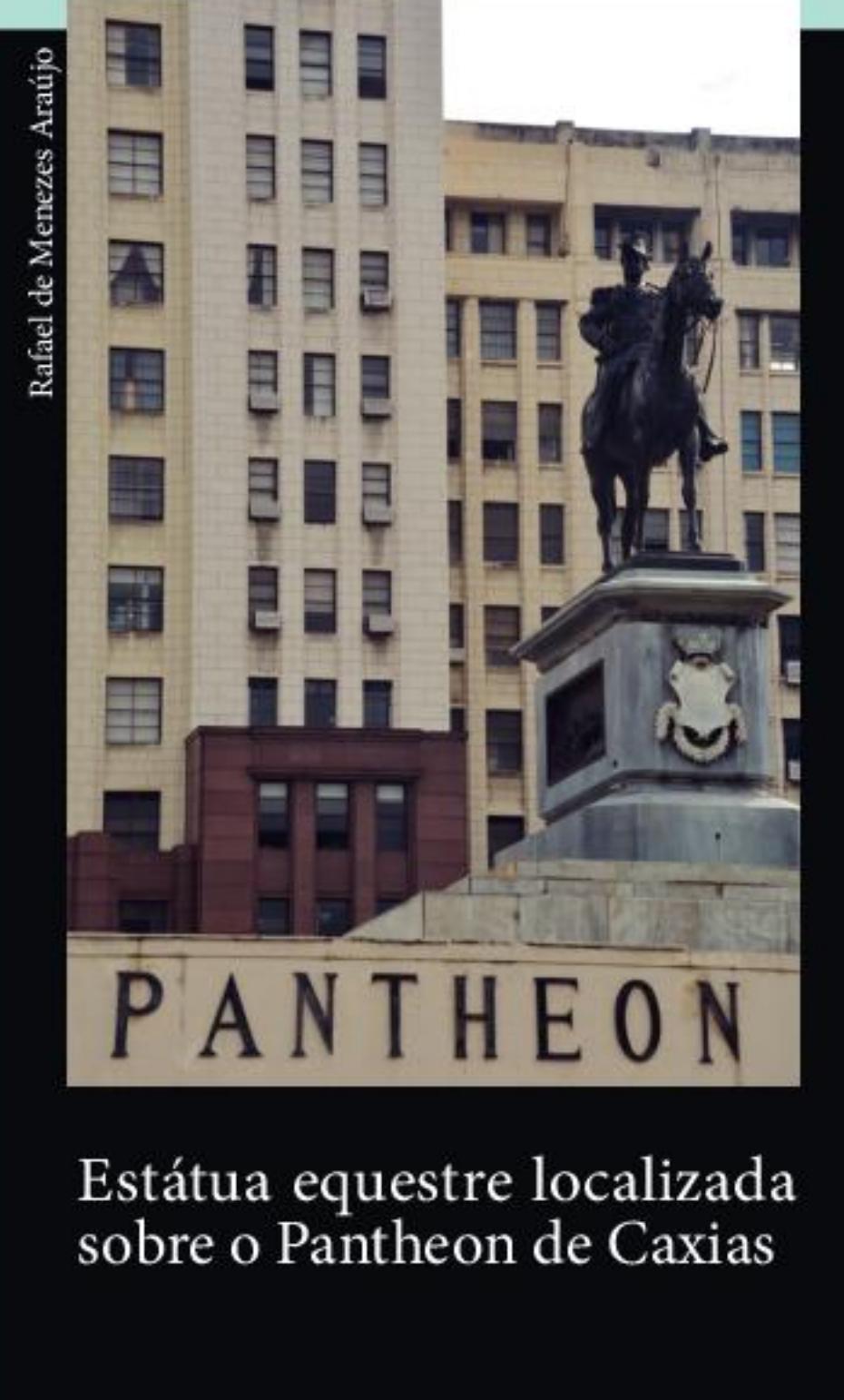


As celebrações, comemorações, estátuas, monumentos e panteões constituem, por excelência, o que se convencionou denominar de “lugares de memória”, como citado pelo historiador francês Pierre Nora (1984). Na descrição do historiador, entende-se que os mausoléus estariam entre as tipologias enumera-

De origem grega, a palavra pantheon identifica, na Roma Antiga, uma edificação dedicada a todos os deuses. Em recorte geográfico ocidental e contemporâneo, o espaço passou a ser dedicado às pessoas que engrandeceram sua pátria por meio de seus feitos. De estrutura imponente, com iluminação lúgubre, com a finalidade de levar os visitantes a uma atitude respeitosa e de reflexão, esse tipo de construção influenciou e inspirou arquitetos por vários séculos. Exemplarmente, destaca-se a Basílica de Santa Maria Dei Martiri, mais conhecida como Panteão de Roma, com sua estrutura monumental e iluminação feita por óculo.¹ O local, que vem sendo usado como igreja, é uma grande referência de panteão no mundo. Vale ainda destacar o Pantheon de Napoleão, em Paris, este usado como mausoléu, onde repousa o ilustre personagem da história francesa, Napoleão Bonaparte. No Brasil, o Pantheon de Caxias, que tem por fim reverenciar os feitos desse militar, seguirá tanto a tipologia quanto a expressão simbólica da veneração ao patrono da Força Terrestre.

O Pantheon de Caxias foi inaugurado em 1949, como parte das comemorações dos 150 anos de nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque Caxias, figura escolhida como de maior relevância para o Exército Brasileiro. O mausoléu foi construído para abrigar seus restos mortais e de sua esposa Ana Luísa de Loreto Viana, além de expor o sabre que recebera pela vitória na Guerra do Paraguai. Está localizado em frente ao Palácio Duque de Caxias, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

¹Abertura em cúpula de cobertura para que possa entrar a luz natural.



Estátua equestre localizada sobre o Pantheon de Caxias

O planejamento para a construção desse monumento remonta ao período quando o governo de Vargas praticara uma política voltada para instituição de uma identidade e uma coesão, por meio das cerimônias e símbolos que evocariam a continuidade com o passado. “Recriar” o que passou e destacar as tradições que precisariam dialogar com diversos contextos eram necessidades levantadas naquele recorte histórico. Ocorre, desse modo, um processo de oficialização do culto ao patrono do Exército Brasileiro como ponto focal de um conjunto de investimentos simbólicos nas décadas de 20, 30 e 40 do século passado. Em 1925, ficou estabelecido o Dia do Soldado na mesma data de nascimento de Caxias, 25 de agosto. O processo de definição de identidade da Força envolveria, entre outras atividades, a adoção de

um conjunto de novos elementos simbólicos. Segundo o cientista social e pesquisador Celso Castro (2002), em “A invenção do Exército Brasileiro”, um movimento forte de institucionalização se estabeleceu, baseando-se em três tradições importantes da Força Terrestre: Culto a Caxias como seu patrono, comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e Dia do Exército, em 19 de abril, data em que ocorreu a primeira batalha de Guararapes. Cultuar Caxias seria uma iniciativa que fazia parte de um arranjo organizacional e simbólico da “Era Vargas”.

Passados 70 anos, desde a data de inauguração, os desgastes do tempo acabaram por impossibilitar que o edifício se mantivesse íntegro e visitável. Nesse sentido, em 2019, sob a vistoria e análise da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

(DPHCEx), foram levantadas as necessidades de revitalização física do monumento, sendo a assessoria da equipe técnica fundamental, vista a relevância histórica e cultural do bem. A DPHCEx tem por missão relacionar, planejar, dirigir, coordenar, acompanhar, ampliar e controlar as atividades que visem a preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, de interesse do Exército Brasileiro. Cabendo, portanto, entre outras atribuições, supervisionar as atividades e eventos do Sistema Cultural do Exército (SisCEx), propor normas para a preservação, utilização e difusão do patrimônio histórico e artístico cultural, material e imaterial, de interesse do Exército, prestar assistência técnica e normativa às atividades de preservação, conservação e restauração de bens culturais, estimular a elaboração de projetos e a programação de atividades e eventos a serem desenvolvidos pelas Organizações Militares e pelos órgãos do SisCEx, além de controlar a execução de projetos e atividades culturais de interesse do Exército.

O Projeto de Revitalização do Pantheon de Caxias visa o melhor aproveitamento e o maior uso dessa edificação. Por ser reconhecido como patrimônio histórico, o trabalho foi desenvolvido basando-se em um minucioso levantamento historiográfico sobre o mausoléu, para que se pudesse fundamentar as propostas de intervenção em seus principais valores, desde sua intenção de criação, passando por sua inauguração e uso atual. As principais etapas desse projeto foram: desenvolver levantamento histórico do edifício; elaborar diagnóstico dos danos atuais; propor ações para revitalização, pela reforma física, estrutural e expositiva do edifício; desenvolver projeto de adequação física para recuperação dos danos existentes; desenvolver proposta expográfica visando despertar maior interesse por sua visitação, tanto para militares como para civis.

A primeira linha de ação era entender como o edifício era reconhecido pela sociedade (civil e militar) e pelas instituições nacionais de proteção do patrimônio

histórico. A construção possui tombamento provisório, em fase de processo de tombamento definitivo, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), órgão da esfera estadual, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, ao qual compete desenvolver ações para a preservação do patrimônio cultural e artístico no âmbito do território fluminense. Ainda, é citado no processo de tombamento do Palácio Duque de Caxias, edifício vizinho, como parte integrante de seu conjunto arquitetônico, entendendo-se que sua função e atividade estão diretamente ligadas às atividades do Palácio Duque de Caxias. Dessa forma, é conveniente que se preservem suas características originais quanto a materiais empregados em sua construção, no que concerne à sua conformação morfológica e seu uso.

Após entendidas as restrições e fundamentos para a intervenção, foi dada a continuidade da caracterização do monumento, com área construída de aproximadamente 5.300m², incluindo o jardim. Para caracterizá-lo e identificar seus danos, foi realizado um levantamento visual e um registro fotográfico, descrevendo os elementos arquitetônicos que o compõem, tanto nas fachadas, como em seu interior. Externamente, é revestido em mármore travertino romano bruto. Na face voltada para a Praça da República, foi aplicado o brasão do Duque de Caxias, em bronze. Na face voltada para o Palácio Duque de Caxias, encontra-se a porta de entrada do mausoléu, em bronze e vidro fosco, com as



Entrada do Pantheon de Caxias

armas da República em bronze, bem como a palavra Pantheon acima da referida porta. É por essa passagem que o visitante tem acesso ao mausoléu, cuja beleza arquitetônica reproduz um sentimento de civismo e religiosidade. O interior da construção foi executado em forma circular, sendo toda revestida em mármore aurora na sua variação de tons de rosa claro e verde.² No centro de todo conjunto, em nível inferior ao piso de acesso, rodeiam seis colunas de granito lustrado negro e sobre este local observa-se uma cúpula constituída em mosaico de cerâmica vidrada em tons de azul. A cúpula permite iluminação zenital, em intensidade de penumbra, como característico das edificações desse estilo.³ Ao fundo do mausoléu estendem-se duas galerias simétricas, onde encontram-se as 470 urnas embutidas nas peças móveis de mármore do revestimento das paredes, ornamentadas com rosetas de bronze, cuja função seria guardar os restos mortais dos valorosos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Contudo, tais despojos tiveram como destino o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, ficando as urnas sem utilização. Na cobertura e coroando a vista panorâmica do edifício encontra-se a estátua equestre do Duque de Caxias, de autoria do escultor mexicano, naturalizado brasileiro, Rodolfo Bernardelli, fundida nas oficinas Thiebot em Paris. Essa estátua, inaugurada em 15 de agosto de 1889 no Largo do Machado, foi transferida para a frente do antigo Ministério da Guerra, atualmente Palácio Duque de Caxias, na mesma época em que se concluía o novo edifício do



Pantheon de Caxias.
Ao fundo, edifício da Central do Brasil

Pantheon. Produzida em bronze, a estátua representa o Duque montado em seu cavalo, em uniforme de Marechal, tendo em sua mão direita um binóculo e em atitude de observação. Apresenta dois baixos relevos no pedestal: a tomada da Ponte de Itororó e a entrada do Exército em Assunção, capital do Paraguai.

Como dito, com o passar dos anos, alguns pontos se deterioraram, fazendo do edifício um local de permanência desconfortável e quase insalubre. Além disso, sua infraestrutura

para iluminação e ventilação mecânica encontrava-se desatualizada, necessitando de manutenção e modernização. O diagnóstico da situação apontou as seguintes questões que precisariam ser corrigidas: foram identificados diversos pontos de infiltrações na área interna, e de acordo com a avaliação técnica, ocorrem devido à ausência de impermeabilização em parte da laje de cobertura, estando desprotegido o interior do edifício da água da chuva; os revestimentos do piso da laje de cobertura se encontram rachados e quebrados em alguns pontos, o que permite a entrada de água na estrutura do edifício; o sistema de captação de águas pluviais também foi considerado subdimensionado, sendo encontrados quatro ralos pequenos para absorver o escoamento de uma cobertura de aproximadamente 200m², o que intensifica a formação de poças de água na área, aumentando a ocorrência das infiltrações.

² Mármore conhecido por sua nobreza, em tons de rosa e verde, de origem portuguesa.

³ Iluminação natural obtida por aberturas ou revestimentos transparentes na cobertura das edificações.

A iluminação natural e artificial não são eficientes. A abóbada que propõe iluminação zenital natural está sem manutenção, com resíduos de sujeira, e com vidros que não possibilitam a passagem da luz, deixando o ambiente escuro. As luminárias estão desatualizadas e não iluminam o interior de maneira que valorize a área interna. Além disso, os postes da área externa não funcionam e estão com lâmpadas queimadas; os refletores que iluminam a fachada frontal não estão funcionando e sua grade de proteção está quebrada. Em geral, a infraestrutura elétrica, incluindo quadros de energia, disjuntores e chaves de segurança, encontra-se desatualizada e necessita ser modernizada.

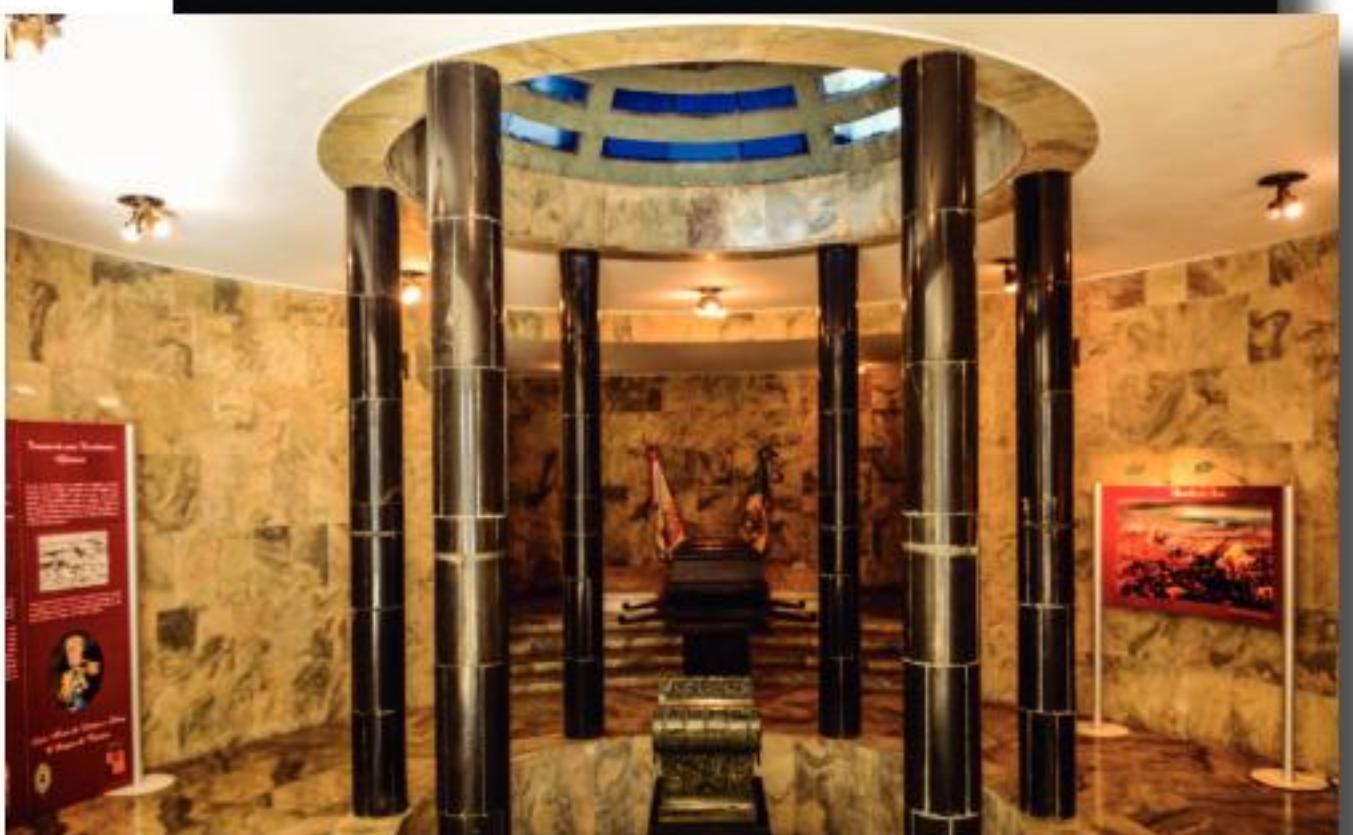
As instalações de ar-condicionado não estão em pleno funcionamento; o ambiente interno está com a temperatura elevada e muito úmido. Após visita de técnico especializado, foram identificadas peças queimadas e quebradas na máquina condensadora, além da falta de limpeza do sistema e dos dutos. As portas de acesso às casas de máquinas estão quebradas e sem o fechamento adequado para a proteção dos equipamentos, e a janela de ventilação do compartimento que abriga a condensadora tem venezianas subdimensionadas, o que não possibilita a troca de ar do ambiente de forma eficiente.

O layout para exposição existente não valoriza a área de maior reverência do mausoléu, onde estão dispostos os restos mortais do patrono e de sua esposa. Ainda, as vitrines expositivas estão desatualizadas e também não expõem adequadamente o acervo disponível na parte central. Entende-se que nessa disposição não se cumpre o objetivo de contribuir para o fortalecimento do espírito cívico e do espírito de corpo pela figura do patrono.

O projeto foi dividido em três atividades: 1) Troca de equipamentos por outros mais modernos; 2) Revisão das instalações elétricas, que deverá ser executada após a elaboração de projeto de instalações elétricas, serviços de impermeabilização de cobertura, troca de revestimentos danificados em toda a edificação, reforma do sistema de capta-



Busto de Duque de Caxias que se encontra no interior do mausoléu



Interior do Pantheon com cúpula de iluminação natural, urna funerária e lápides ao fundo



Interior do Pantheon de Caxias, busto de Caxias e sabre da vitória da Guerra do Paraguai

ção de águas pluviais existente, abertura de visita para a abóbada pela área externa e troca de esquadrias danificadas e 3) Implantação da proposta expográfica, que consiste na remodelação do espaço expositivo atual.

Após aprovados, tanto o escopo quanto as etapas de projeto, este foi enviado para o Escritório Mecenas, seção da DPHCEX, que busca possibilitar e incentivar a colaboração de pessoas físicas e jurídicas aos projetos culturais do Exército Brasileiro. Por meio da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEx), proponente do projeto junto ao SALIC (Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura), está em fase de execução. O projeto está sendo executado com os recursos captados de forma extraorçamentária, provenientes dos mecanismos previstos na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a Lei de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, que tem por objetivo apoiar o setor cultural a captar recursos para atividades e projetos culturais. A execução do projeto tem previsão de quatro meses de duração, sendo, em seu término, possível o uso do monumento por visitantes, em um percurso de reverência e solenidade ao patrono da Força Terrestre.

Como previsto nos objetivos principais do projeto, além de garantir a solidez do edifício, a revitalização do Pantheon de Caxias perpetuará os valores e a memória do militar que, hoje, representa, por meio da lembrança de seus feitos, os valores e tradições do Exército Brasileiro. Como citado pela historiadora Françoise Choay (1992), em *A alegoria do patrimônio*, a expressão patrimônio histórico designa um bem destinado a usufruto de uma comunidade, para que não se deixe escapar nenhum testemunho histórico significativo.



Vista da cobertura do Pantheon de Caxias com Palácio Duque de Caxias ao fundo

Bibliografia

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2017.

Amanda Amorim

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2006) e pós-graduação em Gestão de Projetos pela Universidade Estácio de Sá (2015). Atualmente é Oficial Técnico Temporário do Exército Brasileiro, arquiteta, adjunto da Seção de Patrimônio e Planejamento Cultural (SPPC) da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), onde atua na análise e encaminhamento de Projetos Culturais de Interesse do Exército.

Consulte as normas e condições vigentes.



FHE

POUPEX

Crédito com Garantia de Imóvel

A força certa pra você

Linha de crédito com juros baixos e livre
destinação dos recursos.

Você pode organizar suas finanças ou
empreender.

#ficaadica



poupex.com.br
0800 061 3040

Carta dos Leitores

Agradeço a V. Exa. os exemplares da Revista “DaCultura”. Aproveito a oportunidade para cumprimentar pela qualidade da revista e participar que fará parte do acervo Biblioteca, Departamento Cultural e Salão de Leitura.

*Almirante de Esquadra Ref. Luiz Fernando Palmer Fonseca
Presidente do Clube Naval*

Acuso o recebimento e agradeço a remessa das Revistas DaCultura. Aproveito o ensejo para parabenizar a Fundação Cultural do nosso valoroso EB pela excelência da publicação.

*Major Brigadeiro R1 Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do Clube de Aeronáutica*

Dirijo-me ao meu prezado amigo e companheiro de turma Paulo Roberto Rodrigues Teixeira, Redator Chefe da Revista, a quem devo o recebimento da mesma. Fico muito feliz em verificar, na última revista recebida, você e o Juvêncio em plena atividade, escrevendo, e muito bem, para os estupendos artigos da revista. De sua parte, a merecida e justa homenagem ao nosso companheiro de turma, General Synésio (que Deus o tenha em sua morada) e, com relação ao Juvêncio (Lemos), ao precioso artigo sobre “O Preço da Independência”.

Prezado Paulo, a segunda revista que você me manda, vai para meu filho, Coronel da Reserva de Infantaria, como nós (nós, já reformados). Fique certo que também está em boas mãos.

*Coronel Ref. Roberto Pimenta
Turma 1961/Infantaria*

DaCultura

Forte Príncipe da Beira

*Paulo Roberto Rodrigues Teixeira
Amanda Amorim*

Localizado à margem direita do Rio Guaporé, no estado de Rondônia, desabrochando no meio da selva amazônica, ali está a majestosa relíquia da arquitetura militar luso-brasileira: o Real Forte Príncipe da Beira.

Percorrendo o que resta de suas ruínas, cuja construção coube a D. Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, iniciamos esta reportagem homenageando nossos antepassados que, em região inóspita, erigiram esse marco da soberania nacional em terra tão distante.

Suas muralhas testemunham a ousadia e a perfeição dos seus construtores. Refletem a vontade e a determinação de corações cheios de fé, que acreditavam no seu trabalho, dispostos a enfrentar a adversidade

e a agressividade da selva: os animais selvagens, as doenças tropicais, a alimentação difícil e, até mesmo, ameaças de confrontos com povos vizinhos.

Esse Forte é símbolo da vontade nacional. Retrata bem a presença do homem e o seu esforço para preservar a integridade territorial da colônia portuguesa na América.

Hoje, prosseguimos em busca da restauração e conservação do precioso sítio histórico, herança daqueles que lutaram para edificá-lo e mantê-lo, presenteando-nos com esse valioso acervo.

O projeto está pronto.

Vamos mostrar algo que surpreenderá aos que verão concluída esta obra.

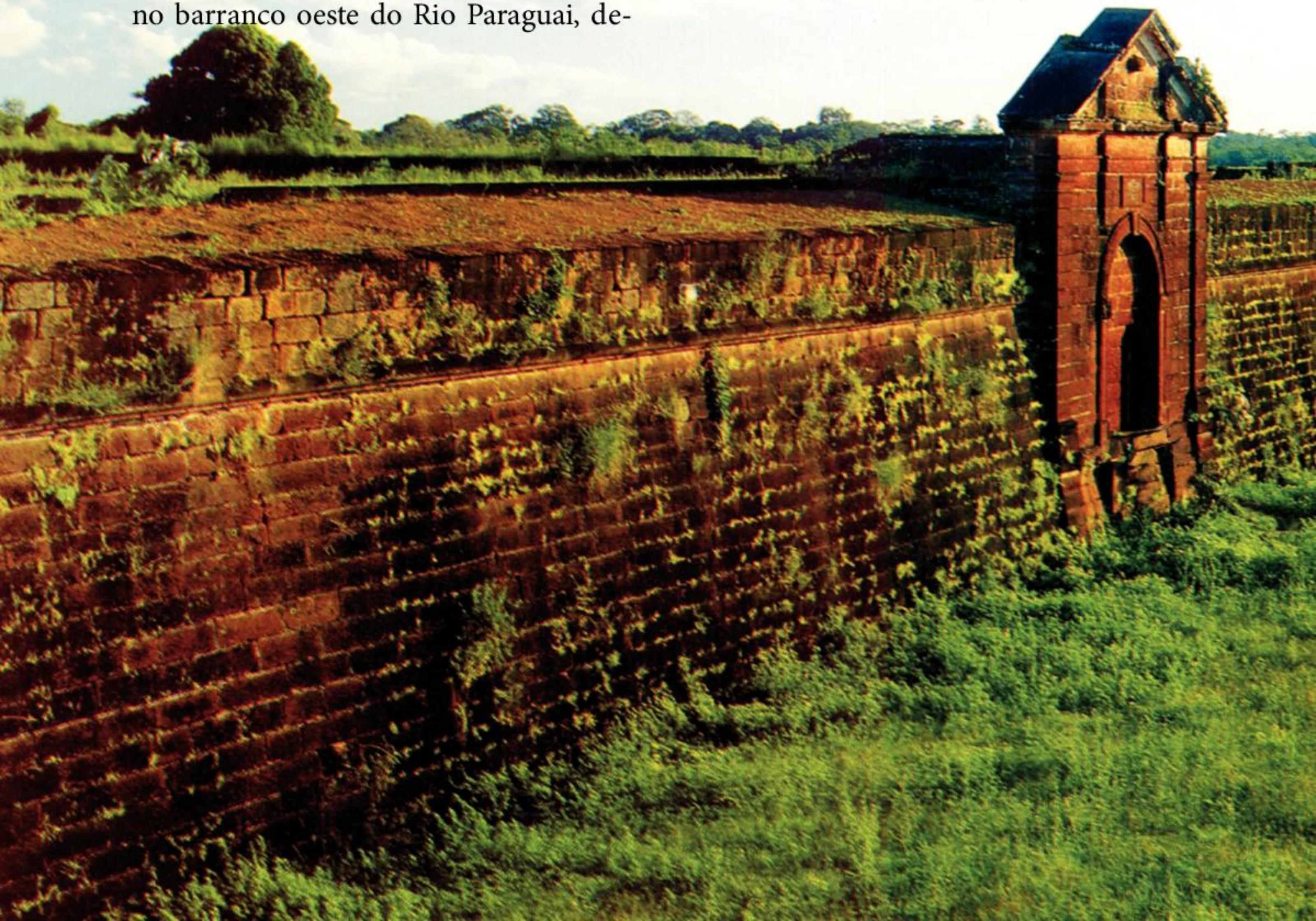


História

Foi durante o reinado de D. José I, Rei de Portugal, que o estadista, ministro e personagem de destaque do governo, Sebastião José Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, lançou as bases da colonização da Amazônia. Decisões estratégicas de grande alcance foram tomadas, destacando-se a criação da Capitania de Mato Grosso e a construção de um verdadeiro cordão de fortés e fortins, a fim de barrar as vias de penetração que do Oeste atingiam a região central da Amazônia. Essas fortalezas assinalaram e asseguraram a expansão do território brasileiro para o norte e para o oeste. O Forte Príncipe da Beira era uma delas. Com a mesma finalidade, o Forte de Coimbra, localizado no Sul de Mato Grosso no barranco oeste do Rio Paraguai, de-

sempenhou ativo papel em operações de guerra, defrontando, valentemente, forças poderosas. A primeira operação foi em 1801, quando combateu os espanhóis. Na segunda, em 1864, reagiu heroicamente aos invasores paraguaios. Também o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, situado nas proximidades do Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé, por duas vezes enfrentou os castelhanos, vencendo-os, ainda que com menor poder de combate.

O Real Forte Príncipe da Beira, baluarte da longínqua fronteira, impôs, por sua imponência e austeridade, o respeito e o temor ao inimigo, mantendo-se intocável durante todo o período da história em que houve ameaça externa.



Construção

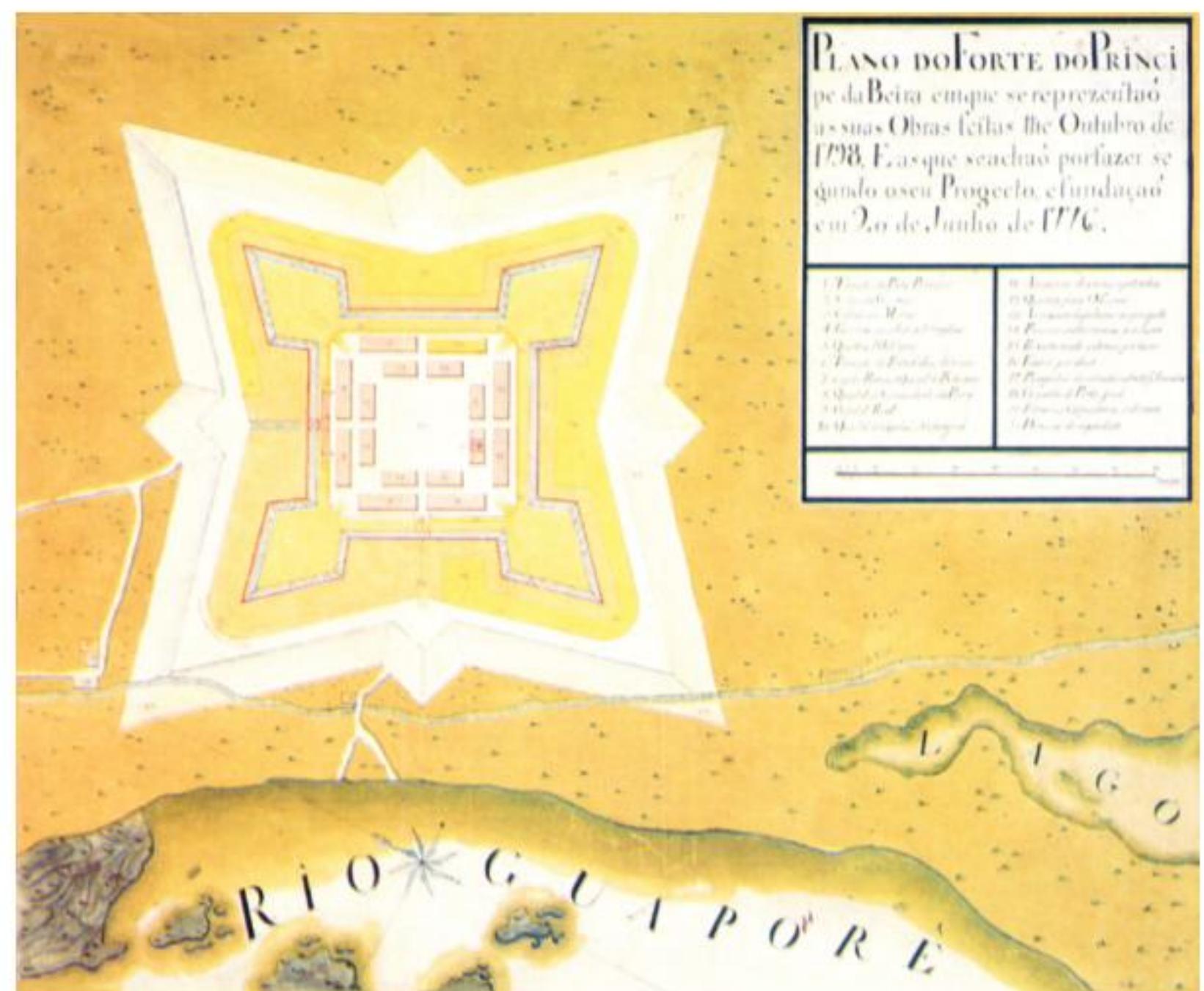
A pedra fundamental da construção foi lançada em 20 de junho de 1776 e as obras foram concluídas em agosto de 1783. O primeiro comandante foi o Capitão de Dragões José de Mello da Silva Villena. D. Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres criou esse baluarte, visando inicialmente à consolidação do domínio português na calha do Rio Guaporé, diante da ameaça expansionista do Vice-Reinado do Peru. A ideia não era uma construção similar à do Forte Coimbra, mas sim uma verdadeira fortaleza com todos os requisitos da Engenharia Militar. Para tal empreitada foi escolhida uma lomba da Serra dos Parecis, dois quilômetros a montante de Conceição, na margem direita do Rio Guaporé. A

falta de recursos, as longas distâncias, a aproximação dos espanhóis, bem como todas as dificuldades foram registradas por D. Luiz de Albuquerque quando disse:

“A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra a serviço dos homens de El-Rei, nosso senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê... é serviço de Portugal. E tem que se cumprir.”

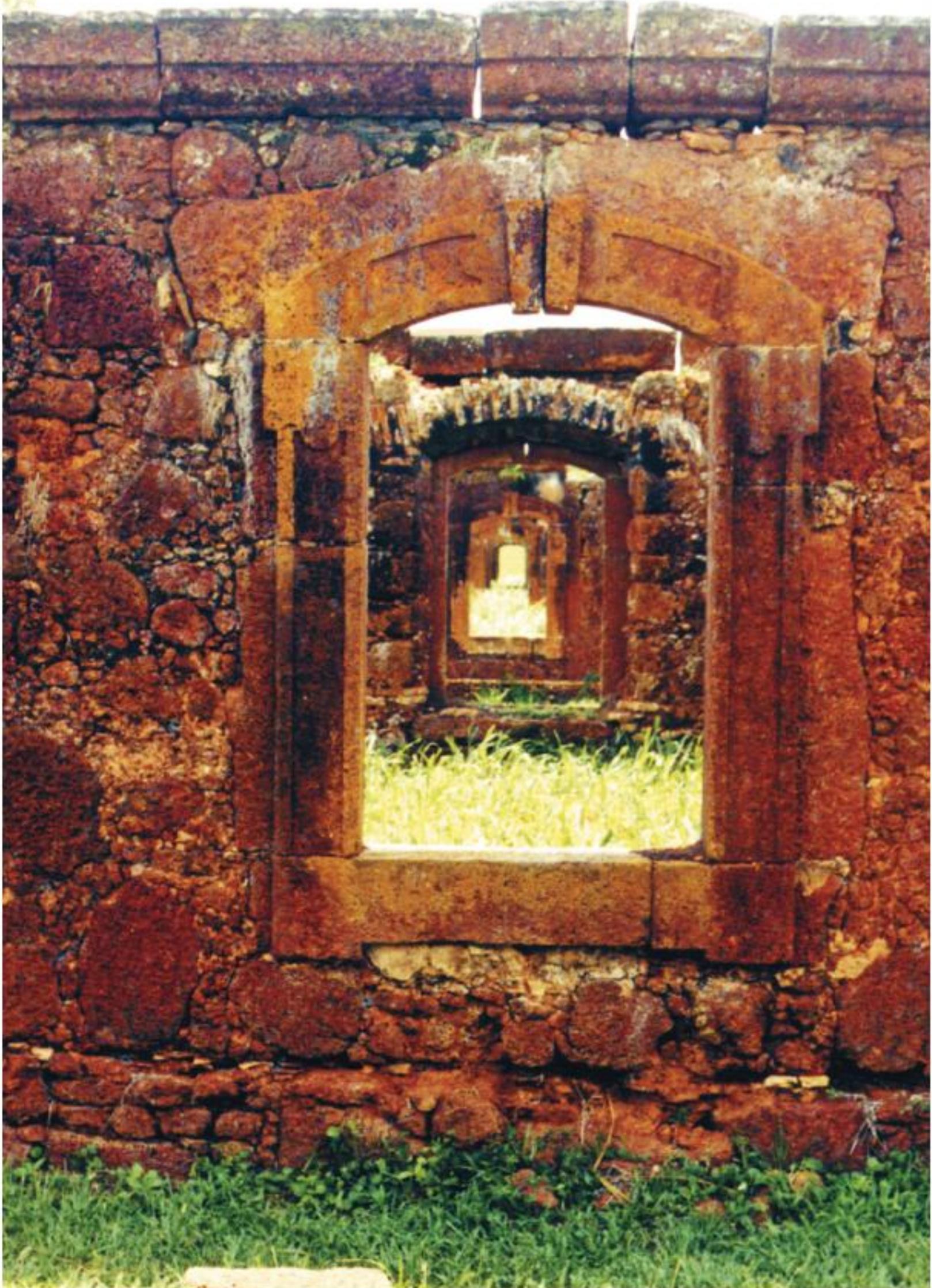
O Real Forte Príncipe da Beira é um quadrado de conformidade com o sistema Vauban ou de praças, que utiliza a fortificação de bastiões, possuindo um perímetro de 970 metros, com muralhas de dez metros de altura, quatro baluartes, sendo cada um armado





com 14 canhoneiras. Em torno do Forte, um longo e profundo fosso obrigava o ingresso através somente da ponte elevadiça que conduzia à monumental e única porta com cerca de três metros de altura, aberta na muralha norte. No seu interior, existiam 14 residências, destinadas ao comandante e aos demais oficiais, uma capela, um armazém e depósitos.





As pedras usadas na construção, inicialmente, foram trazidas de Belém, por via fluvial (rios Amazonas, Madeira e Guaporé); posteriormente, passaram a vir de Albuquerque ou de Corumbá, em Mato Grosso, subindo a calha do Rio Paraguai e seus afluentes da margem direita e dali eram transportadas por terra. Essas pedras percorriam mais de mil quilômetros antes de atingir a área do forte. A mão de obra foi trazida do Rio de Janeiro e de Belém. Mais de 1.200 homens, entre eles aproximadamente mil escravos, trabalharam na construção, cujo término ocorreu seis anos depois, em agosto de 1783.

As peças de artilharia levaram muito tempo para chegar ao destino. Dados confirmados em documentos registram que quatro de seus canhões – os de bronze, calibre 24 – foram enviados do Pará somente em 1825, sendo transportadas pelo Rio Tapajós, uma viagem que levou cinco anos para se completar.





Abandono

Existe um vazio histórico de mais de um século, após o término do primeiro comando do Forte. Está registrado apenas que, em 1889, ano da Proclamação da República, o velho Forte foi desativado, por medida de

economia do governo recém-instalado. A partir daquele ano, tiveram início os saques e as depredações, tanto por brasileiros quanto por bolivianos. Tudo que pudesse ser aproveitado e carregado foi retirado



pelos que por lá transitaram. Canhões foram espalhados ou até mesmo vendidos para navios ingleses em Antofagasta, na costa do Pacífico.

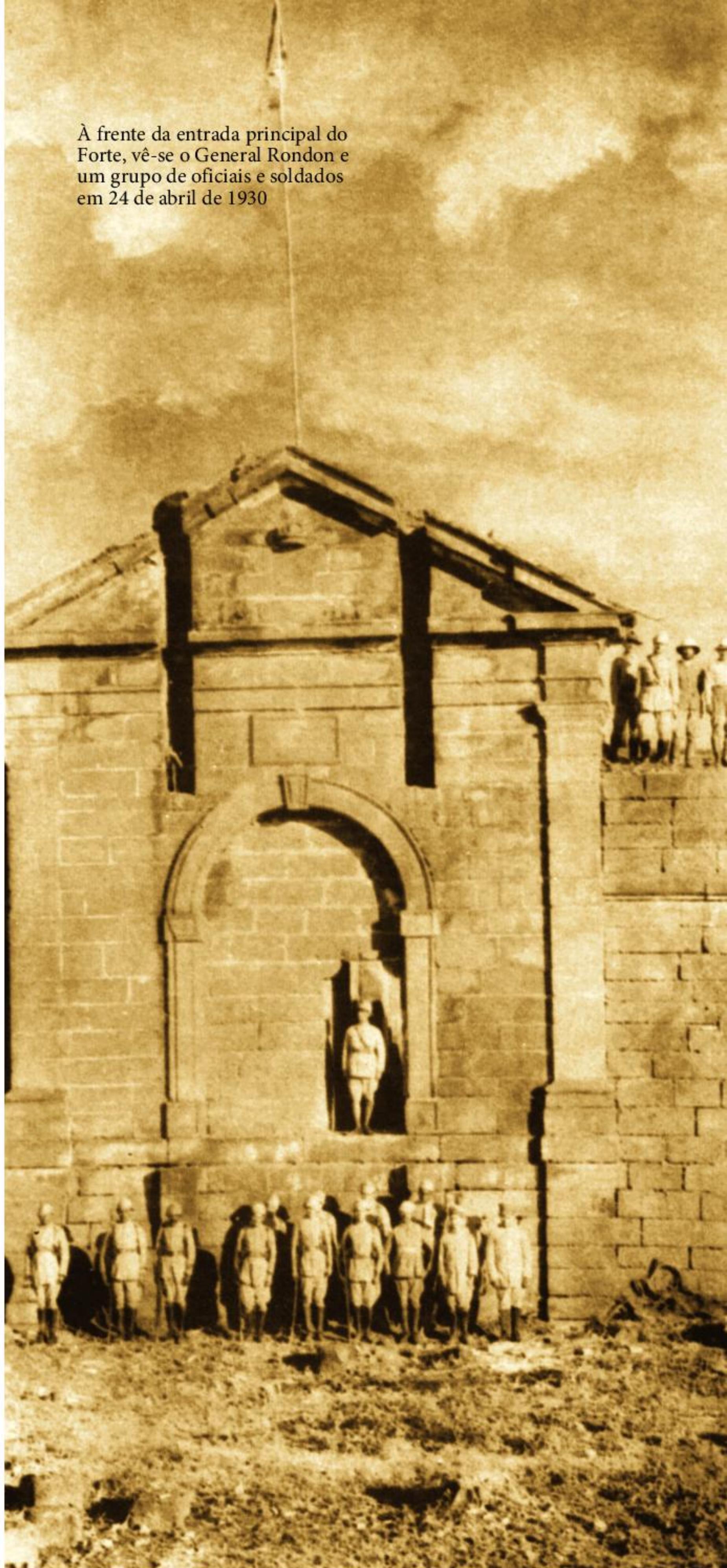
Redescoberta

Em 1914, Rondon, em suas explorações pela região, encontrou vestígios da fortificação e constatou o abandono do rico e histórico patrimônio, já danificado e depredado. Restava apenas ruína do que fora o majestoso Real Forte Príncipe da Beira. Em 1930, o general retornou em inspeção ao mesmo local, deixando registradas sua passagem em uma placa alusiva à data em que foi criado um contingente especial de fronteira.



Desde a passagem de Rondon pela região, o Exército ali esteve sempre presente. Primeiro, com o 4º Pelotão de Fronteira; em 1954, com o 7º Pelotão de Fronteira e, em 1977, com o 3º Pelotão Especial de Fronteira. Em 1950, o monumental Forte foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

À frente da entrada principal do Forte, vê-se o General Rondon e um grupo de oficiais e soldados em 24 de abril de 1930



Atualmente, o 1º Pelotão Especial de Fronteira “Real Príncipe da Beira”, integra o 6º Batalhão de Infantaria de Selva do Comando de Fronteira de Rondônia.

Sua missão é preservação e manutenção desse rico patrimônio.

As guarnições do passado ocupavam as instalações do Forte, e, das muralhas e baluartes, vigiavam dia e noite, como também nos rios Guaporé e Igarapés, buscando indícios da presença do inimigo em nosso território, como possíveis ameaças à integridade da Colônia. Assim fizeram durante muitos anos.

Deixamos a expressão usada pelo General Rodrigo Otávio, ex-comandante do

Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), que soube entender a grandiosidade e responsabilidade dos que servem, trabalham e vivem naquela região, mas que não se esqueceu daqueles que pagaram um alto preço para conquistá-la.

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a dos nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.”

Rodrigo Otávio Jordão Ramos

Vista parcial das instalações do 1º Pelotão Especial de Fronteira Destacado, vendo-se ao fundo as ruínas do Real Forte Príncipe da Beira



Revitalização

O Exército é o gestor e responsável pela manutenção dos fortes espalhados em todo o território nacional, em sua grande maioria, protegidos por instituições de preservação. Nesse sentido, desenvolve, por sua Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHCEx), políticas institucionais voltadas para a revitalização, recuperação e demais intervenções nesses edifícios, a fim de chancelar o patrimônio histórico como um direito social, que precisa ser conservado e acessível a todo cidadão brasileiro.

O projeto de revitalização do Real Forte Príncipe da Beira foi iniciado como uma ilha de ação mais robusta e efetiva para recuperar a edificação. Reuniu as devidas partes interessadas, como o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), Universidades, além do Ministério Público Federal, o Governo do Estado de Rondônia e a Prefeitura Municipal de Costa Marques.

Entrada do Forte

Está fundamentado em três pilares: Revitalização, Arqueologia e Sustentabilidade, prevendo a consolidação, restauração e intervenção contemporânea do Forte e do seu entorno, como também a implementação de um centro de visitação para potencializar atividades turísticas, a construção de uma nova capela, recuperação dos acessos ao porto e iluminação cênica. Ainda, propõe um Plano Diretor urbano turístico, considerando o resgate da memória da comunidade local e as ações para o desenvolvimento do entorno.

A sua importância é muito grande.

Assim se expressou o historiador Adler Homero Fonseca de Castro: “É um dos fortes mais isolados do país, sendo um equipamento fundamental para manutenção do território e considerado um dos melhores de fortificação abaluartado construído.”

A restauração será edificante.

Não sabemos quando será concluída. Temos certeza de que, pelo empenho no trabalho que vem sendo realizado, teremos mui breve o “Real Príncipe da Beira” revitalizado, para que todos vejam a riqueza do legado deixado pelos nossos antepassados.

Referências

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2017.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Coronel de Infantaria e Estado-Maior, é natural do Rio de Janeiro. Tem curso de Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Assessor da FUNCEB e Diretor da Revista DaCultura.

Amanda Amorim

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2006) e pós-graduação em Gestão de Projetos pela Universidade Estácio de Sá (2015). Atualmente é Oficial Técnico Temporário do Exército Brasileiro, arquiteta, Adjunto da Seção de Patrimônio e Planejamento Cultural da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx).

Seguro Auto

Tranquilidade onde você estiver.

- Ampla cobertura
- Ótimos preços
- Várias formas de pagamento
- Assistência 24h



FHE

POUPEX

poupex.com.br
0800 061 3040



«A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei nosso senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, (...) é serviço de Portugal. E tem que se cumprir.»

(D. Luiz de Albuquerque)